

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MST E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA DO
ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC**

MARCOS FIORENTIN

**ORIENTADORA:
PROF^a DR^a. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS**

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MST E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA DO
ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC**

MARCOS FIORENTIN

Orientadora

Profª Drª Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

Profª Drª Carmem Rejane Flores Wizniewski

Prof. Dr. Nelson Rego

Prof. Dr. Nestor André Kaercher

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Geografia.**

Porto Alegre, agosto de 2006.

Ficha catalográfica

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que buscam no seu cotidiano encontrar a verdade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros.

A realização do presente trabalho somente foi possível devido à colaboração e contribuição de uma série de pessoas e entidades, às quais gostaria de externar meus sinceros agradecimentos e reconhecimento:

- À minha orientadora Prof^a Dr^a Rosa Maria Vieira Medeiros pela paciência e sabedoria, por permitir que seguisse o meu próprio caminho na elaboração e conclusão deste trabalho, assim como as proveitosas e construtivas discussões durante o meu convívio junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia;
- Aos demais professores que fazem parte deste Programa de Pós-Graduação;
- À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela oportunidade de realização deste curso;
- À CAPES, pelo apoio financeiro concedido durante o mestrado, cujo apoio

ressalto que foi de fundamental importância para que este trabalho pudesse ser realizado;

- Aos Assentados e Assentadas do Assentamento “Conquista na Fronteira” que prestaram depoimentos espontâneos e importantes para o desenvolvimento deste trabalho, e de forma muito especial ao casal Marcos e D^a Maria por me receber de forma acolhedora em sua casa, durante os momentos em que estive no assentamento;
- Aos colegas da Casa do Estudante Federal de Agronomia e Veterinária/CEFAV, principalmente aos meus amigos Clarice Rigo e Denir Sosa Júnior, pelas horas proveitosas de convívio, discussões e debates;
- Ao Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Extremo Oeste Catarinense, especialmente ao coordenador, Sr. Sílvio Antônio Dihel e ao secretário, Sr. Lauro Welter, pelos importantes apontamentos a respeito do desenvolvimento local.

RESUMO

O presente estudo foi elaborado com a finalidade de compreender o processo de desenvolvimento local do Assentamento “Conquista na Fronteira”, bem como a sua contribuição para o Município de Dionísio Cerqueira – SC, onde se encontra localizado. Selecionou-se esta área de estudo, esse assentamento, em função do seu modelo de organização coletivo e também pelas mudanças ocorridas no espaço do Município de Dionísio Cerqueira a partir de sua instalação. Buscou-se, inicialmente, conhecer a organização interna do assentamento, sua forma de organização política, de produção e de consumo; identificar e caracterizar os fatores nucleadores que contribuíram neste processo e apontar as mudanças que aconteceram no espaço do Município. Para atingir tal objetivo, adotou-se uma metodologia qualitativa com levantamento de dados, entrevistas e depoimentos dos Assentados e pessoas do Município de Dionísio Cerqueira. Os resultados mostraram que o período de acampamento foi determinante para os Assentados construírem uma proposta de organização política, de produção e de consumo a partir do coletivo. Quanto aos fatores nucleadores que contribuíram no processo de desenvolvimento local no assentamento, pode-se citar o Espaço Público, a Educação, a Escola Construindo o Caminho e a questão Cultural. Esta última aponta para uma mudança na forma dos Assentados perceberem e lidarem com as suas memórias: aprendendo a olhar para o passado e assim transformá-lo em algo melhor para viver e (re)organizar o seu território. Na etapa final da pesquisa, identificaram-se as mudanças que aconteceram no espaço do Município de Dionísio Cerqueira-SC após a instalação do assentamento, fazendo um comparativo entre o que existia na área da antiga Fazenda Tracutinga com o que existe atualmente nesta área, ou seja, um assentamento de Reforma Agrária. Os resultados mostraram que o fato de se atribuir uma nova função à antiga fazenda, transformando-a em um assentamento, gerou uma série de mudanças no espaço do município, com o surgimento de novos fixos e fluxos dinamizando, assim, sua economia. Mas houve, principalmente, uma mudança cultural na vida dos seus habitantes que, na fase inicial do assentamento, eram contrários à sua instalação e, hoje, aproximadamente 80% deles são favoráveis e incentivadores de novos projetos de assentamento. A pesquisa mostrou ainda que o assentamento passou a ter influência na vida política e nos demais setores da economia do município, resgatando o chamado poder local.

Palavras-chave: MST, assentamento, desenvolvimento local, espaço geográfico, Conquista na Fronteira.

ABSTRACT

The present study was elaborated with the purpose to understand the process of local development of the Nesting ““Conquista na Fronteira””, as well as its contribution for the town of Dionísio Cerqueira - SC where it is located. This nesting was selected as study area because of its collective organization and also for the occurred changes in the space of Dionísio Cerqueira town from its installation. At first it was searched to know the organization of the nesting, the form to organize the politics, production and the internal consumption; to identify and to characterize the centralizer factors nucleadores that had contributed in this process and to point the changes that had happened in the space of the town of Dionísio Cerqueira, from the installation of the nesting. To reach such objective, a qualitative methodology with data-collecting was adopted, interviews with people from the nesting and from the town of Dionísio Cerqueira. The results show that the period of encampment was determinative for the seated ones had constructed to a proposal of organization politics, production and consumption from the collective one. As to the centralizer factors that had contributed in the process of local development in the nesting, it can be quoted the Public Space, the Education, the School “Construindo o Caminho” and the Cultural question. This last one points to a change in the form of the seated ones to perceive and deal with their memories, where the same ones had learned to look at past and then to transform it into something better to live e (to re)organize the territory. In the final stage of the research, it was identified the changes that had happened in the space of the town Dinísio Cerqueira-SC, after the installation of the nesting, making a comparative degree between what existed in the area of the old Tracutinga Farm with what exists currently in this area, or else, after the transformation of the area of the farm in an Agrarian Reformation area. The results had shown that the fact of if attributing to a new function the old farm, transforming it into a nesting, generating a series of changes in the space of the town, with the emergence of new fixtures and flows, improving, this way, the economy of the town. But, especially, there was a cultural change in the life of people from that town, that, at the beginning of the nesting were against its installation and nowadays, approximately more than 80 percent of the people from the town are favorable and encouraging the new projects of nesting. The research still showed that the nesting started to have influence in the politics life of the town, and in the other sectors of the economy of this place, rescuing the called local.

Keywords: MST, nesting, local development, geographic space, Conquista na Fronteira.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE A POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, REFERENTE AOS ANOS DE 1997 E 2000	60
QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE AS ÁREAS DA ANTIGA FAZENDA TRACUTINGA E O ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC.....	134
QUADRO 3 – PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL DO ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC, REFERENTE À SAFRA 2002-2003.....	140

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC	62
FIGURA 2 – MODELO DAS PRIMEIRAS CASAS CONTRUÍDAS NO ASSENTAMENTO	72
FIGURA 3 – SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC.....	78
FIGURA 4 – MOMENTO EM QUE OS ASSENTADOS DISCUTEM PROPOSTAS REFERENTES À POLÍTICA, PRODUÇÃO E AO CONSUMO NO ASSENTAMENTO	94
FIGURA 5 – ALUNOS DA ESCOLA “CONSTRUINDO O CAMINHO” DISCUTINDO O TEMA GERADOR ‘EMBELEZAMENTO’	107
FIGURA 6 – ESCRITÓRIO E UNIDADE FRIGORÍFICA DE ABATE DE FRANGO.....	137
FIGURA 7 – BALANÇO SOCIAL DO ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC.....	138

LISTA DE SIGLAS

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Controle da Reforma Agrária.

COOPERUNIÃO – Cooperativa de Produção Agropecuária União Oeste.

FUNDEP – Fundação do Desenvolvimento da Educação e Pesquisa da Região Celeiro.

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 MST E DESENVOLVIMENTO LOCAL: PARA ALÉM DOS ASPECTOS ECONÔMICOS	22
1.1 Introdução	22
1.2 Desenvolvimento rural: do meio natural ao meio técnico científico informacional	25
1.3 Globalização do espaço rural e alienação do território	33
2 ASSENTAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIÊNCIAS EM PROCESSO	41
2.1 Desenvolvimento local ou desenvolvimento regional	42
2.2 Reforma agrária e assentamentos coletivos	50
3 ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL	59
3.1 Localização e situação geográfica do Assentamento	60
3.2 Histórico do Assentamento “Conquista na Fronteira”	64
3.3 Assentamento e desenvolvimento local	68
3.4 Da organização à fundação da Cooperunião	77

4 FATORES NUCLEADORES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ASSENTAMENTO	83
4.1 Concepção de espaço público na modernidade	84
4.1.1 Espaço público no assentamento	91
4.2 Fator nucleador: Educação	95
4.3 Fator nucleador: Escola “Construindo o Caminho”	101
4.3.1 A organização dos tempos na escola	108
4.4 Fator nucleador: Cultura	115
5 O ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA: ANTES E DEPOIS DA INSTALAÇÃO DO ASSENTAMENTO	129
5.1 Espaço e tempo no assentamento	131
5.2 Novos fixos e fluxos no assentamento e para além dele	139
5.3 Assentamento e poder local	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXO	157

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social organizado, cujas ações visam á realização da reforma agrária. Este movimento, recentemente, completou 20 anos de existência, marcado pela luta pela e, sobre a terra. Suas ações tem como objetivo organizar e realizar ocupações de terras sejam públicas ou privadas, como forma de pressionar o Estado brasileiro para, efetivamente, realizar a reforma agrária.

As ocupações acontecem de diferentes formas: na beira das estradas, em locais públicos ou nas propriedades que aguardam a desapropriação. Estas ocupações constituem os acampamentos, onde as famílias esperam a desapropriação da área terra, para assim, serem instaladas definitivamente. As famílias acampadas, muitas vezes, aguardam por longo tempo a conquista de forma definitiva da terra, para assim, transformar o local de acampamento em um assentamento.

A transformação do acampamento em assentamento ocorre a partir do momento em que é efetuada a desapropriação da propriedade pelo INCRA. Neste instante, os Assentados começam a criar ou construir suas infra-estruturas necessárias no espaço conquistado tal como a construção de casas e a organização do setor produtivo. Neste contexto, os assentamentos podem ser caracterizados como formas espaciais que, ao se territorializarem no espaço, modificam o uso e a propriedade da terra: é a transformação do

latifúndio em área de assentamento onde numerosas famílias passarão a produzir, gerar trabalho, emprego e renda.

A presença dos assentamentos no espaço rural brasileiro tem acontecido em meio a muitos conflitos com o latifúndio e com o Estado brasileiro. No entanto, os conflitos que existem em torno dos assentamentos não podem esconder um fato importante, os assentamentos mudaram a geografia do espaço rural brasileiro. Os assentamentos introduziram mudanças ao agregar novos elementos ao espaço rural, alterando com isso a organização espacial do lugar onde foram criados.

As mudanças introduzidas pelos assentamentos podem ser percebidas especificamente nos municípios em que foram instalados. Portanto, os assentamentos têm promovido impactos nos municípios, alterando aspectos referentes à política, à economia e à cultura.

Neste sentido, já foram realizadas investigações, acerca dos impactos dos assentamentos nos municípios. Entre as investigações, pode-se destacar a pesquisa ASSENTAMENTOS: resposta econômica da PEQUENA propriedade na região de Cruz Alta (1989), e mais recentemente, a pesquisa Os impactos regionais da reforma agrária: Um estudo sobre áreas selecionadas (2002).

As pesquisas que retratam a importância dos assentamentos para os municípios, principalmente no que tange aos aspectos econômicos, não deixam dúvidas sobre a sua contribuição. No entanto, os assentamentos representam muito mais do que números e frações econômicas. Os assentamentos são a expressão máxima e concreta de novos

territórios, ou ainda, territórios alternativos como prefere Haesbaert (2002).

Muitas vezes, o MST – por força de seu discurso – é tido como um movimento singular; no entanto, este movimento é plural, pois quando se olha para os assentamentos num plano horizontal, é possível verificar muitas e distintas formas de organização de assentamento, que a princípio têm um valor pedagógico, porque fazem referência direta a sua própria experiência de organização política, de produção e de cultura. É pedagógica por ser uma experiência concreta que pode vir a ser repetida em outros espaços.

É mediante esta interface entre diferentes formas de organização de assentamentos que se pode pensar que os assentamentos representam um conjunto de diferentes formas, que vão constituir processos de desenvolvimento local, fortemente imbricados com os municípios nos quais estão instalados. Neste contexto, tem aparecido com muita força, modelos de desenvolvimento local de assentamentos, constituídos a partir de uma organização coletiva, que por força de suas experiências merecem ser pesquisados.

É reconhecendo a importância que os assentamentos organizados a partir do coletivo têm, enquanto processo de desenvolvimento local, que é proposto como objeto de estudo, o Assentamento “Conquista na Fronteira” – SC. Este assentamento localiza-se no Extremo Oeste de Santa Catarina, ficando a uma distância de 30 km da cidade de Dionísio Cerqueira, possuindo uma área de 1.200 ha, tendo 58 famílias instaladas que escolheram trabalhar no coletivo, utilizando as potencialidades existentes no território como a melhor forma para responder aos desafios colocados pelo atual modelo de produção capitalista.

Este modo de apropriação do espaço, escolhido pelos Assentados, a partir do

coletivo, confere um modelo particular de apropriação do espaço no assentamento que, por sua vez, se diferencia do seu entorno, no sentido de que produz uma ruptura com o modelo de apropriação do espaço hegemônico, próprio da sociedade capitalista e muito presente no Município de Dionísio Cerqueira.

O Município de Dionísio Cerqueira pertence à região Oeste de Santa Catarina, cuja principal característica é ser uma região essencialmente agrícola, com o predomínio da agricultura familiar. Porém, nas últimas duas décadas, a região tem apresentado grandes transformações no seu espaço, em função do avanço do capital, que tem como consequência o aumento do êxodo rural, associado a um declínio econômico muito acentuado.

O avanço do capital começa a se intensificar a partir do momento em que a região é inserida dentro de uma lógica de desenvolvimento global, tendo como principal característica a modernização do espaço rural com enfoque na produtividade. A modernização do espaço rural acontece com o apoio do Estado brasileiro, que faz alianças com os grandes produtores rurais e com a indústria ligada à agricultura, excluindo, assim, os pequenos produtores rurais do acesso ao crédito e de qualquer outro benefício do Estado.

O declínio econômico ocorre em função do domínio das agroindústrias na região. Em decorrência, uma parcela considerável de agricultores abandona o campo, enquanto que os que ficam são integrados à agroindústria. Com isto, existe uma diminuição na circulação da moeda e na arrecadação fiscal do Município, o que acaba por impedir estes Municípios de promoverem o dinamismo econômico e, assim, cumprirem com o seu papel social junto à população.

A diferenciação, a qual se fez referência anteriormente, ocorre pelo fato de os Assentados discutirem questões referentes à política, à produção e ao consumo; de trabalharem de forma diferenciada na construção de uma cultura voltada para o desenvolvimento local do assentamento, ou seja, no coletivo. Assim, o assentamento vem conseguindo construir o seu processo de emancipação social, além de contribuir para o desenvolvimento do Município de Dionísio Cerqueira e da região.

O que se propõe com a pesquisa é compreender como se desenvolveu o processo de desenvolvimento local do Assentamento “Conquista na Fronteira” e qual a contribuição para o desenvolvimento do Município de Dionísio Cerqueira. Neste sentido, busca-se compreender como está organizada a política, a produção e o consumo no assentamento; identificar e caracterizar os fatores nucleadores da proposta de desenvolvimento local do assentamento e, finalmente, identificar o que mudou no espaço do Município de Dionísio Cerqueira, após a instalação do assentamento.

Neste contexto, trabalhou-se com uma abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa. Após as primeiras observações no assentamento, foi elaborado e distribuído um questionário com perguntas para as 52 famílias do assentamento. Concomitantemente a isso, foram realizadas entrevistas com perguntas fechadas e com perguntas abertas diretamente com os Assentados, com o objetivo de ouvir relatos com descrições, situações e acontecimentos vivenciados por eles.

A partir das entrevistas, dos depoimentos, das informações obtidas junto aos documentos do assentamento e de outros trabalhos realizados sobre o assentamento, buscou-se compreender o processo de desenvolvimento local do mesmo, procurando ainda apontar

esta experiência de organização coletiva como uma alternativa frente aos desafios que o capital impõe às comunidades do interior do Município de Dionísio Cerqueira.

No entanto, é pertinente ressaltar que não é objetivo da pesquisa estabelecer diferenciação entre o modelo de desenvolvimento do assentamento, com o modelo de desenvolvimento do Município de Dionísio Cerqueira, ainda que, em determinados momentos, algo neste sentido possa ocorrer.

Com a pesquisa busca-se, mostrar que, para além dos dados econômicos do assentamento, está uma experiência de desenvolvimento local construída e organizada a partir do coletivo, que se apresenta como um modelo alternativo de desenvolvimento local, que pode ser implementado tanto em assentamentos rurais, como também em outras comunidades rurais.

Por outro lado, espera-se que esta pesquisa seja um instrumento para continuidade do debate sobre o desenvolvimento regional no curso de geografia da Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina – UNOESC, onde iniciamos as discussões sobre este tema e do objeto desta pesquisa.

A pesquisa foi dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é apresentado um breve relato histórico do desenvolvimento rural no Brasil, a partir do meio técnico-científico-informacional, para identificar o surgimento do MST, com ênfase especial nas experiências de assentamentos, organizados a partir do coletivo e de seus desdobramentos com relação ao tema da Reforma Agrária.

Com o segundo capítulo, busca-se analisar o surgimento do conceito de desenvolvimento local e sua aplicação nas experiências de assentamentos organizados no coletivo, para no terceiro capítulo, compreender a experiência de organização coletiva do Assentamento “Conquista na Fronteira” como um processo de desenvolvimento local, destacando ainda a importância do território na organização da política, da produção e do consumo local.

No quarto capítulo, busca-se identificar e caracterizar os fatores nucleadores que condicionaram, e ainda condicionam, o processo de desenvolvimento local. Mais do que identificados, esses fatores ainda serão caracterizados enquanto processo. A partir das observações feitas no assentamento, pode-se destacar pelo menos quatro fatores potencializadores do desenvolvimento local, que são: o espaço público, a educação não formal, a educação formal com a escola Construindo o Caminho e a questão cultural. Estes fatores não precisam estar necessariamente nesta ordem para serem caracterizados.

Iniciar-se-á fazendo uma leitura a respeito do espaço público na modernidade para, num segundo momento, tratar do espaço público no assentamento, estabelecendo um contraste com o espaço público moderno. O segundo fator nucleador é chamado de educação não formal, ou ainda, uma educação permanente que está sempre em processo de construção e que não precisa, necessariamente, de uma escola para acontecer. No caso do assentamento, é um fator importante para organizar a produção e construir a escola, além de servir como fator para a introdução do terceiro fator nucleador, que é a Escola Construindo o Caminho. Com relação à escola, objetiva-se mostrar sua organização, o método utilizado, a escola na visão dos educandos, a importância e a contribuição da escola para o assentamento. O quarto fator nucleador trata da importância da questão cultural como um valor estratégico para o

desenvolvimento local no assentamento.

É objetivo no quinto capítulo identificar os impactos e os aspectos políticos, econômicos e culturais que foram sendo modificados no espaço do Município de Dionísio Cerqueira, após a instalação do Assentamento “Conquista na Fronteira”. Para tanto, será utilizada como proposta teórico-metodológica a periodização do espaço do município, a partir de uma abordagem qualitativa, tendo como base documentos do assentamento, depoimentos dos Assentados e de pessoas do próprio município, no sentido de identificar o que há de novo no espaço do município.

1 MST E DESENVOLVIMENTO LOCAL: PARA ALÉM DOS ASPECTOS ECONÔMICOS

1.1 Introdução

O Brasil é um país de grande extensão territorial, contendo mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, formando grandes regiões com diferentes características, marcadas por uma grande diversidade cultural. Porém, as regiões possuem um elemento que é comum a todas: a presença do capital que se intensificou a partir de 1945, com a passagem do chamado complexo rural para os chamados complexos agro-industriais.

Este processo histórico que caracteriza a passagem da agricultura brasileira do chamado complexo rural, para os complexos agro-industriais através da substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria como observa Graziano (1989) atribuiu um novo significado nas relações desenvolvidas no espaço rural brasileiro, sem muitas vezes respeitar a cultura, as condições ambientais e a população que reside neste espaço.

O capital, ao se territorializar, impõe uma racionalidade excessivamente econômica a estes espaços, onde a modernização da agricultura é o ponto de convergência de

todas as políticas implementadas pelo Estado. Este processo de modernização tem produzido mudanças profundas nas relações entre o Estado e o setor agro alimentar, consolidando a hegemonia das agroindústrias financiadas pelo Estado brasileiro, sobre os pequenos produtores rurais que ficam desprovidos do acesso ao crédito, onde muitos são obrigados a abandonar a propriedade e fazer o caminho para a cidade.

Nas regiões onde a atividade principal é a agricultura, é possível encontrar um capital que se territorializa e modifica o espaço rural, e estas modificações não pertencem exclusivamente aos períodos recentes, vêm acontecendo historicamente, através dos projetos de colonização, ao longo dos 500 anos de formação sócio-espacial do Brasil, que de certa forma sempre beneficiaram interesses externos ao país, o que levou Milton Santos (2002) a se referir ao Brasil como um país distorcido.

Então, a partir dessas considerações iniciais, nas quais se procura destacar o fato concreto, onde é o capital, muitas vezes, que decide o futuro das pessoas independente de considerar a cultura das sociedades locais. São transformações impulsionadas pelo capital, cuja mobilidade se assemelha a das grandes empresas transacionais.

Este fato, de o capital ter uma capacidade de se associar e de se adaptar a diferentes situações faz com que o mesmo não respeite fronteiras para se expandir, deixando lugares à margem das inovações tecnológicas e da informação, enquanto outros lugares são dotados de uma situação técnica.

A questão é que, na territorialização, o capital expropria muito mais rápido do que recria. Ou seja, a territorialidade do capital é muito mais intensa que a territorialização do campesinato. Para os trabalhadores expropriados, que são a maior parte, e vivem na miséria e lutando contra a fome, só lhes resta lutar para mudar esse “destino”. É por essa razão que os camponeses se organizam. É neste contexto que os camponeses expropriados e em processo de exclusão se organizaram e criaram o MST (MANÇANO FERNANDES, 2000, p. 6)

A criação do MST é resultado de um processo desigual e contraditório das relações de produção que norteiam o processo de desenvolvimento rural, em que, de fato, o capital encontra limites a sua expansão. Ao mesmo tempo em que as regiões agrícolas são o palco da territorialidade do capital como já se constatou, também são os locais onde acontece o processo de desterritorialização. No entanto, “simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica sócio-espacial” (SAQUET, 2003, p. 39).

As situações históricas, que levaram um grande número de agricultores a serem desterritorializados de seus lugares tradicionais de trabalho, estão intimamente ligadas à grande concentração da terra e à modernização. No entanto, este último, segundo Santos, não pode ser analisado como um processo unilateral, mas considerando as mediações presentes neste processo.

É mediante este contexto que se propõe, neste capítulo, construir uma idéia geral do processo de desenvolvimento rural no Brasil, que seja ao mesmo tempo um ponto de partida para ajudar a explicar as situações históricas que levaram à formação do MST, mas também o reconhecimento da existência dos assentamentos como processos de desenvolvimento local, dentro de um sistema que está permanentemente em movimento. Neste sentido, não se adota o desenvolvimento rural como base explicativa, mas sim a base material sobre o qual ocorre o desenvolvimento, ou seja, o espaço geográfico objeto de análise da geografia.

Ao se adotar o espaço geográfico como caminho metodológico, define-se este como sendo a “união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas

híbridas, as técnicas” (SANTOS, 2001, p. 11). Neste sentido, o espaço tem valor pelo seu uso, assim busca-se responder a pergunta: Como as inovações técnicas introduzidas no espaço rural contribuíram para fazer um novo uso do tempo e um novo uso da terra?

Esta é uma questão central para analisar o espaço rural na medida em que os objetos técnicos sempre tiveram e ainda tem uma importância muito grande na formação sócio-espacial, nos modos de produção, abrindo a possibilidade para melhor compreender os conflitos entre as formas atuais e as formas antigas que deram origem a atual formação do espaço rural, que se projeta para o futuro como uma possibilidade de atribuir um novo sentido, para o uso do tempo e da terra.

Procura-se, inicialmente, fazer o transcurso histórico das diferentes etapas do processo sócio-espacial rural brasileiro, período que começa com o meio natural e vai até o meio técnico-científico informacional.

1.2 Desenvolvimento rural: do meio natural ao meio técnico científico informacional

Em artigo publicado com o título “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”, Zander Navarro expressou o seguinte argumento em relação à noção de desenvolvimento rural:

A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, anos dourados 1950-1975 (o grifo é nosso), foi moldado, certamente, pelo “espírito da época”, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural. No Brasil, por exemplo, já nos anos setenta e sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi

implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da “modernização agrícola”). Em tal contexto, a transformação social e econômica e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres foi entendida como o resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi então meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar e, portanto, “desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001, p. 2).

Tal argumento evidencia que o desenvolvimento rural chegou ao Brasil como uma daquelas “idéias força”, ou seja, hegemônica sobre os demais aspectos, onde a tecnologia era o motor das mudanças, como se ela tivesse fim em si mesma. Esta revelação mostra o quanto importante é a relação entre o homem, suas técnicas e deste com a natureza, na formação sócio-espacial de uma sociedade. “As técnicas não existem por si próprias, mas sim por suas funções, logo se estabelece um arcabouço de relações em seu entorno”. As técnicas se dão como famílias. Nunca, “na história do homem, aparece uma técnica isolada; o que se instalam são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas” (SANTOS, 2000, p. 24). Estas técnicas existem em função de uma estrutura política que lhe atribui uma utilidade, daí se pode falar em sistemas técnicos.

O primeiro período que corresponde ao meio natural caracterizava-se por uma relação quase que direta do homem com a natureza, cuja duração do tempo que mediava esta relação era o tempo lento. A natureza determinava a velocidade das ações do homem, isto era uma questão posta tanto para as diferentes comunidades indígenas, assim como, para o emigrante europeu, que iniciava o seu processo de ocupação e exploração do espaço brasileiro com mais intensidade, durante os anos de 1500. Mas, esta época também se caracterizou como um período pré-técnico, pois já existiam ferramentas de trabalho, ainda que rudimentares, para fazer frente às inúmeras dificuldades que o homem encontrava para sobreviver.

O imigrante europeu começou o seu processo de ocupação e exploração, de forma ainda que lenta, pelas regiões litorâneas. O trabalho empregado para realizar tal tarefa consistia, basicamente, na tentativa de domesticar animais e plantas, pois no que tange à agricultura, objeto aqui em análise, a sua implantação deu-se pela derrubada da mata, no sentido de que

[...] o despontar da agricultura foi também sinônimo de desmatamento. Todavia, esse processo não significou a implantação de prátas nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois rimos e regras humanas buscavam sobrepor-se as leis naturais. Todavia a natureza comandava, diretamente ou indiretamente, as ações humanas (SANTOS, 2001, 29).

A atividade agrícola nesse período era determinada em cada lugar, respeitando as condições ambientais e as necessidades de produtos de cada lugar. Era um período em que as relações do homem com o espaço davam-se pela ocupação dentro de um cenário, no qual os lugares não eram integrados, tinham dificuldades para se comunicar entre si e o espaço podia ser representado como um conjunto de pequenas ilhas, onde a “escassez era um dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural” (SANTOS, 2001, p. 27). Mas quando esta situação começa a se modificar?

Essa situação começa a ser revertida na medida em que a escassez vai diminuindo com a presença de sucessivos e diversos meios técnicos. Contudo, este processo aconteceu de forma lenta e gradual no espaço. Não é objetivo aqui, retratar este processo na íntegra, mas defini-lo ao longo do tempo, e assim identificar a velocidade do processo de modernização aplicado à produção, que aconteceu de forma desigual em cada lugar.

Até 1850, o Brasil apresentava uma agricultura com base em padrões naturais, no qual as fazendas tinham em seu interior todos os serviços necessários para desenvolver o processo produtivo com certa autonomia de produção. A partir desta data, por força de um movimento internacional para suspender o tráfico de escravos, o Brasil é obrigado a repensar o formato do trabalho para as grandes áreas de terras, inclusive modificando a forma de apropriação e uso da terra. Esta situação levou à criação da Lei de Terras de 1850 que

[...] regulamentou a situação de posse e propriedade das terras após o vazio legal que se seguiu à extinção do regime de sesmarias, depois da independência do Brasil e 1822. Ela legitimava o direito de posse em terras ocupadas com culturas efetivas, recompensava o cultivo eficiente concedendo ao posseiro outro tanto de que possuísse, garantindo, dessa forma, as condições preexistentes de acesso a terra. Porém, de acordo com Lima (1954), sua face mais importante era a que se voltava para o futuro, determinando que ficavam “proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não a compra” (MEDEIROS, 1993, p 11).

As implicações da Lei de Terras na organização da produção e na economia foram bastante profundas. Com a substituição da mão-de-obra escrava pelos colonos europeus, aprofundou a divisão social do trabalho. Alguns serviços, anteriormente realizados nas fazendas, passaram a ser realizados fora das mesmas, em outros setores da economia, dando início ao desenvolvimento do mercado interno e ao surgimento de aglomerações no entorno das novas atividades. Surgiam assim, os primeiros núcleos urbanos.

Com o passar do tempo, as cidades passaram a ser o centro político administrativo, apesar de o espaço rural continuar sendo o setor produtivo mais importante, o que mais empregava. Neste período, o espaço rural abastecia a cidade, existindo certa dependência da cidade com relação ao mesmo. Mas esta situação não iria prevalecer por muito tempo, pois na medida em que o trabalho passa a ser intensificado e diversificado com a introdução de novos objetos no espaço, o uso da natureza também se diversifica, uma vez que, as fazendas começaram a trabalhar com produtos diversificados, destinados a atender as

exportações.

O Brasil, então, se configurava “como um arquipélago da mecanização incompleta” (SANTOS, 2001, p. 27). Cada lugar organizava-se em pequenas comunidades, onde as técnicas eram criadas em função da própria experiência do homem em desbravar a natureza, à medida que começou a se acentuar a apropriação do espaço através da fixação do homem ao lugar e a se estabelecer um regime de acumulação de trabalho. As relações, neste sentido, passaram a ser cada vez mais complexas, mas isso não convergiu para a realização da reforma agrária, como ficou evidente na elaboração da Constituição Federal de 1946, em que:

O poder dos grandes proprietários fez com que a nova Constituição (...) apresenta-se em seu art. 184, um dispositivo conservador que dificultaria a implantação de uma reforma agrária; por este motivo “Compete a União desapropriar, por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos de dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei” O parágrafo 1 deste artigo estabelecia ainda que as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro (ANDRADE, 2003, p. 123).

A indenização das terras em dinheiro favorecia a manutenção das velhas formas de apropriação do espaço - o latifúndio, ainda que o caminho para modernização já apontasse para a necessidade de atribuir novas funções para o uso da terra. Tais funções só poderiam viabilizar-se com a introdução de novas formas de apropriação das terras, como o fizeram os países mais desenvolvidos. No Brasil, esse processo deu-se conservando as velhas formas de apropriação das terras, contribuindo assim para fazer do espaço agrário brasileiro um espaço desigual e contraditório, em um período marcado por novas mudanças nas formas de produção no mundo, sobretudo com a inflexão do espaço urbano sobre o espaço rural.

A modernização do espaço rural começa a se intensificar, especialmente após a

Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a internacionalização da economia e a dependência do espaço rural em relação ao espaço urbano. Este último ganhava importância em razão da dependência da agricultura de insumos, máquinas e equipamentos para poder produzir.

A predominância de uma racionalidade urbana sobre a rural, levou o governo militar em 1964 a repensar a estrutura agrária do país, criando o Estatuto da Terra, que classifica os imóveis rurais em quatro categorias: minifúndios, latifúndio por exploração, latifúndio por extensão e empresas rurais.

A criação do Estatuto da Terra tinha como objetivo eliminar os conflitos no espaço rural, além de estabelecer as categorias de minifúndio, latifúndio e empresa rural. Seria este o modelo ideal para romper com os conflitos, mas os acontecimentos deram-se de outra forma, como observa Medeiros (2003):

O Estatuto da Terra criou as condições institucionais que possibilitavam a desapropriação por interesse social como caminho para eliminar os conflitos no campo. No entanto, no rearranjo de forças políticas que se seguiu ao golpe, a possibilidade de uma reforma agrária com base na desapropriação foi posta de lado, em favor de um modelo fundado no apoio a modernização tecnológica das grandes propriedades, com incentivos fiscais e crédito farto e barato (DELGADO, 1985, p. 43).

Portanto, o Estatuto da Terra já mostrava objetivamente que a reforma agrária, definitivamente, não teria condições de realizar-se em tais condições. Na verdade, a empresa rural, na figura do capitalista proprietário das terras, associou-se ao latifúndio. Um latifúndio dotado de novos objetos técnicos para introduzir ao processo produtivo, impulsionando a entrada da economia brasileira junto ao mercado internacional. É neste contexto que o Brasil começava o seu endividamento externo:

O país fez ou faz a dívida para criar condições ou para ampliar a sua produção. Para pagar a dívida tem que exportar, quer dizer, tem que se sujeitar aos preços internacionais. Como esses preços, no que se refere às matérias-primas (gêneros agrícolas e recursos minerais, exceto o petróleo), têm baixado nas últimas décadas, o país tem que ampliar a produção para poder continuar pagando a dívida. Para poder aumentar a produção, toma mais dinheiro emprestado e conseqüentemente aumenta a dívida, o que faz com que ele tenha que exportar ainda mais; logo, os preços internacionais tendem também a cair muito mais (OLIVEIRA, 1994, p 50).

Por outro lado, essa carga técnica introduzida no espaço rural, influenciou profundamente a economia do Brasil, pois passou a orientar a forma como seriam utilizados os recursos públicos, com os investimentos sendo direcionados para criação de infra-estrutura (rede, malhas, nós) para assim, circular a produção. A construção de estradas de rodagem, ferrovias e de uma nova indústria ligada e impulsionada por uma produção crescente de produtos agrícolas criou as condições necessárias para integrar o território e o mercado nacional, cujo centro das decisões passou a ser a região sudeste, principalmente o Estado de São Paulo.

Este processo de integração do território nacional, que corresponde ao processo de modernização agrícola no Brasil, intensificou-se durante as décadas de 1960 e 1970, consolidando um período marcado pelo acréscimo de novos objetos no território, em que a região sudeste tinha a maior quantidade destes objetos. Esta situação começa a se modificar durante os anos de 1980 e 1990, quando os novos objetos técnicos passam a ser cada vez mais sofisticados, substituindo o período técnico pelo período técnico-científico informacional. Este período diferencia-se do período técnico pelo acréscimo da informação, expandindo-se para outras regiões do território brasileiro, que até então não participavam do processo de modernização. Começa também, a integração ao processo de globalização.

Este novo período, a globalização, tem início no Brasil em meados dos anos

1970, com a união da ciência à técnica, mais a informação, que acabou por acelerar o uso de tempo e do espaço. As distâncias são reduzidas, acelerando os contatos entre os lugares e atribuindo ao território nacional “novos conteúdos, novos comportamentos, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informação, das ordens e dos homens” (SANTOS, 2001, p. 52-53).

A informação concorre para facilitar a convergência dos momentos em todo o território nacional, em que o regulador de todo esse processo é o mercado. É assim que o Brasil torna-se parte do mercado global. Este mercado global caracteriza-se pelo uso intensivo de novas tecnologias no processo produtivo, daí pode-se falar de uma nova divisão territorial do trabalho, da reengenharia das empresas, da necessidade de se abrir os mercados nacionais para a entrada das empresas multinacionais.

Neste período, as mudanças econômicas são cada vez mais rápidas, e diga-se também, mais radicais na medida em que se pode falar em integração global. Por exemplo, o território brasileiro, neste processo, vai integrar-se como nunca antes havia acontecido, iniciando na região sudeste, estendendo-se para as demais regiões do país. Porém, também é necessário reconhecer que esta integração global foi geradora da fragmentação sócio-espacial dos territórios nacionais, em função de que:

Este processo tem efeito direto para o próprio sistema, pois o aumento da concorrência intercapitalista também faz concorrer entre si os sistemas nacionais e regionais de normatizações. Funciona como “pressão” para a unificação, para que as relações comerciais ocorram com as mesmas regras. Dito isso, deve-se entender que a globalização não é uma força espontânea, mas um encadeamento entre reestruturações econômicas, políticas governamentais que vêm promovendo a transnacionalização, adoção de progresso tecnológico e reestruturação organizacional nos sistemas de comunicação e transportes. Desta forma, a globalização, vista como a etapa atual de um processo maior de contínua integração em âmbito mundial, interfere também nas demais escalas das integrações socioespaciais, como o cotidiano de comunidades locais, sociedades regionais e nacionais (HEIDRICH, 2004, p 49).

1.3 Globalização do espaço rural e alienação do território

O que muda então, com a agricultura científica globalizada? No período natural (pré-técnico), a agricultura era uma atividade em que o homem estabelecia relações mais profundas com a natureza, mas com o surgimento dos primeiros sistemas técnicos, o homem passou a alterar significativamente esta relação com a natureza, marcando o início da modernização da agricultura. A globalização, ancorada no período técnico-científico-informacional, além da fluidez do espaço sob a égide da informação e das finanças, acentua a alienação do território, no sentido de que:

Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência a instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação as superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável (SANTOS, 2000, p. 88).

Para a compreensão de como se instalam as condições que levam à alienação do território, é necessário considerar que o território vem ganhando cada vez mais importância pelo seu uso, pela sua utilidade; e aqueles atores que nele estão, ou que nele buscam se instalar. O território também vem sofrendo grandes mudanças em função do acréscimo de objetos técnicos, que acabam por renovar a sua materialidade, a partir da criação de infra-estrutura, de novos fixos e fluxos para fazer circular a produção, cuja base de funcionamento está não só no uso da técnica, como também da política.

O território ganha importância para a economia em função da competitividade, pois o grande capital internacional está envolvido em uma corrida desenfreada para aumentar a produção e eliminar o concorrente, e para tanto, depende das condições oferecidas pelos lugares para produzir e fazer circular a produção. Assim, divergindo do que acontecia anteriormente, o lugar passa a desempenhar um papel importante para o grande capital. Neste sentido, cabe questionar como essa agricultura científica - globalizada instala-se nos lugares, e como consegue a sua legitimidade.

Essa agricultura instala-se nos lugares como ideologia. Esta afirmação parte do princípio de que os novos objetos como: as sementes híbridas e transgênicas, inseticidas, fertilizantes etc, são criados para fazer um novo uso do solo, com base no encurtamento dos ciclos vegetais. Mas, este novo padrão tecnológico exige um discurso para ser oferecido aos lugares, como sendo algo moderno.

Esse discurso, na verdade, representa uma estrutura econômica, cuja funcionalidade se expressa em uma 'lógica competitiva' que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais (SANTOS, 2002, p. 304).

A racionalidade pode ser definida como a ação trabalhada entre os meios e o fim de um modo de produção. Esta racionalidade orbita sob uma determinada lógica, ou seja, a lógica do moderno, que traz no seu bojo uma proposta de ação que depende dos lugares para ser aceita. Esta aceitação depende da sua legitimidade, ou seja, do discurso de uso, associado ao discurso para seduzir o corpo social de um determinado lugar, para aceitar docilmente as regras do jogo das empresas, evidenciando que:

A influência das empresas no controle do território é tanta, que cada ramo de produção produz uma determinada lógica territorial. Assim, por exemplo, uma empresa fumageira instalada numa determinada região (re)estrutura o território,

direcionando as atividades agrícolas para o fornecimento da matéria-prima de que necessita, o fumo. Isso acontece com empresas do leite, dos frangos, dos suínos, etc., relegando a uma Segunda ordem de importância outros usos possíveis do solo agrícola regional (DALLABRIDA e BECKER, 2003, p. 186).

A reorganização do território concorre para facilitar a legitimidade da racionalidade capitalista globalizada e implica em mudanças nas relações sociais, que vão desde a relação entre países, até as relações entre as pessoas. Neste caso, as relações vão acontecer sob a hegemonia do dinheiro e da informação.

É a informação que permite que o dinheiro global consiga circular com rapidez entre os países, tornando as fronteiras dos países menos rígidas para a entrada e saída do dinheiro globalizado. Como são as empresas globais que detêm o uso exclusivo do dinheiro e da informação, as políticas dos Estados voltar-se-ão para essas empresas, e não para o conjunto da sociedade. Um exemplo desta situação é a distribuição dos recursos destinados à agricultura. As empresas multinacionais são financiadas pelo Estado brasileiro, pois é este que concede créditos públicos específicos para produtores rurais de produtos pré-determinados pelo mercado globalizado, acrescentando ainda que:

Os produtores rurais se viam obrigados a endividar-se com o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), adquirindo os novos insumos para se manterem competitivos no mercado. A compra pelo agricultor desses insumos é condição para seu acesso aos recursos, já que o Manual de Crédito Rural estipulava que 15% do orçamento do custe seria utilizado no emprego de agrotóxicos, serviços de aviação agrícola, fertilizantes, sementes melhoradas, eletricidade etc. (Hathaway, 1996). Tal fato vem reforçar a idéia de que a política de crédito rural dos anos 1960-70 beneficiou sobretudo as multinacionais do setor químico presentes no Brasil (RAMOS, 2001, p. 383).

Esta forma de distribuir os recursos, muitas vezes, não faz sentido do ponto de vista social e ambiental. “Quase todas as suas operações supostamente de alta produtividade requerem mais energia fóssil nos insumos do que está contido em seu produto”

(LUTZENBERGER, 2001, p. 3). Para este mesmo autor, a agricultura moderna só poderá sobreviver com uma legislação especial e pesados subsídios, sendo que o agricultor, dentro desta imensa infra-estrutura, converte-se num simples tratorista e espalhador de veneno.

O discurso do moderno invadiu o cotidiano dos agricultores, invadiu todos os lugares onde a modernização se instalou. Porém, o agricultor não tem condições de compreender o discurso que está presente nos novos objetos como fazia anteriormente. Dessa forma a orientação técnica de como deverá ser usado cada objeto é feita pelas empresas de fora dos locais onde ocorre a produção. A leitura do manual dos novos objetos depende, cada vez mais, do trabalho especializado, realizado por técnicos agrícolas treinados em escolas, que nem sempre conseguem oferecer uma leitura adequada das suas próprias ações, pois as pesquisas, das últimas décadas nesta área, foram financiadas pelas grandes indústrias:

Conseguiu cooptar a pesquisa e extensão agrícola oficial, assim como escolas e, fazendo “lobby” a favor de legislação ou regulamentação adequadas e criando bancários de crédito (aparentemente) fácil, colocando o agricultor numa posição na qual dificilmente sobravam outras alternativas. Atualmente, o paradigma agroquímico é aceito quase sem questionamentos nos escolas agrícolas, na pesquisa e extensão. A maioria dos agricultores acredita nele e, freqüentemente, quando marginalizada, se culpa a si mesma por sua incapacidade para competir (LUTZENBERGER, 2003, p 9).

É neste momento, que o capital moderno encontra limites a sua expansão, em função da competitividade, no sentido que busca a todo custo aumentar a produção e acumular mais rentabilidade. Todo este processo acontece pela substituição da agricultura natural, por uma agricultura científica globalizada, ancorada na biotecnologia, tendo como resultado a exclusão social, porque

Quando a corporação moderna reúne o poder da tecnologia moderna e o poder da grande massa de capital, reúne simultaneamente o cientista, cuja autopercepção de responsabilidade moral se limita a fazer avançar o conhecimento objetivo instrumental, e o executivo corporativo, cuja autopercepção de responsabilidade moral se resume a maximizar os lucros da corporação. O resultado é um sistema onde o poder e a competência técnica estão desvinculados da responsabilização

moral, onde os valores instrumentais e financeiros atropelam os valores da vida, e onde o que é prático e lucrativo toma precedência sobre o que é vital e responsável (DOWBOR apud DAVID KORTEN, 2000, p. 68).

Esta situação pode ser representada pelas regiões quando acolhem essa agricultura científica e definem-se como um espaço em que as relações são mais horizontais. Os representantes da agricultura científica instalam-se nestes espaços horizontais, através da relação vertical, pode-se dizer até, por meio de relações inflexíveis, que reconhecem apenas a solidariedade puramente econômica na figura da competitividade. Como essa modernidade é inflexível e não conhece outras formas de solidariedade, conhece apenas os seus interesses, acaba por trazer desordem ao espaço horizontal, ao tratar a natureza como um produto. Esta desordem vem provocar um desequilíbrio ambiental e a exclusão do processo produtivo de grande parte da população local, sendo responsável pelo grande êxodo rural destas últimas décadas.

As ações da agricultura moderna, de certo modo, acabam tornando-se algo estranho para a população local, porque os novos objetos apresentados às populações são dotados de discurso moderno, de discurso ideológico. O discurso está nos objetos, e muitas vezes, é produzido antes de o objeto ser fabricado para ser vendido como uma verdade. Porém, quando a população foca toda sua vontade de abrangência nessa verdade, e não consegue participar dela, é que ocorre aquilo que Santos (2000) chamou de confusão dos espíritos.

Quando o autor se refere à confusão dos espíritos, ele também se refere a uma situação vivida pelos lugares (horizontalidade), onde o discurso competitivo se instalou nas coisas, que também está relacionado com as situações que o legitima. O agricultor, de outro lado, tem a sua disposição a modernidade, mas não pode fazer parte dela, porque a

modernidade é feita só para alguns. Porém, como é possível explicar isso ao agricultor?

E isso não é tudo. Se for verdade que o discurso invadiu o cotidiano, que está presente nos objetos como ideologia, também não é menos verdade o fato de que essa ideologia entregue aos agricultores pelos homens do marketing, deixará de ser uma verdade, porque não tem função para a maior parte da população. E se não tem função, é uma ilusão, sendo uma ilusão, com o passar do tempo tende a desaparecer, permitindo que novos espaços alternativos aos espaços econômicos possam surgir paralelamente a esse espaço, que se pretende hegemônico.

Mediante esta situação, o lugar ganha em importância, porque é o lugar que vai fazer a mediação entre os agricultores (local) e as empresas multinacionais (global). Conseqüentemente, vai receber todas as tensões e conflitos advindos dessa relação de superposição do espaço. É assim que o lugar se torna um espaço esquizofrênico, podendo abrigar dentro de si o latifúndio, o grande empresário rural, assim como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST assumiu de forma definitiva, em 1985, o formato de movimento social organizado na luta para romper as cercas do latifúndio, da ignorância e do capital, para democratizar a terra, a educação e a riqueza produzida. Neste sentido, o MST situa-se no espaço rural brasileiro, ao longo destes últimos 20 anos, como uma resposta ou como uma contra-racionalidade em oposição à racionalidade hegemônica, que se propõe única e que provocou a desterritorialização de parte significativa da população rural.

Como os agricultores sem terra viram-se excluídos da agricultura científica

globalizada, razão pela qual eles são Sem Terra e buscam construir no seu cotidiano a sua inserção na sociedade fazendo o caminho contrário à racionalidade proposta pela agricultura científica, ou seja, criam formas novas de produção e de consumo, que têm como princípio valorizar a população, a sabedoria e a cultura local, num movimento de dentro para fora.

Logo, é importante ter o entendimento de que o surgimento do MST é resultado de determinadas situações históricas, as quais se aprofundaram a partir do período técnico-científico informacional, que atribuiu um novo uso para o espaço, a partir da densidade técnica distribuída de forma desigual pelo território. O resultado foi um novo sentido para o uso do tempo e um novo uso da terra.

O desenvolvimento rural no Brasil atual está para a sociedade como uma fábula, porque faz crer que o desenvolvimento tecnológico está à mão de todas as pessoas, quando na verdade, está como perversidade, porque agride o meio ambiente e tem dificuldade de incluir as pessoas nas suas realizações. Na verdade, as condições técnicas deveriam ser dadas para promover a inclusão, um novo uso da técnica e da política para transformar esta realidade, porque o futuro é feito do que já existe, mas também do que ainda não existe, segundo Santos (2000).

O novo surge das tensões advindas da realidade. Conforme Navarro (2002), a modernização foi apresentada como um processo natural que melhoraria o bem-estar social e econômico das populações rurais. Como esse processo não se realizou, ao contrário, ocorreu que a maior parte da população não se adaptou às normas de realização material e imaterial. Houve assim, a crise social no meio rural, em que os assentamentos apareceram como algo novo e diferente no espaço rural.

Os assentamentos formam um conjunto de pequenos territórios, dentro de um espaço contínuo e descontínuo, mas, quando percebido dentro de um plano horizontal, são vistos como partes de um sistema mais abrangente. Constituem-se como verdadeiros projetos de desenvolvimento local, nos municípios onde são instalados. Esta será a discussão desenvolvida no próximo capítulo.

2 ASSENTAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIÊNCIAS EM PROCESSO

É possível referir-se aos assentamentos como processos de desenvolvimento local? A resposta a essa pergunta será o fio condutor da discussão neste capítulo. O MST, nestes últimos 20 anos, tem acumulado inúmeras experiências de assentamentos em todo o território nacional, fazendo crescer também o interesse da opinião pública com relação aos assentamentos, como um objeto geográfico, mas não ao uso que os Assentados fazem do seu espaço ou, sendo mais direto, ao seu conteúdo. Explicar o fato territorial “assentamento” e sua importância para a sociedade não é referir-se diretamente às suas formas. Assim, compreendê-los é fazer o caminho para dentro, para aquelas dimensões que nem sempre são visíveis quando o enfoque é, diga-se, direcionado apenas às suas formas.

Compreender a natureza do espaço de um assentamento, a partir de dentro, é uma tarefa difícil e ao mesmo tempo um desafio. Os assentamentos formam um conjunto de experiências particulares, mas são também parte integrante de uma realidade mais ampla que se constitui enquanto sistema – porque as regras de seu funcionamento são as mesmas nos mais diversos lugares, tendo como característica mais importante sua dinâmica. De acordo com essa dinâmica, os assentamentos fazem parte de um mesmo sistema cuja presença não ocorre de forma assimétrica com este sistema maior, pelo contrário, frequentemente entra em confronto como o espaço hegemônico. Todavia, esse

[...] enfrentamento é um momento de conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade [...] o movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2006, p. 2).

É assim que os assentamentos ganham, em evidência e em importância, porque nos municípios onde se instalam, buscam reproduzir-se e consolidar-se como uma territorialidade, enfrentam os desafios do cotidiano para poder sobreviver e para buscar um sentido para sua existência. Tudo isso se faz resgatando a força do lugar, daí, as referências aos assentamentos como processos de desenvolvimento local. Mas, antes de entrar nesta discussão, serão propostas brevemente algumas considerações a respeito das situações que deram origem ao conceito de desenvolvimento local, e do porquê este conceito é freqüentemente associado com desenvolvimento regional.

2.1 Desenvolvimento local ou desenvolvimento regional

O conceito de desenvolvimento surgiu como um elemento capaz de resolver os dramas das sociedades após a Segunda Guerra Mundial, sendo tema central nas Nações Unidas. A idéia de desenvolvimento foi incorporada tanto entre os países capitalistas, como entre os países socialistas, na época. Embora o capitalismo e o socialismo fossem modos de produção, com diferenças bem acentuadas entre si, apresentavam uma característica comum, que era a fraca tradição de participação da população civil nos processos decisórios.

A reconstrução dos países envolvidos nos conflitos durante a Segunda Guerra Mundial começava a encontrar no conceito de desenvolvimento uma base para construir uma idéia de futuro e de paz duradoura entre os países. Na busca por uma maior seguridade social

e econômica, foram sendo estabelecidos, ao longo dos anos, critérios para definir o conceito de desenvolvimento. Ocorre que, nas últimas décadas, têm surgido modelos de crescimento econômico associados a modelos de desenvolvimento econômico, neste caso, cabe uma diferenciação.

É necessário considerar que os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico devem ser analisados como complementares, porém existem diferenças que devem ser apontadas. A idéia de crescimento econômico pode ser definida como um estado regulado por uma lógica funcional, no sentido de que toda vez que ocorrer uma inovação na indústria, com a criação de um novo setor produtivo, será necessário um crescimento para que o espaço possa ser reorganizado de forma a possibilitar o desenvolvimento do novo setor produtivo. Portanto, está sendo feita referência ao crescimento de infra-estrutura para o capital se desenvolver, mas não faz nenhuma referência direta à distribuição de renda.

O conceito de desenvolvimento, além de trazer também uma dimensão funcional, deve ser sempre relacionado como algo que está constantemente presente no cotidiano. E este cotidiano requer uma base material e imaterial para poder existir, em que o capital empregado neste cotidiano deve ser sempre articulado, para promover ações que visem o conjunto da sociedade local. Assim pode-se afirmar que

La conclusión final es que al menos durante una fase inicial del ciclo largo de expansión territorial de los procesos de crecimiento y desarrollo, el crecimiento puede ser inducido desde arriba y también desde abajo, pero el desarrollo se mostrará siempre como un proceso local, endógeno, descentralizado, capilar y continuo o discontinuo sobre el territorio (BOISIER, 2000, p. 181).

O Brasil foi um dos primeiros países de economia tardia, que adotou a idéia de

crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, sob a crença de que se o país conseguisse crescer, automaticamente, toda a população seria beneficiada com o progresso econômico. No entanto, a realidade estabeleceu-se como um paradoxo, como já foi referido no capítulo I. Todavia, cabe ainda destacar que a concentração da renda nas mãos de poucos, além da intensificação da degradação ambiental, apontam para um fato certo - o desenvolvimento não deve basear-se apenas no lado material, ou no crescimento econômico, propriamente dito. Essa associação entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico contribuiu para consolidar o domínio dos economistas no debate acerca do desenvolvimento. Entretanto, é possível perceber uma mudança na forma de entender os aspectos, ou os fatores que estão na base do desenvolvimento.

O prêmio Nobel de economia de 1993, Amartya Sen, define desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades dos indivíduos fazerem escolhas. O que surpreende nesta definição é que ela não se concentra imediatamente em fatores materiais, em indicadores econômicos, mas na ampliação do horizonte social da vida das pessoas. A base material do processo de desenvolvimento é absolutamente decisiva, sem dúvida. Mas ela deve ser encarada como um meio e não como um fim...É por isso que Sen sintetiza sua reflexão dizendo que desenvolvimento é “poder contar com a ajuda de meus amigos”: não se trata de restringir a ambição contida na palavra desenvolvimento, mas ao contrário de impedir que ela se submeta aos puros imperativos do crescimento econômico (ABRAMOVAY, 2003, p. 74).

Um outro aspecto que pouco tem contribuído para enriquecer o debate é, sem dúvida, a forte presença do pensamento cartesiano, tratando o tema do desenvolvimento dentro de uma abordagem mecânica e reduzida, que contribuiu para fragmentar o conceito de desenvolvimento. Tornou-o um conceito plural, com vários significados como aparecimento de tais desenvolvimentos: “[...] desarrollo territorial, desarrollo regional, desarrollo local, desarrollo endógeno, desarrollo sustentable, desarrollo humano y, en términos de su dinámica, desarrollo ‘de abajo-arriba’ (o su contrapartida, ‘del contro-abajo’) otros más” (BOISIER, 2000, p. 158-59). Esse mesmo autor chama a atenção para a necessidade de se trabalhar estes diferentes conceitos de desenvolvimento sempre de forma complementar, ou seja, não tratar

de forma isolada cada conceito.

Um conceito de desenvolvimento que vem se destacando nos últimos anos é o de desenvolvimento local. A preferência por esse conceito está relacionada ao fato de o desenvolvimento local estar mais associado à escala do município e da comunidade. Pelo menos quatro matrizes referentes à origem deste conceito podem ser reconhecidas.

Primeramente, el desarrollo local es la expresión de una lógica de regulación horizontal que refleja la dialéctica centro/periferia, una lógica dominante en la fase pre-industrial del capitalismo, pero que sigue vigente aunque sin ser ya dominante, como lo señala Muller (1990). En segundo lugar, el desarrollo local es considerado, sobre todo en Europa, como una respuesta a la crisis macroeconómica y al ajuste, incluyendo el ajuste político supra-nacional implícito en la conformación de la EU casi todos los autores europeos ubican el desarrollo local en esta perspectiva. En tercer lugar, el desarrollo local es estimulado en todo el mundo por la globalización y por la dialéctica global/local que ésta conlleva (BOISIER, 2000, p. 162).

Uma quarta matriz está relacionada ao surgimento das ONGs junto às comunidades, em particular nos países subdesenvolvidos, onde buscam construir ações a partir do lugar, para solucionar os problemas locais. E independente da racionalidade que opera por detrás das diferentes formas de abordar o desenvolvimento local, está a necessidade de superar a dicotomia local–global. Segundo Ferrão (2002) a fronteira da soberania há muito tempo ultrapassou as fronteiras físicas de cada estado-nação, sendo que para este autor também a fronteira do desenvolvimento local deve ultrapassar “a velha concepção de nós e os outros”.

A tarefa de ultrapassar as fronteiras do lugar exige uma ação com base na complexidade, resgatando uma visão do lugar considerando a totalidade. Caso contrário, a reprodução do lugar poderá, em longo prazo, tornar-se figurativa e sem função. O lugar, quando não abre um canal de comunicação com o espaço mais amplo, ou seja, com a região da qual faz parte, ficará sem receber serviços importantes como os pólos de ciência e

tecnologia. Isto porque dificilmente estes setores poderiam ser desenvolvidos apenas num lugar.

Por outro lado, a tarefa de promover o emprego e a cidadania está mais relacionada à escala local. Portanto, as diferenças entre desenvolvimento local e desenvolvimento regional, muitas vezes, podem parecer difíceis de serem feitas, pela sua complementaridade territorial. Porém, o desenvolvimento regional pode tomar forma em territórios de vários tamanhos. Em contrapartida, o desenvolvimento local parece ser um processo que pode se difundir em territórios pequenos, onde as relações são mais próximas entre as pessoas.

As experiências de desenvolvimento locais assumem diferentes características dentro de uma determinada região. Neste sentido, o assentamento dentro de uma região tem aparecido como processo de desenvolvimento local mais relacionado a uma lógica horizontal de desenvolvimento, ou seja, como

Um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade [...] até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido. (BOISIER apud BARQUERO, 2000, p. 164).

Para Medeiros (2000), os assentamentos podem ser pensados como manchas espalhadas dentro do território nacional, acrescentando que é preciso pesquisar o significado e a importância da implantação dos assentamentos rurais para as regiões onde estão localizados. A autora ainda afirma que dentro dessas manchas – compostas por um número grande de

assentamentos – existem formas particulares de assentamentos que se diferenciam no conjunto. Cada assentamento tem sua história própria, que está fortemente relacionada à dimensão do local onde se instala, onde busca um novo significado para sua existência. Isso se faz superando a dificuldade posta pelo atravessamento de forças externas ao assentamento, ou seja, a dimensão regional, nacional e global.

Para superar o atravessamento das forças externas aos assentamentos, o MST incentivou, durante os anos de 1985 a 1990, a criação de cooperativas voltadas à produção e comercialização de mercadorias, com o objetivo de construir uma melhor eficiência econômica. Ao adotar a tradicional solidariedade econômica como estratégia de produção, as cooperativas de assentamentos começaram a enfrentar dificuldades para continuar a serem competitivas, em função de os custos de produção terem se tornado muito elevados.

As dificuldades não se davam apenas por falta de uma visão de conjunto dos Assentados, o próprio governo federal dificultava a ação das cooperativas, ao disponibilizar poucos recursos em termos de crédito para os assentamentos. Em função dessa conjuntura, os Assentados viram-se obrigados a voltar suas ações para dentro dos assentamentos, voltando a colocar a policultura como estratégia de produção, e a cooperação agrícola como um princípio balizador das ações. Por isso, hoje

Convém salientar que o Movimento tem uma visão de totalidade da vida e da sociedade, não dividindo o social, o político e o econômico em compartimentos estanques, mas encarando-os como uma totalidade, de forma integrada. Esta visão do mundo e da vida faz com que haja maior fraternidade entre os companheiros, dentro de cada grupo, e em escala maior, entre os vários grupos (ANDRADE, 2003, p. 98).

Assim, os assentamentos não se constituem apenas como uma unidade de

produção econômica. E essa visão de mundo de forma integrada, diria até de forma holística, substitui relações verticais e competitivas, por relações mais horizontais e solidárias nos assentamentos, frutos de um debate interno que fortalece a organização pela proximidade. Essa relação de proximidade, movida pela afetividade e pela paixão, atribui um novo sentido à existência da vida dentro de um assentamento, inclusive ajuda os Assentados a organizar a produção e a obter crédito, pois

Em relação ao crédito para custeio da produção, constata-se que é apenas a partir da condição de Assentados que este segmento específico de trabalhadores rurais passou a ter acesso aos mecanismos de crédito rural, ainda que esse processo esteja pontuado por enormes dificuldades: 93% das famílias entrevistadas nunca tinham tido acesso a crédito antes do assentamento. Além disso, na medida em que os recursos mobilizados para o crédito impulsionaram um conjunto de atividades locais, aumentando a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediadores de crédito (MEDEIROS, 2002, p. 31).

Este fato precisa ser considerado, porque muitas vezes os assentamentos estão instalados em regiões, cuja dinâmica territorial está focada na atração de investimentos de fora da região. Isso se faz com a utilização de recursos públicos para atrair, por exemplo, as agroindústrias para as regiões. Essa forma de atração de capital “[...] as Nações Unidas estão chamando hoje de ‘race to the bottom’, ou ‘corrida para o fundo’ (DOWBOR, 2000, p.117). Assim, o acesso ao crédito para os Assentados acaba tendo uma grande repercussão na dinâmica do comércio local dos municípios e na própria região, onde os Assentados comercializam a produção e fazem compras.

Neste contexto, os assentamentos acabam tornando-se verdadeiros agentes de desenvolvimento local de corte endógeno, evidenciando assim que

[...] não é surpresa que as alternativas concretas estejam surgindo predominantemente a partir do poder local: é o espaço onde as instâncias políticas, econômica, social e cultural podem ser articuladas para formar um conjunto que tenha pé e cabeça. Isto

não significa uma sociedade cuja lógica se resume ao local. Significa que uma sociedade articulada de forma democrática na base pode influir melhor na racionalização do conjunto (DOWBOR, 2000, p. 120).

“Os melhores assentamentos foram aqueles que conseguiram inserir-se nas sociedades locais, conquistando relações duráveis com atores que extrapolam o círculo social dos Assentados” (ABRAMOVAY, 2003, p.71). Os assentamentos, muitas vezes, ampliam suas relação, interagindo com toda a região, atuando junto a outros produtores, no sentido de buscar formas novas de produção e de consumo, estabelecendo na região uma política voltada aos interesses da sociedade civil.

Os interesses políticos definidos de forma coletiva acabam sendo fortalecidos na região, onde muitas vezes os interesses dos assentamentos são também os mesmos das agroindústrias. Por exemplo, no que se refere à redução dos juros, e à taxaço de produtos importados, são situações que muitas vezes colocam do mesmo lado, dois setores diferentes dentro de uma mesma região.

Os conflitos que existem segundo Fernandes (2006) ocorrem em função da separação que se faz entre o conflito por terra e o desenvolvimento rural. Para este mesmo autor o conflito e o desenvolvimento são processos que ocorrem simultaneamente, em função de que as famílias que estão na luta pela terra:

Produzem e se reproduzem por meio dos conflitos do território, ou seja, ao conquistarem o terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também - novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. (FERNANDES, 2006, p. 3)

Então, porque a instalação de assentamentos incomoda o sistema econômico

representado na figura do latifúndio e do grande capital? Por que o capital e o latifúndio têm uma grande rejeição à idéia de instalação de novos assentamentos? Será que é apenas por que temem uma concorrência no mercado agrícola, ou também tem uma questão de opinião, no sentido da influência que os assentamentos exercem, junto às comunidades onde estão instalados. Há, de modo geral, um grande esforço por parte do sistema econômico hegemônico para combater a criação de novos assentamentos.

Na verdade, o latifúndio quer dificultar a instalação de novos assentamentos justamente para ampliar o seu acesso à terra, para fazer uso especulativo da mesma. Mas, então, a pergunta deve ser outra: Por que o Estado não regula o mercado de terras? Uma das explicações advém da necessidade que o Estado atualmente tem de manter certa ordem nos lugares, pois, como já foi especificado no Capítulo I, o poder econômico necessita de certa ordem para poder atuar livremente.

O fato de os assentamentos estarem espalhados horizontalmente no espaço e, para poder sobreviver, estabelecerem uma relação solidária com os lugares onde estão instalados, acabam não causando estranheza ações contra sua própria existência. Apesar de haver ofensiva contra os assentamentos, têm aparecido, com muita freqüência, modelos de assentamentos voltados para o desenvolvimento local, principalmente modelos de assentamentos que organizam a produção e a vida a partir do coletivo.

2.2 Reforma agrária e assentamentos coletivos

A reforma agrária é uma reivindicação da sociedade brasileira, mas, ao mesmo

tempo, é um tema tão antigo quanto à própria constituição brasileira, um tema que possui muita força especialmente no âmbito político. Os argumentos em favor da reforma agrária têm mudado bastante nas últimas décadas, em função dos problemas internos do país, e de sua inserção na economia internacional, pois

Não é o bastante o fato de o Brasil se destacar mundialmente como exportador de produtos agrícolas e de essas exportações serem alardeadas como essenciais para garantir a estabilidade econômica, não é menos verdade que a pobreza tem aumentado continuamente e o tecido social tem dado mostras de graves esgarçamentos com a continuidade das migrações, o aumento da criminalidade e da violência (MEDEIROS, 2003, p. 7).

A constatação de que os argumentos em favor da reforma agrária têm mudado muito nas últimas décadas traz no seu bojo dois aspectos fundamentais. O primeiro aspecto evidencia, segundo Santos (2002), a ausência do território na constituição de 1988.

O território brasileiro é ainda pensado como se não tivesse saído do período colonial e, neste sentido, não é estranho que o país ainda não tenha realizado um projeto de reforma agrária para reduzir a concentração das terras e gerar trabalho e renda para as famílias que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O segundo aspecto diz respeito às mudanças que ocorreram no espaço rural brasileiro nas últimas décadas, especialmente na questão que se refere ao processo de modernização e à sua abertura econômica. Este espaço foi transformado em algo extremamente complexo para ser analisado, e muitas vezes, a complexidade do quadro ora posto tem sido utilizado como argumento tanto para os que defendem a realização, como para os que não defendem esta realização de reforma agrária.

A modernização de este espaço rural não pode ser pensada apenas em termos da mecanização, mas também a partir da nova relação cidade–campo. Neste sentido, Henri Lefebvre (2002) propõe como uma hipótese a urbanização completa da sociedade.

A urbanização completa da sociedade implica no reconhecimento da inflexão do urbano sobre o rural, onde no transcorrer da história chegaria o momento onde o meio rural seria complementemente urbanizado. Isto não significa dizer que o espaço rural se tornaria como o espaço urbano que conhecemos hoje.

A urbanização do espaço rural aqui se refere à hegemonia da racionalidade urbana sobre o espaço rural, tornando este dependente do urbano. A sociedade é levada a pensar que as diferenças entre o espaço urbano e o rural estão diminuindo, logo se pode pensar que todos os comportamentos serão futuramente do tipo urbano. Evidentemente, não reflete a verdade do argumento em questão, no entanto, é pertinente considerar que esta forma de pensar tem efeito

[...] sobre a organização dos serviços. Se todos os comportamentos são do tipo urbano, os serviços públicos devem ser reagrupados e reorganizados para responder a uma demanda do tipo urbano, o que leva a uma reorganização espacial para a concentração e o fechamento de serviços públicos de proximidade (JEAN, 2001, p.113)

A sociedade urbana é uma sociedade que nasce da industrialização, que por sua vez, impõe a sua racionalidade ao espaço rural, através da reorganização do trabalho agrícola pela máquina, onde o desenvolvimento do espaço rural passa a ser dependente da questão tecnológica, e ao mesmo tempo, impõe a este espaço, seu meio de vida e sua estratificação social de base econômica.

O modo de vida urbano está hoje muito presente no meio rural, onde a forma de organizar a produção e os hábitos da população do meio rural, cada vez mais, é semelhante ao modo de vida urbano, todavia, não igual. É uma realidade que pode ser percebida através da substituição do modelo camponês de organizar a produção, mais voltada para uma agricultura de subsistência e da diversificação da produção, para um modelo de agricultura mais voltada para especialização e para a agroindústria.

É pertinente aqui dizer que, apesar de todo o esforço para diminuir a importância do camponês como reprodução social, os dados mostram que estes são responsáveis por cerca de 70% do alimento que chega à mesa dos milhões de trabalhadores urbanos.

O camponês, que produzia para alimentar a população local, facilmente produzia 15 toneladas de comida por hectare, diversificando com mandioca, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar e grão, mais verduras, uva e todos os tipos de frutas, feno e silagem para o gado, além de porcos e galinhas. Mas ele não produzia PIB (produto interno bruto). O PIB só reflete fluxo de dinheiro, não leva em conta auto-suficiência e mercado local. A conta do PIB interessa ao banqueiro, ao governo, as grandes corporações transnacionais, nada tem a ver com o bem estar das pessoas, da população. Quando estatísticas das Nações Unidas declaram que quase a metade da população mundial vive com menos de dois dólares por dia, isso leva a falsas conclusões. Ninguém viveria com dois dólares por dia se tivesse que comprar sua comida, roupa, utensílios no supermercado ou Shopping Center (LUTZENBERGER, 2003, p. 4)

Uma outra questão que está relacionada à inflexão do urbano sobre o espaço rural advém do fato da agricultura deixar de ser um setor estratégico, de soberania alimentar para o Estado brasileiro, ficando condicionada agora às leis do mercado internacional. Mercado este, que é regulamentado pela lógica da competitividade, desestruturando assim, o tecido social no espaço rural brasileiro. E mediante este cenário cabe perguntar: Como fica a reforma agrária?

É objetivo da reforma agrária fazer a regularização fundiária no espaço rural e tratar de aspectos complexos que compreendem, principalmente, as questões econômicas ligadas à oferta e procura de terras. Esse processo faz-se primeiro com o planejamento do espaço e, depois, com o desenvolvimento do espaço. Tanto o planejamento como o desenvolvimento fazem parte de etapas de um mesmo processo, mas precisam ser colocados de forma separada, para não ocorrer confusão.

Na prática, esse processo começa principalmente com os atores privados, ocupando o espaço rural e depois com os atores públicos, que vão regular esse funcionamento. Por exemplo, quando o Estado instala um assentamento, muda toda a economia do local, mostrando assim, a importância de uma reforma agrária para o desenvolvimento do espaço rural.

A idéia de reforma agrária nasceu em um momento em que o mundo tinha como setor principal a produção agrícola, diferentemente do que acontece na atualidade. Segundo Castells (1999), hoje, o poder está projetado nos espaços de fluxos, por isso

Parece ser mais natural, por exemplo, começar pela renda da terra, a propriedade fundiária, pois ela está ligada a terra, fonte de toda produção e de toda existência, a primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estáveis: a agricultura. Entretanto, nada seria mais equivocado” Pois, “ em todas as formas de sociedade, uma determinada produção e as relações que ela engendra conferem a todas as outras produções e relações seu lugar e sua importância”. No modo de produção capitalista, a agricultura se converte cada vez mais em um ramo da indústria, e como tal submete-se ao capital. Precisamente por isso, no exame teórico da ordem social burguesa, o capital, na condição de “potência econômica que predomina sobre toda a sociedade burguesa”, constitui “o ponto de partida e o ponto de chegada, devendo ser analisado antes da propriedade da terra (ROSDOLSKY, 2002, p. 41).

A propriedade da terra, neste caso, não tem valor em si, mas sim pelo uso que se faz da terra. Considerando a hipótese de o governo brasileiro realizar a reforma agrária em

massa no país, haveria como tendência, em um primeiro momento, um dinamismo econômico e social muito acentuado no espaço rural, porém, num segundo momento, (em longo prazo) poderia haver o retorno do quadro anterior de exclusão em função da competitividade e da intensificação do capital no espaço rural. Segundo Santos (2001, p.38), isso “vai criar relações mais modernas no campo e diminuir a necessidade de homens. Marx dizia que capital e trabalho se opõem. A reforma agrária apresenta um aumento de capital no campo. Se eu aumento o capitalismo, diminuo o emprego”.

Para Ortiz (1999), o capitalismo não pode ser entendido em termos estritamente econômicos, para este mesmo autor o “capitalismo flexível” é a condição necessária para a consolidação do processo de globalização.

Neste caso, é a própria inflexibilidade do sistema econômico, que impõe regra ao trabalho agrícola, no sentido de determinar datas, formas de fazer uma produção inteiramente programada. No entanto, como a maioria dos atores sociais não consegue acompanhar essas mudanças, acabam criando formas mais flexíveis de produção. Para Harvey (1992, p.140)

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Estas formas de organização mais flexíveis de produção, às quais Harvey se refere, podem ser encontradas no espaço rural brasileiro, em função dos limites que o próprio capital encontra para sua expansão. Neste sentido, é possível identificar alguns projetos de assentamentos, em que o processo produtivo é construído dentro do sistema coletivo de

trabalho, rompendo com as formas tradicionais de organização da produção, (verticalização). Situação esta, que permite uma maior participação dos Assentados na tomada de decisão com relação ao futuro do assentamento.

É possível encontrar, basicamente, dois modelos de organização de assentamento. Os assentamentos que realizam o trabalho de forma individual, sendo que, por muitas vezes, é acompanhado de um processo de cooperação entre os Assentados; e um segundo modelo de organização do trabalho a partir do coletivo, sendo que trabalho coletivo não representa a realidade na maioria dos assentamentos. É importante mencionar que os dois modelos de assentamentos têm mostrado progressos e resultados bastante satisfatórios, enquanto organização política e de produção que se concretiza na luta por melhores condições de vida e justiça social. O objetivo aqui é pensar a sustentabilidade dos assentamentos em longo prazo, com um enfoque especial nos modelos de organização no coletivo.

Os assentamentos que trabalham no sistema coletivo de trabalho apresentam uma tendência de proporcionar uma melhor qualidade de vida para os Assentados, bem como, garantir a condição de camponês em um contexto marcado pela competitividade. No entanto, nem sempre o trabalho coletivo consegue melhorar a qualidade de vida dentro dos assentamentos e estes, juntamente com os assentamentos organizados de forma individual, podem apresentar em longo prazo uma tendência a sofrer os efeitos da competitividade.

É importante também mencionar que os assentamentos que trabalham no coletivo têm construído, por meio de ações de trabalho e valores humanos de acordo com a proposta do MST, formas de transformar a sociedade em algo melhor de viver. Lugar onde a economia esteja a serviço da política, sendo um reforço na busca de um mundo mais humano,

e solidário.

A reforma agrária, em um cenário marcado pela competitividade, tende a perder sua função social, a menos que se possam construir novos modelos de organização do trabalho e da própria (re)produção da vida nos assentamentos. Um modelo alternativo de assentamento que encontre no sistema coletivo de trabalho a base para manter a condição de camponês, em um cenário econômico que insiste em querer deixá-lo de fora.

É importante chamar a atenção para o fato de que as considerações até aqui apresentadas são uma contribuição ao debate, são situações que existem apenas como tendência em um cenário em longo prazo, existindo a necessidade de uma comprovação empírica; mas isso também é uma questão que só o futuro poderá revelar.

Portanto, o presente trabalho procura, neste sentido, apresentar a experiência de desenvolvimento local do Assentamento “Conquista na Fronteira”/SC como um projeto de assentamento que se organiza coletivamente para buscar a sustentabilidade do seu projeto de vida. Sabemos que muitas experiências de assentamentos que se organizaram coletivamente não obtiveram êxito na manutenção desta proposta. Para Beledelle (2006), umas das explicações possíveis é que os assentamentos coletivos investem muito de seu tempo no processo produtivo, deixando pouco tempo livre para reuniões e atividades de integração.

Neste sentido, no Assentamento “Conquista na Fronteira”, o processo dar-se-á de forma contrária: quanto mais é ampliado o setor produtivo, mais reuniões são realizadas, mais espaços de integração são abertos. A nossa proposta não é entrar no mérito se são as experiências individuais ou coletivas a melhor alternativa para os assentamentos, mas mostrar

que é possível construir modelos coletivos de assentamentos em um cenário cada vez mais marcado pela competitividade.

3 ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL

É objetivo deste capítulo compreender o processo de construção da experiência de desenvolvimento local do Assentamento “Conquista na Fronteira”. Para atingir tal objetivo, procurar-se-á sistematizar a experiência na sua totalidade, observando o seu caráter coletivo na formação sócio-espacial do local. Nas observações no assentamento, a escola sempre aparece como um ponto nucleador no processo histórico do assentamento. É considerando este importante fator nucleador, no qual se opta por compreender a proposta de desenvolvimento local, a partir da sua experiência de organização, mais do que isso, como um processo pedagógico, onde os Assentados aprendem fazendo.

Muitas vezes, o tema desenvolvimento em diferentes escalas de análises privilegia, demasiadamente, os aspectos econômicos. Para explicar a natureza do processo de desenvolvimento, com total ênfase às formas, propõe-se fazer o contrário, ou seja, privilegiar o conteúdo da proposta de desenvolvimento local do assentamento. Se desenvolvimento no olhar da autora Amartya Sen (2000) é poder contar com a ajuda de meus amigos, logo desenvolvimento encontra sua natureza nas relações entre pessoas, daí poder-se falar de desenvolvimento como educação, aliás, muito presente na fala dos Assentados.

Neste caso, o caminho percorrido foi seguir um relato descrito pelos próprios Assentados, que contêm depoimentos que marcaram as principais situações históricas

vivenciadas por eles, desde o acampamento até o presente momento.

3.1 Localização e situação geográfica do Assentamento

O Assentamento “Conquista na Fronteira” está situado no Município de Dionísio Cerqueira, que se localiza na região do Extremo Oeste de Santa Catarina a 820 km de Florianópolis, fazendo parte da microrregião geográfica de São Miguel do Oeste. O Município faz limite ao norte com o Município de Barracão (PR), ao sul com os Municípios de Guarujá do Sul (SC) e São José do Cedro (SC), ao oeste com a República Argentina e ao leste com o Município de Palma Sola, possuindo uma área de 409 Km.

A população do município de Dionísio Cerqueira, segundo dados do IBGE 2000, está em torno de 14.350 habitantes, sendo assim distribuída:

	1997	2000
População Urbana	5.419 habitantes	8.603 habitantes
População Rural	6.843 habitantes	5.650 habitantes

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE A POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, REFERENTE AOS ANOS DE 1997 E 2000.

Fonte: IBGE. 2000

O Assentamento “Conquista na Fronteira” localiza-se na cabeceira da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas, no Município de Dionísio Cerqueira, a uma distância de 42 Km da sede. O acesso até o assentamento é feito pela BR 280, que liga o Município de Dionísio Cerqueira ao Município de Marmeleiro (PR), até a altura do km 28. A partir daí, o

acesso é feito por estradas municipais. O assentamento apresenta um perímetro de 25.511 km, possuindo uma área de 1.198,248 ha. O assentamento está assim localizado, segundo a carta do Ministério do Exército, folha número SG.22-Y-A-II-3 MI-2861/3, como mostra a FIGURA 1.

A atual população do Assentamento é constituída por 52 famílias, sendo 40% de procedência do próprio Município de Dionísio Cerqueira e 60% procedente dos municípios que compõe a região Oeste de Santa Catarina. Há uma diversidade étnica no assentamento caracterizado por famílias que se consideram de origem brasileira, polonesa, alemã e Italiana. Neste total de 202 pessoas, 52% são do sexo masculino e 48% do sexo feminino, 74% são casados, e 25% são solteiros.

No Assentamento “Conquista na Fronteira”, predominam perfis de solos profundos e distróficos (latossolos) e perfis rasos e eutróficos (litólicos). A vegetação original faz parte da Floresta Ombrofila Mista (floresta com pinheiros e dentro desta há formação da Floresta Montana (própria de regiões com cotas altimétricas entre 500-1.000 metros)).

Atualmente, uma razoável parte das terras continua com mata nativa, capoeirões, arbustos, com destaque para a araucária e a erva-mate. Destaca-se também, em lugares mais isolados, a jabuticabeira entre outras.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC.
Fonte: Marcos Fiorentin

No assentamento, existe um viveiro de produção de mudas onde se produz erva-mate (*Ilex paraguariensis*), araucária (*Araucária angustifolia*), angico (*Parapiptadenia rígida*), eucalipto (*Eucalyptus spp*). Todas as mudas produzidas são plantadas no próprio assentamento, em áreas de acentuado declive, ou seja, impróprias para lavoura. No caso da erva-mate, são plantadas em lugares de antigas plantações, com o objetivo de substituir os pés mais velhos. Também são plantadas ao redor de açudes, juntamente com gramas, para evitar a entrada de sedimentos.

No interior do assentamento, existem dezenas de nascentes que formam pequenos córregos, portanto não apresentam problemas por falta de água. É no próprio assentamento que nascem os afluentes que fazem parte da Microbacia do Rio das Antas.

Quanto ao clima, predomina o Cfb mesotérmico úmido, com verão ameno, segundo classificação proposta por Koeppen. A temperatura no município varia durante o ano de 7,9°C, no mês de julho, a 28°C, no mês de março. Já a precipitação média anual situa-se em torno de 2.250mm, sendo o período de maior precipitação no mês de janeiro (254mm) e o menor no mês de julho (53mm). Os maiores valores de deficiência hídrica são encontrados na primavera (setembro e outubro) e no inverno (julho).

Dos fenômenos atmosféricos, a geada é um dos mais importantes pela sua repercussão negativa na agricultura, principalmente quando ocorre fora da época normal. A frequência das geadas na região e sua intensidade estão de acordo com a situação topográfica do local.

As culturas que são preferenciais para a região em estudo são arroz de

sequeiro, feijão, milho, soja, trigo precoce, erva-mate e espécies olerícolas (cenoura, melancia, pepino, pimentão, repolho, tomate, ervilha, etc). Entre as culturas toleráveis destacam-se a batata semente, a mandioca, o pessegueiro e o citrus.

O solo apresenta baixa fertilidade natural e alta acidez. São terras que precisam de calcário, mas, depois, tornam-se excelentes para a lavoura. Predominantes no assentamento e muito utilizados para a lavoura, esses solos ocupam uma área de 754,88 hectares, cerca de 63% da área total. Segundo FAPEU (1989), este tipo de solo suporta altos índices de mecanização em decorrência do relevo favorável e da ausência de pedregosidade.

3.2 Histórico do Assentamento “Conquista na Fronteira”

A trajetória histórica de criação e consolidação que norteia a existência do Assentamento “Conquista na Fronteira” está diretamente relacionada às ocupações, como forma de acesso à terra, dentro dos processos de espacialização e territorialização nas lutas pela terra, que aconteceram no Estado de Santa Catarina, a partir de 1980 e se consolidaram cinco anos mais tarde na região Oeste.

Em 25 de maio de 1985, mais de 1700 famílias vindas de Chapecó, Caxambú do Sul, Quilombo, Palmitos, Anchieta e Xanxerê, municípios localizados no Oeste do Estado de Santa Catarina formaram duas grandes ocupações: Municípios de São Miguel do Oeste e Abelardo Luz. Nestes dois acampamentos, as famílias foram se organizando por afinidades, ao longo de três anos até a data em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

descobriu que, no Município de Dionísio Cerqueira – SC, havia uma área de terra pertencente ao fazendeiro/doutor Tito Vieira de Andrade. Esta fazenda era denominada de Fazenda Tracutinga e estava hipotecada junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro, o que permitiu a sua desapropriação.

Portanto, não houve ocupação da Fazenda Tracutinga. Esta foi desapropriada, depois de muita negociação e de pressão das famílias acampadas junto ao governo. Em 24 de junho de 1988, a então Fazenda Tracutinga, com 1.200 hectares de terras, foi finalmente transformada em uma área de assentamento. A constituição e consolidação do assentamento, como é conhecido hoje, foram marcadas por muitos conflitos, que exigiram um acordo entre o MST, o INCRA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Prefeitura do Município de Dionísio Cerqueira, para decidir quais as famílias que iriam compor o assentamento.

Na época da instalação do assentamento, foram assentadas 60 famílias, escolhidas segundo determinados critérios. Do Município de Dionísio Cerqueira vieram 25 famílias sem terra, escolhidas pelo prefeito municipal e pelo sindicato dos trabalhadores rurais sem terra, que adotaram como critério de escolha uma família por comunidade, indicada pela comunidade. Estas famílias formaram no assentamento o grupo I. Do MST, vieram 35 famílias, que estavam acampadas desde 1985, inicialmente em Abelardo Luz, após em Itaiópolis. Os critérios de escolha das famílias para serem assentadas passaram pela opção do trabalho coletivo. Estas famílias no assentamento constituíram o grupo II.

As famílias se dividiram em dois grupos em função das diferenças existentes entre os grupos, especialmente relacionadas à história de luta e de organização vividas antes do assentamento. Mas, em 1989, os dois grupos elaboraram um regimento interno para

orientar a organização econômica, social, política e cultural com o objetivo de atingir dois objetivos:

1. Vida digna e igualitária para todos(as);
2. Transformação da sociedade.

Para atingir tais objetivos ficou estabelecido entre as 60 famílias que, a partir daquele momento, o trabalho seria realizado de forma coletiva, assim como as discussões e as decisões tomadas.

O processo de adaptação das famílias que pertenciam ao grupo I foi muito difícil, pela pouca experiência que tinham de trabalhar coletivamente. A cultura do individualismo, de vencer sozinho era muito presente neste grupo. Ao longo do processo, das 25 famílias do grupo I, somente 12 permaneceram. As famílias que não se adaptaram, saíram e foram sendo substituídas por outras famílias, vindas das comunidades do Município de Dionísio Cerqueira e, mais tarde, por famílias vindas dos acampamentos do MST. Estas permaneceram e ajudam a construir a história do assentamento até o presente momento.

Apesar da existência de dois grupos distintos, na fase inicial do assentamento, algumas questões eram tratadas em conjunto como o estatuto, as comissões de saúde e a educação. Em 1991, aconteceu entre os dois grupos um curso de formação na área de educação, oportunidade esta em que se começou a debater, mais seriamente, a idéia de transformar a área do assentamento em um único coletivo uma vez que a idéia de os grupos trabalharem coletivamente esteve presente entre os Assentados, desde o início. Na oportunidade, foi plantada uma árvore como símbolo da vontade de unificação.

No ano de 1990, o grupo II criou a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda, com 41 sócios fundadores. A cooperativa foi criada com o objetivo principal de desenvolver a produção coletivamente, facilitar a compra/venda/créditos/aquisição de maquinários/infra-estruturas, industrialização e comercialização de produtos, com a adoção de tecnologia, planejamento da produção e melhor utilização da área.

A estratégia de produção da cooperativa levou em consideração três passos importantes, definidos no regimento interno do assentamento que são: produção para subsistência; produção para comércio; produção e industrialização. Em 1992, foi criado no assentamento o primeiro trabalho unificado, quando foi definida uma única equipe responsável pela apicultura. Esta primeira iniciativa foi importante para desencadear o processo de unificação dos grupos que durou de 1994 a 1995, com a unificação de todo o processo de trabalho, da terra e dos bens. A cooperativa, atualmente, tem 135 sócios.

Com a unificação dos grupos, houve a intensificação de cursos de formação e reuniões para refletir sobre o futuro. Estes momentos contribuíram para a definição dos produtos estratégicos para consolidar o assentamento enquanto cooperativa forte e autônoma. A produção ficou assim definida: frango de corte, leite, piscicultura, erva-mate e florestamento, produção agrícola. Atualmente, o processo produtivo conta com 135 pessoas envolvidas e distribuídas entre 23 setores, com mais de 25 tipos de produtos.

A árvore plantada em 1990 para simbolizar a vontade de unificação dos dois grupos cresceu e está em pleno processo de desenvolvimento, assim como as pessoas que fazem parte do assentamento. Passaram-se dezoito anos de muitos desafios. A derrota é uma benção disfarçada, porque foi através dela que os Assentados compreenderam a sua natureza e

construíram a base para as conquistas como o próprio nome do assentamento. Sua escola parece indicar a passagem da fronteira do acesso à terra, para poder continuar construindo o caminho da justiça e da cidadania.

3.3 Assentamento e desenvolvimento local

O Assentamento “Conquista na Fronteira”, nestes últimos dezesseis anos de sua história de luta, no Município de Dionísio Cerqueira – SC, tem desenvolvido uma experiência de organização territorial do seu espaço local, a partir de uma concepção de trabalho no coletivo. A forma de pensar a política, a maneira de organizar a produção e o consumo no assentamento não estão dissociadas da proposta pedagógica desenvolvida pela escola, isto porque

A comunidade do MST entende que a educação é uma ferramenta de seu projeto. Neste sentido a função da escola não é civilizar a comunidade. É a comunidade que assume a luta pela escola que quer. A escola assume abertamente a identidade dessa comunidade orgulhosa de pertencer ao MST, um exemplo para outras organizações (MICHÍ apud CARTILHA CONSTRUINDO O CAMINHO, 2000, p. 37).

Esta definição básica de escola reafirma a idéia de que a escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra. A escola não é o único lugar onde acontece o processo de aprendizagem, existem outros espaços educativos que contribuem para a formação do sujeito social, que se estende para além daquele espaço físico, que é tradicionalmente conhecido como escola, por exemplo, pode-se caracterizar o período de acampamento como um destes espaços pedagógicos.

O acampamento é um dos momentos mais difíceis na trajetória da luta pela terra, mas, ao mesmo tempo, é um espaço de aprendizagem e de construção de novas experiências, a partir das discussões sobre como será organizada a produção no futuro assentamento. “No acampamento, a gente discutia muito, conversava muito sobre como seria a terra, onde a gente seria Assentado” (JAIR STRAPAZZON, assentado), sendo que uma das principais preocupações era com relação ao futuro dos filhos.

Na época do acampamento, a necessidade de ter um espaço para educação das crianças levou de imediato à construção de três escolas de lona (escola itinerante). A construção das três salas de aula era uma necessidade, em função de existirem muitas crianças que, apesar de terem uma idade avançada (entre 10, 11 e 12 anos), nunca tinha freqüentado uma escola antes, e encontravam na escola improvisada um espaço para aprender. Neste sentido, Heidrich (2000, p. 13) considera que

O próprio MST atua na formação socioespacial das consciências. É um movimento que, ao configurar-se concretamente no espaço através das ocupações dos acampamentos e assentamentos, altera a consciência de seus atores e da sociedade na qual estão inseridos. A Escola Itinerante surgiu da necessidade não só de educar as crianças, mas também, de levar este grupo social a refletir sobre suas próprias ações, avaliar o passado, planejar e projetar-se no seu futuro.

A palavra aprender sintetiza muito bem o que foram os três anos e seis meses de acampamento, pois este tempo neste espaço possibilitou um acúmulo de discussão, formação e aprofundamento da proposta de trabalho coletivo. Quando se fala em acúmulo de discussão, está se fazendo referência às experiências que estão contidas na memória coletiva do grupo de Assentados. Essas vivências, colocadas para reflexão, possibilitam a construção de novas propostas, de novas experiências, portanto, fala-se de mudanças.

A memória na modernidade geralmente está associada à manutenção das

condições sociais vigentes, pois em relação “[...] à memória, tanto ela pode ser herdada do passado, ou simplesmente projetada no futuro” (SANTOS, 1987, p. 24). Em ambos os casos, a memória está postergada a um passado distante, ou projetada num futuro também distante, apenas como um símbolo. Existindo, assim, a necessidade de romper com esta dicotomia entre passado/futuro e estabelecer o período presente como um espaço de mudanças que se projeta para o futuro.

Neste contexto, o Assentamento “Conquista na Fronteira” associa à memória a possibilidade de mudança, de busca por soluções para os problemas presentes no assentamento. A memória passa a ser pensada como um conjunto de símbolos que foram sendo construídos ao longo do tempo e resultaram no modo de produção presente no assentamento, que não era satisfatório na fase inicial do assentamento em 1988. Porém, este presente não foi pensado pelos Assentados como um ponto de chegada, ou ainda como um ponto final, mas como um ponto de partida. Foi a possibilidade de mudança, atribuindo um novo uso para memória, agora como um direito a todos.

O acúmulo de discussões e o amadurecimento da idéia de se trabalhar coletivamente, construída durante o período de acampamento, começou a se tornar uma realidade no dia 24 de junho de 1988, quando 35 famílias oriundas dos acampamentos do MST e 25 famílias vindas de comunidades do próprio Município de Dionísio Cerqueira conquistaram a atual área de 1.200 hectares de terras, sendo que apenas as famílias vindas do acampamento tinham um vínculo orgânico com o MST.

No início da instalação do assentamento, houve muita dificuldade e resistência por parte das famílias oriundas do Município de Dionísio Cerqueira, de assumirem uma

proposta de trabalhar a terra no coletivo. A dificuldade era decorrente do fato de os Assentados, oriundos do município, não terem a experiência do período de acampamento. No entanto, a idéia de se trabalhar a terra no coletivo sempre esteve presente desde o início, sendo que a escola já era um ponto de discussão entre os dois grupos.

A escola, portanto, foi uma das primeiras questões que unificou os dois grupos existentes no assentamento, e os Assentados começaram, assim, a dar os primeiros passos na direção de coletivizar a terra, fato esse que se concretizou em 1990, como a criação da Cooperunião. “Hoje a gente quase nem lembra que já existiram dois grupos aqui, porque hoje é tudo uma coisa só, o povo fala uma só língua” (EVA DE VARGAS, assentada).

A construção de uma linguagem comum entre os Assentados, foi um processo que precisou certo tempo para ser concretizado enquanto prática, sendo importante para organizar a produção e a vida no assentamento. A vida na fase inicial no assentamento foi marcada por determinadas situações, e principalmente de determinados fatos. Por exemplo, a terra era coberta por capim, com um solo compacto e pobre, que nada produzia sem correção, sendo que havia poucas ferramentas e apenas uma junta de bois para as 60 famílias.

Um outro problema era o fato de as moradias serem precárias, existindo a necessidade de improvisar moradias nos galpões, abrigos de animais e barracos de lonas. Estes são problemas inerentes a qualquer assentamento na sua fase inicial, e a solução para os mesmos depende de organização, organização que passa necessariamente pela construção de uma identidade com o novo espaço (assentamento). A nova identidade começa a ser construída a partir do momento em que os Assentados começaram a transformar o mundo material em símbolos, e mudaram a sua realidade como mostra a FIGURA 2.



FIGURA 2 – MODELO DAS PRIMEIRAS CASAS CONTRUÍDAS NO ASSENTAMENTO

Fonte: COOPERUNIÃO, 2004.

A construção de símbolos é importante para consolidar uma identidade entre os Assentados no novo espaço, que seja capaz de gerar sentimentos e atitudes, que por sua vez, resultam em novas formas de pensar o processo produtivo e ao mesmo tempo, fortalecem-se ao longo do tempo como símbolo, identidade territorial. Nesse aspecto, finalmente, é estabelecida a passagem do espaço ao território.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

No Assentamento “Conquista na Fronteira”, quando os Assentados, através de ações de trabalho que se concretizam no espaço do assentamento e se configuram no seu imaginário coletivo enquanto um programa, demonstram que é por meio destas ações de

trabalho, que se apropriam do espaço do assentamento, portanto, se territorializam.

Para que o programa possa reverter o quadro de dificuldade, é necessário que os Assentados consigam fazer uma leitura adequada da sua realidade, utilizando para isso conceitos adequados, que ao mesmo tempo, forneçam uma leitura do quadro em que esta inserido o assentamento e busquem soluções para os mesmos. Neste contexto, o acampamento foi um laboratório para construir reflexões e conceitos, como o de cooperação.

A partir dos espaços de discussão (espaço público) no acampamento, os Assentados compreenderam a importância da cooperação, que mais tarde, tornou-se o embrião da proposta de trabalho coletivo no assentamento. É, a partir das discussões dos momentos destinados ao estudo da realidade nacional, foram sendo construídos valores humanos tão importantes para as relações humanas tais como a confiança, comunicação, união, integração e criatividade para enfrentar os desafios. E, através da busca pela superação desses desafios, ocorreu a transformação e a mudança de atitude das pessoas no assentamento.

As reuniões realizadas permanentemente possibilitaram, aos Assentados, fazer uma leitura dos problemas no assentamento. Mais do que isto, à medida que os problemas eram percebidos de forma compreensiva, eram relacionados a outros problemas que ultrapassavam os limites do assentamento, do município, do estado, da nação e finalmente eram percebidos também, como sendo resultados de ações e decisões que eram tomadas a em nível mundial.

À medida em que os Assentados começaram a perceber as origens dos seus problemas, conseguiram perceber que o assentamento estava situado dentro de um

determinado contexto, atravessado por um conjunto de relações cada vez mais complexas, que era resultado de uma dialética entre o lugar (assentamento) e o global (mundo), sendo que as soluções para os problemas também deveriam levar em consideração a complexidade dessas relações. A partir das reflexões, os Assentados perceberam que construir um modelo de organização perante uma sociedade cada vez mais complexa exigia um pensamento complexo, que não deveria contemplar soluções prontas e externas ao assentamento.

A construção de um modelo de organização no assentamento, que ao mesmo tempo, pudesse resolver os problemas internos e construir respostas eficazes aos desafios externos ao assentamento, tinha que ser construído a partir das experiências de vida dos próprios Assentados. Portanto, num grande movimento de dentro para fora. Rego (2003), quando pensou a geografia como uma hermenêutica instauradora, chamava a atenção para a importância do olhar a partir da visão local, em que os sujeitos passam a ser agentes de sua própria história. À medida em que o sujeito social,

Que se colocou como centro relativo de uma geografia, é sempre um sujeito também que está dentro de uma história em andamento, portanto, há um encadeamento de acontecimento, que pode ser chamado de uma perspectiva acontecimental, dará a esse sujeito social a necessidade de certas ações e essa necessidade de certas ações pode-se tornar o fio condutor da sua entrada nessa rede complexa da geografia, permitindo, a partir dessa entrada fazer um percurso onde ele vai passando pela complexidade, a partir das necessidades postas pela vida cotidiana em que ele está inserido. (REGO, 2003, p. 284).

A perspectiva acontecimental¹, como se refere Rego (2003), para explicar o que viria ser o espaço vivido, a partir de relações que se estabelecem horizontalmente ao longo do tempo, fica bem evidente quando pensamos a relação do Assentamento “Conquista na Fronteira” com a comunidade local do Município de Dionísio Cerqueira. Inicialmente, a

¹ “O sujeito social estabelecerá percursos cognitivos e de ação a partir das necessidades de vida postas pelo encadeamento dos acontecimentos, que contextualizam a sua existência naquele momento” (REGO, 2003, p. 285).

relação foi marcada por perseguição, violência e preconceito que a população local tinha em relação aos “invasores”, como eram chamadas as pessoas que moravam no assentamento, em função de terem “ocupado” uma área de terra.

A relação no início acho que foi um dos maiores problemas que nós tinha, porque nós era visto como baderneiros, bagunceiros, afinal, nós não era visto com bons olhos. Nós era bicho pra sociedade. Eu lembro que no início era um grupo muito pequeno na cidade de Dionísio que apoiava nós. (...) A discriminação era tão grande que nós nem sequer tinha coragem de ir sozinho para a cidade. Sempre tinha que ir dois ou três, porque a própria polícia perseguia, naquela forma de revistar para ver se tinha arma, pedir os documentos (...). Quando a juventude saía, aí nos baile, a polícia chegava e revistava o pessoal do assentamento (MARKUS ANTONIO DREYER – Assentado).

Á medida em que o processo histórico foi avançando, os Assentados passaram a desenvolver ações de trabalho, organizando a produção, vendendo produtos de qualidade, pagando em dia as contas, recuperando e embelezando a área do assentamento. É importante destacar que, atualmente, o assentamento é considerado um cartão postal dentro do município. O assentamento é reconhecido e valorizado por mais de 80% da população do município, seja pela forma de viver em cooperativa, representando hoje, em âmbito nacional, um exemplo de organização da produção e da cooperação entre os Assentados. No âmbito de município local, o assentamento é considerado um importante fator de movimentação econômica.

Porém a preocupação dos Assentados não ficou restrita apenas à organização interna do assentamento, mas com todos os agricultores do município de modo geral. No assentamento, todos são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e tiveram importante participação na conquista do sindicato, contribuindo com o fortalecimento de lideranças populares de fora do assentamento e o envolvimento destes na política municipal. A participação do assentamento estende-se também à organização das mulheres, de comunidades vizinhas, de outras organizações populares, e em especial na organização dos

sem terra do município e região.

É importante também fazer uma comparação entre o período inicial do assentamento e o período atual. Segundo os Assentados, os mesmos postos de combustível, que negaram 200 litros de óleo no período inicial do assentamento, atualmente trazem o combustível no assentamento e ainda oferecem crédito. Mas, o que realmente chama atenção neste processo todo é a capacidade de organização que os Assentados tiveram, para superar os problemas iniciais, a partir de uma organização do seu espaço local no coletivo, tornando-se um assentamento modelo, recebendo o apoio das comunidades locais do município.

O caminho percorrido entre a fase inicial do assentamento até o presente momento mostra a dimensão de um processo de aprendizado que foi sendo construído ao longo dos anos. Constituindo-se, talvez, no que seja a expressão máxima do que se possa chamar de uma educação permanente, que está em constante processo de construção. Uma educação em que as crianças tiveram uma participação em todo o processo, desde o acampamento até o assentamento, portanto as crianças aprendem a conhecer a realidade do assentamento e a se organizar enquanto assentamento.

A participação das crianças é fundamental, porque elas são o futuro desta experiência de desenvolvimento local. Especialmente, quando se tem de reconhecer que esta experiência do assentamento, enquanto processo social, dificilmente vai se materializar na sua plenitude, pois à medida que os Assentados forem superando as dificuldades, foram sendo criados novos objetivos para alcançar um novo patamar de desenvolvimento. Logo, pode-se perceber que o desenvolvimento é um processo sem fim, no assentamento.

É neste contexto, que se reafirma que a educação teve e ainda tem um papel importante na história do assentamento, não apenas porque cria condições para formação técnica mas, fundamentalmente, porque possibilitou a organização do espaço local do assentamento a partir do coletivo, levando este assentamento em 1990 a criar a Cooperunião. A seguir se apresentará como está organizada a política, a produção e o consumo dentro da Cooperunião.

3.4 Da organização à fundação da Cooperunião

A Cooperunião tem este nome devido à organização coletiva do assentamento. Como no assentamento havia um forte união entre as pessoas, decidiu-se fundar a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda, fundada em primeiro de outubro de 1990, com 41 sócios fundadores, atualmente com 108 sócios.

Um dos objetivos que levou os Assentados a formar a cooperativa (Cooperunião) foi desenvolver a produção agropecuária coletivamente, facilitar as compras e vendas, créditos, aquisição de máquinas, infra-estrutura, industrialização e comercialização de produtos, adoção de tecnologia, planejamento da produção e melhoramento na utilização da área, ou seja, utilização das potencialidades existentes no território.

A Cooperunião foi organizada, ou ainda, pensada pelos Assentados a partir da experiência de organização, levando em consideração o tempo de acampamento como foi observado anteriormente, e neste sentido, novamente o período de acampamento aparece na

vida dos Assentados como uma escola. Atualmente, a Cooperunião está organizada como demonstra a FIGURA 3.

Existe uma Assembléia geral, um Conselho Diretor, um Conselho Social e Político e um Conselho Fiscal. Existem também núcleos de discussão e comissões que atualmente são três: Comissão de Educação, Comissão de Esporte e Lazer, Comissão de Saúde. Posteriormente, surgiram os Setores de Produção que atualmente são quatro: Setor de Pesquisa e Comércio, Setor de Finanças, Setor de Controle e Custos e o Setor de Produção, e as equipes de trabalho formando um total de 7 equipes.

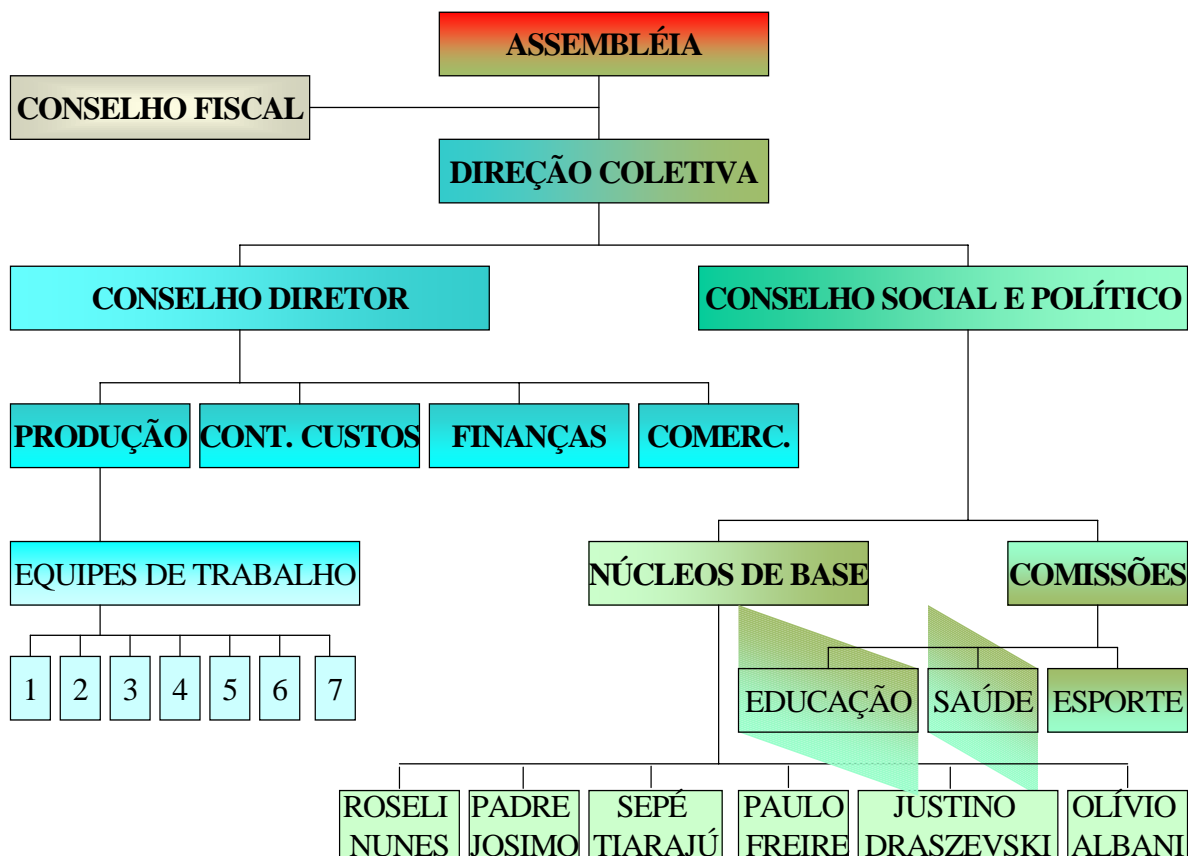


FIGURA.3 – SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”.

Fonte: Cooperunião, 2004.

A Assembléia geral é a instância máxima, onde todos os membros reúnem-se a

cada 15 dias para debater aprovações ou, simplesmente, para informações. O Conselho Diretor coletivamente administra a Cooperativa na questão econômica, produção, comercialização e industrialização. O Conselho Social e Político (coordenação) têm como funções: dar a direção política para a cooperativa, encaminhar estudos e discussões políticas, vagas para cursos de formação, encaminhar pessoas para encontros e manifestações, manter a organização interna, cumprir e fazer cumprir o estatuto, regimento interno e demais decisões estabelecidas. O Conselho Fiscal tem por função fiscalizar todo o funcionamento da cooperativa. O Núcleo de Discussão tem a função de discutir e sugerir propostas. A direção da Cooperativa geralmente envia uma proposta e desenvolve estudos de formação política, como: planos para o MST, sindicalismo, partidos políticos, análise de conjuntura, alternativas de produção ou novas formas organizativas, leituras do jornal do MST. Funciona também como Núcleo de Base do conjunto do MST. É constituído por três comissões:

a) Comissão de Educação: Sua função é política. É de sua responsabilidade sugerir e encaminhar planos referentes ao bom andamento da escola. Planejar a educação dentro de uma concepção popular, considerando a proposta de educação do MST e do assentamento, a realidade em que vive a sociedade atual e a luta pela Reforma Agrária, bem como, pela transformação da sociedade. Entre as já citadas podem ser acrescentadas ainda;

b) A Comissão de Esporte e Lazer: que tem a função de planejar e organizar o esporte e o lazer, sugerindo e criando alternativas para isso;

c) A Comissão de Saúde – cuja função é orientar na perspectiva de instruir para a prevenção das doenças e no uso de ervas medicinais; prestar atendimento quando for necessário e encaminhar os casos que exijam atendimento médico e hospitalar.

Quanto aos setores de produção, estes são assim formados:

a) Setor de Pesquisa e Comércio: que tem a função de pesquisar onde há os melhores preços para compra e venda;

b) Setor de Finanças – com a função de administrar as finanças da Cooperativa;

c) Setor de Controle e Custos – responsável por fazer os controles e custos dos setores da Cooperativa, bem como, fazer análise de viabilidade econômica e ver formas de diminuição de custos;

d) Setor de Produção – Esse é composto pelos coordenadores das equipes de trabalho e tem a função de planejar onde e como aplicar a mão de obra, bem como executar o planejamento de produção;

e) O Setor de Produção está organizado em sete equipes, que são:

- Equipe de Trabalho N 01 – É a equipe responsável pelo gado leiteiro.

- Equipe de Trabalho N 02 – É responsável pelo cuidado das aves de corte, aves de postura, suínos, peixes e apicultura.

- Equipe de Trabalho N 03 – É responsável pela produção de grãos, máquinas, gado de corte e também pelos trabalhos práticos na escola.

- Equipe de Trabalho N 04 – tem como função abater aves, suínos, gado, etc.

- Equipe de Trabalho N 05 – É responsável pela produção da alimentação básica para o consumo interno, pela horta e Ciranda Infantil.

- Equipe de Trabalho N 06 – Equipe responsável pela erva-mate, reflorestamento, pomar, viveiro e lenha.

- Equipe de Trabalho N 07 – É responsável pelas construções.

No assentamento todas as pessoas que participam do trabalho estão vinculadas a uma equipe de trabalho. Cada equipe possui um coordenador e um vice-coordenador. O coordenador participa do setor de produção composto pelos coordenadores das equipes. Sendo que os coordenadores têm de encaminhar os trabalhos da sua equipe e fazer a marcação das horas trabalhadas em planilhas individuais e mensais que são recolhidas e arquivadas.

No que se refere à remuneração do trabalho, não existe diferença por atividade desenvolvida. A remuneração é feita por horas trabalhadas mensalmente. Todo mês é feito um adiantamento econômico que varia de acordo com a quantidade de horas de cada um. A cada seis meses, é somado o valor da alimentação consumida por cada um, que é somado à sobra líquida da cooperativa e dividida pelo total de horas, sendo que cada um receberá mediante

horas trabalhadas.

Mas a vida no assentamento não é feita apenas de trabalho, existe uma grande preocupação no assentamento com relação ao esporte e lazer, inclusive são questões tratadas como fundamentais para a saúde. No assentamento, são realizadas festas esportivas, envolvendo as comunidades vizinhas, além de festas em comemoração ao aniversário do assentamento, natal e ano novo, dia dos pais, das mães e de encerramento das aulas, de formatura e bailes realizados internamente no assentamento.

As noites culturais são também atrações à parte. Noites estas, que são organizadas para os assentados contendo diversas atrações e atividades, envolvendo desde as crianças até os idosos. São dedicados também, momentos para estudo e formação política, envolvendo toda a comunidade do assentamento. Nestes espaços, são feitas análises de conjuntura, através de leituras de textos referentes à realidade nacional, além de palestras sobre vários assuntos e cursos de relações humanas.

Neste contexto, a mística, a solidariedade, e a participação política aparecem como valores humanos fundamentais na vida de cada Assentado e assentada, que se reflete num modo particular de organizar a produção e a própria vida no assentamento.

No que se refere a produção, ela foi planejada em três momentos. Num primeiro momento a produção tinha que atender a subsistência no assentamento, num segundo momento a produção se destinava para a comercialização, e num terceiro momento a produção passaria a ser industrializada, trazendo assim um retorno maior, no que se refere a renda no assentamento, como se pode constatar olhando para as suas conquistas.

O assentamento possui atualmente diversas fontes de renda, sendo que a produção é bastante diversificada chegando a mais de 23 tipos de produtos, onde há aqueles voltados para o mercado e à subsistência, como milho, feijão, soja, arroz, peixes, erva-mate, gado de corte, gado leiteiro, suínos, aves, hortaliças. Na linha estratégica de produção, pode-se destacar a existência de um frigorífico de aves (frango orgânico), com uma produção média de 15Kg de carne por mês, representando 5% da capacidade de abate do frigorífico.

Com relação aos dados da infra-estrutura e da produção, gerados pela cooperativa, os mesmos serão tratados no capítulo V. Neste sentido no próximo capítulo dar-se-á ênfase aos fatores nucleadores da proposta de desenvolvimento local no assentamento.

4 FATORES NUCLEADORES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ASSENTAMENTO

O processo de desenvolvimento local do assentamento ““Conquista na Fronteira”” foi sendo desenvolvido ao longo do tempo e ocorreu a partir das experiências dos próprios Assentados, experiências que foram trazidas do período de acampamento, e aprimoradas no assentamento. A forma do assentamento organizar a política, a produção e o consumo a partir de um modelo de organização no coletivo, só foi possível em função de determinados fatores, ou ferramentas construídas localmente pelos próprios Assentados.

Portanto, neste capítulo, serão apresentados os fatores nucleadores que condicionaram, e ainda condicionam o processo de desenvolvimento local no assentamento. Mais que apontar estes fatores, buscar-se-á também caracterizá-los enquanto processo. A partir das observações, de entrevista, e da aplicação de questionários² aplicados às 52 famílias assentadas, pode-se destacar, pelo menos, quatro fatores como nucleadores da experiência de desenvolvimento local. São eles o espaço público, a educação não formal, a educação formal (Escola Construindo o Caminho) e a questão cultural.

Inicialmente, realizou-se leitura a respeito do espaço público na modernidade,

² O questionário foi elaborado a partir de observações realizadas no assentamento, as perguntas conforme o anexo (01), tratam de questões cuja utilidade metodológica para esta pesquisa, esta diretamente relacionada apenas aos aspectos qualitativos.

procurando demonstrar a sua importância para a construção e organização de um espaço geográfico mais humano. Em seguida tratou-se do espaço público no assentamento.

Num segundo momento trabalha-se com a educação não formal, ou ainda, a educação permanente, que está sempre em processo de construção, que não precisa necessariamente de uma escola para acontecer, sendo, neste caso do assentamento, importante para organizar a produção e construir a escola. Nesse sentido, tal fator serve como uma introdução ao terceiro fator nucleador, a Escola Construindo o Caminho.

Com relação à escola, buscou-se mostrar sua organização, o método utilizado, a escola na visão dos educandos, a importância e a contribuição da escola para o desenvolvimento local do assentamento. Em último lugar trata-se da importância da questão cultural como um valor estratégico, para o desenvolvimento local no assentamento.

4.1 Concepção de espaço público na modernidade

As mudanças introduzidas pela modernidade retiraram da sociedade o espaço público, o espaço do diálogo. Hoje, a condição humana está ameaçada pelas decisões unilaterais, introduzidas a partir da privatização da vida. Neste contexto, faz-se necessário discutir o que seria este espaço público e sua relação com a condição humana e, sobretudo, qual seria a contribuição da ciência geográfica neste processo.

O espaço geográfico para a geografia é o instrumento pelo qual se busca

compreender ou ainda explicar as diferentes manifestações que ocorrem na sociedade, ou seja, o espaço e sociedade estão inter-relacionados. Neles podem ser identificados um espaço universal natural e um espaço histórico, que estabelecem as relações homem-natureza, natureza-espaço, sociedade-espaço.

A geografia, enquanto instrumento de análise do espaço, tem encontrado cada vez mais importância nos Estados Unidos, em função da necessidade de se compreender as questões que envolvem a geopolítica da guerra que é muito forte neste país. Tem encontrado também muito espaço entre os países da comunidade Européia, em função da grande preocupação que existe neste continente a cerca dos problemas ambientais. Para Santos (2002), a geografia está para sociedade, assim como a psicologia estava para sociedade a 100 anos atrás.

O interesse dos Estados Unidos com relação à geografia é bem diferente dos interesses da comunidade Européia, mas que, de certa forma, retratam bem os problemas que estão presentes na contemporaneidade como as guerras e o problema ambiental. Não é por acaso que o Eric Hobsbawm (1973), embora fazendo uma leitura quase que jornalística sobre aquilo que o autor chamou da Era dos Extremos, estabeleceu uma leitura da condição humana e das suas (inter) relações com supostas conquistas e supostos fracassos.

É inegável que a humanidade, nas últimas décadas, teve conquistas extraordinárias no campo da ciência, e na economia, pois, nunca na história da humanidade se produziu tanta riqueza quanto em nessa época. Mas, por outro lado, nunca se produziu tanta pobreza e danos ao meio ambiente, especialmente, em uma época em que as condições são dadas para as soluções do ponto de vista técnico, para a solução dos problemas.

A humanidade, a partir do momento que conseguiu fazer a aliança entre a ciência e a técnica, foi capaz de produzir tecnologia avançada e instrumentalizada, a partir da informação, sob o signo de que estas mudanças no futuro libertariam o homem da escravidão do trabalho, mas não foi exatamente isto que ocorreu, pois

A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade (ARENDRT, 1999, p. 12).

Neste contexto é necessário considerar que a velocidade que comanda as ações entre os que não tem nada e os que têm tudo na modernidade, não é um dado da técnica, mas sim da política. Neste sentido, “tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido” segundo Arendt (1999). É importante destacar os problemas dos quais a humanidade está mergulhada, e que terão que ser superados através da convivência humana que passa, necessariamente, pelo diálogo e pela reflexão do que a humanidade está fazendo com suas conquistas tecnológicas.

A reflexão sobre o que se está fazendo, remete para um quadro de complexidade das relações humanas, que não está sendo considerado, pois, os canais do diálogo que levariam à percepção da complexidade estão fechados. Em um contexto onde as pessoas estão vivendo num isolamento que “... destrói a capacidade política, a faculdade de agir”, (LAFER, 1999, p.350). A abertura de um espaço para a discussão é fundamental:

Porque existem no mundo muitos e decisivos assuntos que requerem uma escolha que não pode encontrar o seu fundamento no campo da certeza. O debate público

existe, afirma Hannah Arendt, para lidar com aquelas coisas de interesse coletivo que não são suscetíveis de serem regidas pelos rigores da cognição e que não se subordinam, por isso mesmo, ao despotismo do caminho de mão única de uma só verdade (LAFER, p 350).

A busca para recuperar o espaço público que foi esvaziado em detrimento do espaço privado, faz-se necessário. Contudo, é preciso compreender melhor a história que está por trás da palavra “Público” e “Privado” e o que isto significou em termos de uma cultura ocidental que, segundo a observação de Sennett (1993), teve início com a queda do Antigo Regime no século XIX e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista.

A história entre o espaço público e o espaço privado, até o início da revolução industrial consistia em uma separação bem clara entre os dois termos. O espaço privado nasceu com a família, onde as pessoas se sentiam mais protegidas da vida, pois eram defendidas pela família e os amigos. Já o espaço público era o espaço onde as pessoas costumavam se encontrar, sendo que estes encontros ocorriam em salões de festas, na reunião com a comunidade, onde as pessoas ficavam mais abertas à observação de qualquer pessoa, em síntese era o espaço público que mediava a vida e o funcionamento do setor privado.

Com o surgimento das cidades industriais, a partir da revolução industrial, existiu a necessidade de uma maior intervenção do Estado junto à esfera privada através de leis e de medidas administrativas para intervir no intercâmbio comercial e nas relações sociais e do trabalho, o que levou entre as transformações na família, entre outras mudanças sociais.

A família deixou de ser uma comunidade de produção. Os rendimentos de cada um de seus membros eliminam a possibilidade de ela cuidar de si mesma no caso de emergência, além da possibilidade de prover na velhice. Com efeito, nesse novo contexto, a família perde cada vez mais as funções de criar e de educar seus filhos. “Na verdade tendo perdido as suas tarefas econômicas, ela também perdeu as suas funções de proteção (HABERMAS, 1984, p.186).

A partir do momento que ocorre, então, o rompimento das fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada, a intimidade da família é invadida pelos meios de comunicação, que têm a função, neste novo processo, de representar a esfera pública que, por sua vez, transforma o indivíduo em esfera pública. Logo, a esfera pública transforma-se em massa. Mas o que chama mais a atenção neste processo todo é o fato de a esfera pública ceder grande parte de suas tarefas aos interesses privados, que se organizam coletivamente.

O declínio do homem público então passa a ser uma realidade, as pessoas têm suas preocupações mais voltadas para suas próprias vidas, deixando de lado o interesse geral. Esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação, segundo Sennett (1993). Ao analisar a realidade pode-se perceber que as coisas são realmente assim, por exemplo, as pessoas geralmente não analisam o programa e as propostas que os candidatos apresentam durante o processo eleitoral. As pessoas se preocupam mais com a vida pessoal do candidato, porque

As pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significados impessoal ... o comportamento e as soluções que são impessoais não suscitam muita paixão; o comportamento e as soluções começam a suscitar paixão quando as pessoas os tratam, falseadamente, como se fossem questões de personalidade (SENNETT, 1993, p. 18).

As eleições presidenciais nos Estados Unidos mostram muito bem a preocupação voltada mais para o “EU”. Agrega-se isto o fato de ter se tornado muito comum às pessoas na intimidade estabelecer relações com outras pessoas, por meio da troca de experiência, para se conhecer melhor. Porém, quando a pessoa conhece a outra pessoa na intimidade, logo perde o interesse pela pessoa, por dois motivos básicos: primeiro porque é uma relação de troca, assim como no capitalismo quando a troca acaba termina a relação; em

segundo lugar porque as pessoas estão mais preocupadas com os seus desejos pessoais do que propriamente em satisfazer a outra pessoa.

O espaço público está, na atualidade, representado no espaço de movimento, em que as pessoas circulam, ou seja, as vias rápidas, entroncamentos, aeroportos que em suma são lugares somente de passagem. Cabe aqui lembrar que Marc Auge (1994) observa este fenômeno da modernidade e vai chamar este espaço de “Não Lugar” e o chama assim para justamente, chamar a atenção à necessidade de se ter cuidado em fazer oposição entre lugar e espaço, o que, segundo o autor, levaria ao domínio quase que absoluto da desterritorialização.

A idéia de eliminar a geografia quando se está na rua, pode ser entendida como uma fuga que levaria o indivíduo ao quase que total isolamento das coisas que cercam o mundo físico, sendo uma atitude por parte de quem a comete que contém dois sentidos segundo Sennett:

Em primeiro lugar, significa que os habitantes ou os trabalhadores de uma estrutura urbana de alta densidade são inibidos ao sentirem qualquer relacionamento com o meio no que está colocada essa estrutura. Em segundo lugar, significa que, assim como alguém pode se isolar em um automóvel particular para Ter liberdade de movimento, também deixa de acreditar que o que o circunda tenha qualquer significado além de ser um meio para chegar á finalidade da própria locomoção (SENNETT, 1993, p. 29).

As pessoas, ao ocuparem o espaço público, sentem-se inibidas perante outras pessoas, em função do medo que sentem em demonstrar seus sentimentos perdendo assim condição de igualdade e liberdade, ficando assim sem o acesso a cidadania. É nessas condições que ocorre a perda do mundo comum, a perda do espaço de opinião, construindo assim, a figura do indivíduo desinteressado e desprovido de responsabilidade perante o mundo, e neste sentido Sennett observa que:

A censura e as revoltas subseqüentes daqueles elementos da geração de 1960, que incentivaram o “vamos conversar juntos antes de agir”, não eram desafios contra a cultura dominante, mas na verdade uma inadvertida intensificação do desequilíbrio entre um domínio público vazio e um domínio íntimo sobrecarregado com tarefas que não poderia realizar (SENNETT, 1993, p. 48).

A vida no espaço público passou a ser um espaço constituído de falsas aparências, como se a vida fosse um grande teatro onde as pessoas passam o tempo todo representando, um papel para cada momento diferente, e neste sentido não é estranho o fato dos artistas ocuparem um papel de destaque na sociedade. Mas a questão que se põe é: Como recuperar este espaço público?

A resposta para esta importante questão não pode existir sem considerar a complexidade das relações humanas construídos nestes últimos séculos. Um modelo de sociedade que fracassou perante a própria condição humana, pois cada vez mais, são construídas, segundo Maturana (1994), relações não sociais, ou seja, relações e ações que não respeitam a vida humana.

A vontade de participar da vida pública não é algo extinto no ser humano, está apenas adormecida, pensamento este também defendido por Harendt (1999). Se de fato as pessoas estão esperando um momento para participar, pode-se concordar com Milton Santos (2000) quando este observa que as mesmas tecnologias que no atual momento histórico estão a serviço do capital privado, que por sua vez, retira do ser humano o papel de ator principal da história, num segundo momento, poderão estar a favor das pessoas. E que as imigrações, os espaço urbanos e especialmente os mais pobres, que formam a maioria, têm plenas condições de abrir um espaço de diálogo e, assim, construir um novo sentido para a sua existência humana.

A recuperação do espaço público é uma condição dessa época, cabendo às pessoas e às instituições públicas e representativas construir os canais do diálogo, sem nunca perder de vista a complexidade das relações humanas, que norteiam a condição social em nossa sociedade.

4.1.1 Espaço público no assentamento

Até o presente momento, foram tratadas as questões que levaram, na modernidade, à erosão das fronteiras entre o espaço público, e o espaço privado. Neste aspecto, a partir de agora, abordar-se-á, de forma breve, os aspectos que nortearam a recuperação do espaço público no interior do Assentamento “Conquista na Fronteira”, fazendo uma relação com o homem moderno.

No assentamento, os espaços públicos são aqueles espaços, onde cada Assentado tem a liberdade de expressar as suas opiniões, além de ser reconhecido perante os demais Assentados, a partir da troca de idéias entre eles. É a partir daí que se abrem aos canais do diálogo e da possibilidade da construção de um mundo comum entre os Assentados. Assim, cada Assentado passa a ser co-participante na construção da realidade no assentamento. Ao passo que no assentamento se está permanentemente buscando resgatar a figura do homem público, na sociedade pós-industrial vive-se o declínio deste homem público. Na sociedade pós-industrial, as pessoas

Falam da vida em sociedade como uma questão de tarefas instrumentais: vamos á escola, vamos trabalhar, entramos em greve, vamos a assembléia, porque são veículos “inapropriados” para o sentimento de calor humano; fazemos de nossas

vidas neles um “instrumento” um meio, ao invés de uma realidade onde fazemos compromissos com nossos sentimentos (SENNETT, 1993, p. 322).

No assentamento, através deste espaço público, os Assentados “podem reconhecer o outro na legitimidade de ação e de opinião” (ARENDDT ,1999). À medida que os Assentados passam a fazer uma reflexão sobre o que eles estão fazendo, é que se abrem os canais do diálogo, em que eles passam a conhecer melhor a sua realidade e fazer uma leitura do assentamento, perante a complexidade das relações sociais que os cercam.

É a partir desta leitura que os Assentados percebem a importância de se tomar decisões de forma conjunta. Isto porque se as decisões fossem tomadas de forma isolada no assentamento, a entrada do assentamento neste mundo, cada vez mais complexo, seria dificultada. Então, a abertura de um espaço para a discussão foi fundamental, para evitar a entrada no assentamento daquilo que se pode chamar de externalidades negativas, tão presentes no mundo moderno. Nesta linha de raciocínio, Haesbaert (2002) ainda observa que

A realidade do homem moderno é recheada de solidão, individualismo e de uma lógica mercantil-consumista que sufoca cada vez mais o seu lado poético, a sua imaginação criadora. Solitário e egocêntrico como nunca, o homem moderno perdeu, assim, o sentido do comunitário, do solidário do fraterno...na defesa de uma alteridade negada ou quase inteiramente cooptada pelo capitalismo e a modernização tecnológica da sociedade de consumo, impedem qualquer diálogo e, as vezes, até mesmo o contato com o outro. (HAESBAERT, 2002, p. 155).

A descrição que Haesbaert (2002) faz em relação à realidade o homem moderno é importante e, ao mesmo tempo, reforça e explica o surgimento da cultura do indivíduo narcisista, onde o mesmo é

[...] identificado como aquele que se preocupa mais “ com o modo se apresenta do que com o que sente” são egoístas, centrados em seus próprios interesses”; cultivam a riqueza, a notoriedade e o êxito, em detrimento da sabedoria, da dignidade e do

respeito por si próprio. São pessoas “carentes dos verdadeiros valores do self, vivem da aparência e da imagem que constroem em negação ao seu verdadeiro self, Colocam a “ ambição de êxito acima da necessidade de amar e ser amado” (LOWEN, 1988, p. 9-10). Os narcisistas vivem uma verdadeira tragédia: “querem desesperadamente amar e ser amados, mas não podem ou não se atrevem a expressar esses sentimentos. Isto provoca imensa dor” (VASCONCELOS, 2002, p. 170).

Tanto os aspectos referentes à realidade do homem moderno, como a cultura narcisista, mostram o grau da tragédia que se instalou na sociedade, com o declínio do espaço público. Mas, ao mesmo tempo, mostram o grau de dificuldade que é restabelecer o espaço público, a partir da realidade acima descrita. Porém, essa é uma tarefa que os Assentados conseguiram construir no assentamento.

O contato entre os Assentados, no assentamento é permanente, onde o espaço público aparece sempre como um fio condutor das reflexões, que se concretizam em ações no espaço do assentamento e para além dele. Isto mostra a necessidade de as pessoas manterem vínculos junto à comunidade onde residem. E este é, certamente, um desafio que o Brasil terá de fazer em meio aos constantes processos de desterritorialização, em função de “que constatamos no último censo que cerca de 40% dos domicílios brasileiros são habitados por pessoas que neles residem há menos de dois anos. Essa rotatividade domiciliar prejudica, evidentemente, a criação de uma consciência comunitária e reforça a indiferença pelo que acontece na rua no bairro, no município” (DOWBOR, 1994, p. 75-76).

É importante chamar a atenção para a contribuição deste espaço público no processo de construção da experiência de organização coletiva no assentamento, que teve início desde o acampamento até o período atual, como mostra o FIGURA 4.



FIGURA 4 – MOMENTO EM QUE OS ASSENTADOS DISCUTEM PROPOSTAS REFERENTES À POLÍTICA, PRODUÇÃO E AO CONSUMO NO ASSENTAMENTO.

Fonte: COOPERUNIÃO, 2004.

Quando no assentamento ocorre o resgate do espaço público, os canais do diálogo abrem-se e, mais do que isto, reforça a cidadania a partir do momento em que os Assentados descobrem a participação nos espaços decisórios, e sua importância na elaboração dos seus projetos de vida, descobre, por exemplo, que o prolongamento da experiência de organizar a produção no coletivo depende de um projeto político, que subordine os aspectos econômicos, e não o contrário. No assentamento, as técnicas sugerem o que é possível fazer, mas é a política que define a participação efetiva dos trabalhadores (e do capital) no produto final segundo o pensamento de (SANTOS, 2000).

Atualmente, é evidente que a presença do espaço público, na construção das relações humanas no assentamento, necessita de mais pesquisa acerca de seu fundamento e sua contribuição para a sociedade. Portanto, a existência do espaço público no assentamento

talvez explique porque o assentamento conseguiu sair de uma situação de relativa pobreza absoluta vivenciada na fase inicial do assentamento, para uma situação bem mais privilegiada na questão referente à qualidade de vida em todos os seus aspectos, e na própria inserção do assentamento junto à comunidade local do Município de Dionísio Cerqueira. Esse talvez seja um fator que explique porque outras comunidades pobres, sejam elas urbanas ou rurais, não conseguem reverter o quadro de pobreza. Falar na importância do espaço público para sociedade passa a ser uma tarefa que depende também de educação, como mostra a experiência do assentamento.

4.2 Fator nucleador: Educação

A educação é um fator nucleador e importante na construção do processo de desenvolvimento local do Assentamento “Conquista na Fronteira”? Esta pergunta, de certa forma, já foi respondida em parte durante a apresentação do histórico do assentamento e no terceiro capítulo. Assim, como o espaço público, a educação, seja formal ou não formal, foi de vital importância para consolidar uma proposta de trabalho coletivo.

No assentamento, houve uma permanente busca pela informação e o conhecimento, esta sempre esteve presente entre os Assentados, isto porque, para construir uma nova forma de se organizar e trabalhar a terra de forma coletiva, foi necessária uma mudança de comportamento, uma mudança de atitude dos Assentados perante as situações, cada vez mais complexas, que se apresentavam no cotidiano.

A mudança de comportamento acontecia a partir do momento em que os Assentados começavam a aprender a participar dos processos decisórios referentes ao futuro do assentamento. Quando se refere ao fato de que os Assentados tinham que aprender a participar, (aprender fazendo), é porque esta participação não ficava restrita apenas ao ato de ouvir, ou estar presente durante as discussões, os Assentados tinham o direito de falar e ser ouvido, e suas opiniões tinham que ser levadas em consideração pelos demais Assentados, pois

Um dos problemas no início do assentamento, que era difícil de agüentar, era quando a gente trazia uma proposta boa para ser aprovada em assembléia, e ela era rejeitada pela maioria, que escolhia uma proposta que muitas vezes não tinha nenhum fundamento, e mesmo assim ela passava, mas a gente foi superando isso com o passar do tempo, e hoje isto dificilmente acontece (ASSENTADO).

A participação dos Assentados nas tomadas de decisões no assentamento embora, muitas vezes, fundamentada no embate de idéias diferentes e composta por meio da crítica, foi fundamental para consolidar um processo de liberdade de expressão. Sendo importante também para consolidar um estado de cooperação e criatividade, contribuindo assim, para transformar os Assentados em sujeitos, e atores do seu próprio processo histórico.

A partir dos espaços de dialógico que aconteciam no assentamento, possibilitava-se, entre outras coisas, a construção de um estado de confiança, de um sentimento de acolhimento, de fazer parte de um grupo, de se sentir importante dentro do grupo. E à medida que o processo histórico avançava no tempo e no espaço, foram sendo construídas ações de trabalho, que resultaram no atual modelo de organização, a partir do coletivo. Exigiu-se então, um novo modelo pedagógico, seja nas relações entre os Assentados, assim como para a escola do assentamento, que na fase inicial do assentamento estava em construção, ou melhor, em discussão.

Porém, a construção de um modelo de produção a partir do coletivo, como se tem no Assentamento “Conquista na Fronteira”, exige das pessoas uma mudança de postura que possibilite a construção de uma cultura, voltada para o trabalho no coletivo. Este é o grande desafio que depende de educação, isto porque existe, segundo Morin (2000), um circuito entre a escola e a sociedade – uma produz a outra, ou seja, a sociedade produz a escola, que produz a sociedade.

A relação entre a escola e a comunidade assentada está diretamente vinculada. As ações na escola, assim como no assentamento, acontecem a partir de decisões tomadas sempre no coletivo. Neste contexto, Duarte (2003) observa que a educação escolar deve ser vista, não como de forma unilateral, não como um processo de satisfação das necessidades espontâneas dos indivíduos, mas sim, como um processo que produza necessidades cada vez mais elevadas nos indivíduos, cada vez mais enriquecedoras. Ao mesmo tempo, o autor chama a atenção para o fato de que

Quanto mais a difusão do conhecimento for regida pelas leis de mercado, mais superficializado e imediatista vai se tornando o conhecimento oferecido aos indivíduos e mais superficiais e imediatistas vão se tornando as necessidades intelectuais desses indivíduos. Temos, assim, um círculo vicioso onde o objetivo do lucro imediato vai gerando produtos mais amplas e facilmente consumíveis e, por sua vez, as necessidades e as preferências dos indivíduos vão empobrecendo-se cada vez mais (DUARTE, 2003, p. 74).

Esta contribuição que Duarte (2003) traz é pertinente para pensar esta relação que se vive hoje entre escola e sociedade, pelo fato de que se está vivendo um período ao qual muitos autores denominam de pós-modernidade. Onde há uma busca pelo prazer imediato, pelo culto disseminado aos meios de comunicação e, muitas vezes, pela própria escola ao individualismo e a competitividade exacerbada, sendo que em certos momentos não se tem a

devida clareza do que esta por trás destas duas palavras que atualmente estão tão na moda, mas que muito pouco tem contribuído para transformar a sociedade em um lugar melhor para todas as pessoas.

No assentamento, o processo educativo foi todo construído, levando em consideração a construção de um conhecimento, a partir da própria realidade dos Assentados, onde os problemas são tratados de forma complexa, cuja solução para os mesmos depende de ações coletivas, portanto, não é um problema individual, mas coletivo, e foi assim desde o início da instalação do assentamento.

Como já foi enfatizado na apresentação do histórico do assentamento, a proposta de educação da escola do assentamento não está dissociada da maneira como o assentamento organiza a produção (coletivo). Na escola, o processo ensino/aprendizagem é trabalhado em uma perspectiva de superação das necessidades individuais e imediatas, pois a comunidade do assentamento entende que se cada pessoa no assentamento seguisse os seus interesses individuais, assim como acontece atualmente na sociedade. O interesse geral seria comprometido e com ele, a sustentabilidade do assentamento estaria ameaçada. Este seria um caminho inadequado, que muito pouco poderia contribuir para resolver os problemas no assentamento.

Portanto, a preocupação com a educação, com o futuro dos filhos sempre esteve presente e serve como um pano de fundo para continuar a caminhada, buscando cada vez mais motivação para seguir construindo a história do assentamento, portanto, a educação desde o início ocupou um lugar de destaque dentro do assentamento, sendo que:

Nos primeiros dias de assentamento, a primeira reunião que nós fizemos com a educadora foi embaixo de uma guaviroveira pra ver quando que ia começar as aulas, e como que a gente queria que ela desse aula. Então ela começou a dar aula numa escola que foi improvisada numa estrebaria, ainda antes de ser contratada. Daí fomos para a prefeitura para negociar a contratação e agilizar a construção da escola (NEUDI GUINDANI – Assentado).

Os Assentados tinham, na época, na idéia, de que eles não queriam uma escola como a maioria daquelas que freqüentavam nas comunidades de origem, uma escola tradicional, em que o professor era uma pessoa que vinha de fora da comunidade, ou seja, lecionava e depois ia embora. Na opinião dos Assentados, este modelo de escola pouco contribui para a permanência do homem no campo, existindo assim, a necessidade de se construir uma escola que viesse ao encontro dos valores do campo e da comunidade, e que fosse uma ferramenta para manutenção dos Assentados no campo, na condição de Assentado.

A construção de um novo modelo de escola encontrava divergências com a Prefeitura Municipal, em função de que o assentamento queria uma educadora que conhecesse o assentamento e que morasse no local. Como havia apenas uma educadora, mas que naquele momento não concordava com a proposta do assentamento era necessário buscar outra educadora que aceitasse trabalhar de acordo com a proposta inicial.

Uma outra educadora chegou e aceitou o desafio, mas também, não sabia exatamente o que seria esta “proposta diferente” que o assentamento buscava construir, sendo necessário naquele momento enviar a educadora para fazer um curso de Magistério do MST na FUNDEP³, em Braga, RS. Após as primeiras etapas freqüentadas pela educadora, ela voltou entusiasmada e “preparada”, para implantar na prática, a proposta de educação do

³ FUNDEP: Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero do Estado. Com sede em Três Passos – RS, criada, em 1989, pelos Movimentos Sociais do Campo.

assentamento.

A presença da bandeira do MST no mastro principal da escola, bem como, os cartazes e dizeres relacionados à luta pela terra, foram considerados na época, uma afronta ao poder municipal. Descontente com a proposta político-pedagógica da escola, a prefeitura ameaçou o não pagamento da professora. Então, diante desta situação, os Assentados se propuseram a pagar a professora. A prefeitura, percebendo que não conseguiria tirar a professora do assentamento, procurou anular o ano letivo.

Na oportunidade, foi aplicado um teste junto às crianças do assentamento para verificar se elas estavam aprendendo ou não com a nova proposta, sendo que, os Assentados questionavam as pessoas que aplicavam o teste, com a seguinte pergunta: Aprendendo o quê? Com o resultado do teste e com a capacidade que as crianças tinham de pensar, a prefeitura se surpreendeu com o resultado, e o ano letivo foi validado.

Os conflitos que envolviam o assentamento e a prefeitura fortaleceram ainda mais o envolvimento da comunidade do assentamento em torno da escola. Os Assentados foram ainda mais longe, em discussão nos núcleos e aprovação em assembléia geral, definiram mudar o nome da Escola que era chamada “Tracutinga” para “Construindo o Caminho”, pois consideravam que este nome estava mais de acordo com a realidade do assentamento.

A mudança do nome da escola também foi motivo de contestação pelo poder público municipal, mas, em 1993, foi levado um projeto para a Câmara de Vereadores (através de um vereador de origem do assentamento) para que o nome fosse alterado, no

entanto, o projeto não foi aprovado pela Câmara de Vereadores. A mudança do nome da escola foi aceita pelo poder público municipal, somente após vários anos de luta.

Para os Assentados, ficou como aprendizado que, construir a *escola diferente* que eles desejavam, não seria tarefa fácil, pelo contrário, foi um processo longo, difícil e exigente, no sentido que exigiu muitas reuniões para discutir como enfrentar as situações que se apresentavam. Foi por meio destes espaços de diálogo que, cuidadosamente, começou a ser construída educação que se desejava no assentamento. Uma pedagogia que respondeu às demandas do assentamento, fortalecendo princípios e valores orientados na luta pela terra.

A construção de uma escola, comprometida com a melhoria da qualidade de vida no assentamento, deveria trabalhar na perspectiva da formação de um ser humano, ou ainda, segundo Morin (2000), na formação de “uma cabeça bem-feita”⁴, que seja capaz de por meio da prática junto à realidade concreta dos problemas do dia-a-dia no assentamento, pudesse construir determinados conhecimentos e organizá-los para solucionar problemas relacionados à condição humana no interior do assentamento e para além dele. É na perspectiva de construir uma prática educativa associada à realidade do assentamento que nasceu a Escola Construindo o Caminho.

4.3 Fator nucleador: Escola “Construindo o Caminho”

A escola contribui, decisivamente, na construção do processo de

⁴ “Uma cabeça bem-feita” significa que, em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de: uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas; princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido, conforme Morin (2000).

desenvolvimento local no assentamento. Primeiramente, porque foi um fator determinante para unir dois grupos de Assentados que trabalhavam de forma separada na fase inicial do assentamento. Em segundo lugar, porque a escola, através do seu método de ensino, contribuiu para reforçar ainda mais relação entre o assentamento e a escola consolidando, assim, a proposta de trabalho coletivo no assentamento.

Por tudo isso, a Escola Construindo o Caminho constitui-se num exemplo, enquanto experiência localizada de escola de assentamento, que merece ser conhecida, pela maneira como busca trabalhar a questão da organização dos tempos educativos na escola. A partir de uma vivência em uma experiência de cooperação dentro da escola, seguindo assim o exemplo de organização do Assentamento “Conquista na Fronteira”, que se organiza também de forma coletiva.

Um processo de educação que traz as experiências compartilhadas de vida dos Assentados, desde o período de acampamento, até o assentamento. É uma educação desenvolvida dentro de uma escola, cujas ações pedagógicas trabalhadas na mesma estendem-se. Ao mesmo tempo interage com toda a comunidade do assentamento, num grande movimento de troca de experiência permanente entre escola e a comunidade assentada.

Quando se discute a importância da escola, no processo de desenvolvimento local onde os educandos estão inseridos, parte-se do princípio de que exista uma relação entre os saberes trabalhados na escola com a realidade concreta vivida pela comunidade ou bairro, onde a escola está inserida. No entanto, na prática, muitas vezes, existe nessas escolas uma dissociação entre escola/comunidade e comunidade/escola. Dissociação esta que, inclusive, foi determinante para a implementação do projeto de nucleação das escolas na região oeste do

Estado de Santa Catarina. É buscando evitar tal situação que:

O MST tem ainda uma grande preocupação com o ensino e a difusão do conhecimento, procurando fundar escolas e dar acesso às mesmas a crianças dos assentamentos e aos analfabetos; procura preparar os professores, a fim de que ministrem um ensino que não seja alienado. Esta orientação visa formar cidadãos que tenham capacidade de assumir a identidade nacional e de melhor compreender a realidade nacional, regional e local (ANDRADE, 2003, p. 100).

A experiência pedagógica, desenvolvida escola Construindo o Caminho do Assentamento “Conquista na Fronteira”, visava atender essa orientação do MST, tendo início das atividades em 1989. Na oportunidade, a construção de uma escola era uma necessidade, em função de que havia uma demanda de 44 educandos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, no assentamento. Entre os educandos havia diferentes níveis e idades, pois vinham de um tempo significativo de acampamento, onde não havia uma escola legalizada.

Os Assentados, desde o período de acampamento, apresentavam uma preocupação muito grande com relação ao futuro das crianças. Neste sentido, havia um consenso entre os Assentados de que existia uma necessidade de construção de uma escola no assentamento. No entanto, existia a preocupação com a construção de uma escola diferente, com uma metodologia nova, diferente do modelo de escola que é tradicionalmente conhecido, onde os saberes são trabalhados de forma fragmentada, sem vínculo com a realidade do aluno.

Uma escola diferente, para os Assentados, estava relacionada a um novo jeito de educação, um novo tipo de escola, que além de ensinar aquelas questões básicas como ler e escrever incentivasse e fortalecesse os valores do trabalho, do movimento, da responsabilidade, da participação na luta pela terra, e no resgatando o amor a terra.

Por outro lado, é importante novamente lembrar, que a comunidade do assentamento não tinha, de forma clara, que método utilizar para desenvolver esta proposta. Existindo assim, a necessidade de construir este novo método, situação esta, que mais tarde, originou o nome da Escola Construindo o Caminho, ou seja, o caminho precisa ser construído.

No início, o novo método era muito questionado por alguns pais, que faziam comparações com o modelo antigo, também pelo fato de não se ter certeza de como seria esta proposta. Era algo novo para todos no assentamento, mas era preciso colocar a proposta em ação. Tem-se, por vezes, a impressão de que a ação simplifica, pois em uma alternativa decide-se, escolhe-se. Entretanto, a ação é decisão, escolha, mas é também uma aposta. E na noção de aposta há a consciência do risco e da incerteza (MORIN, 2002).

Foi esta aposta apresentada:

- Participar dos cursos promovidos pelo setor de educação do MST;
- Participar das discussões do assentamento como um todo;
- Estar disposta a compreender e trabalhar esta nova proposta;
- Conviver com as famílias assentadas;
- Ser simpatizante do MST.

Na época, as educadoras que aceitaram as condições acima não tinham essa formação, sendo, então, necessário construir a proposta junto com as educadoras. Para tanto, iniciou-se um estudo na escola com materiais que vinham ao encontro da proposta, baseados no educador Paulo Freire. A opção de começar o trabalho a partir da obra de Paulo Freire foi em função de que o mesmo trabalha numa perspectiva de tema gerador voltado para a construção de um diálogo problematizador, em que os conhecimentos são construídos nas práticas educativas, realizadas na realidade concreta.

Porém, os livros didáticos não auxiliavam neste trabalho de formação, existindo a necessidade de deixá-los de lado, num primeiro momento, para buscar outras fontes de pesquisas que contribuíssem neste processo. Foi de grande valia, a participação do Setor de Educação do MST, que contribuiu com a formação das educadoras e a participação da comissão de educação do assentamento, por meio de oficinas pedagógicas, muito importantes nesse processo.

Inicialmente, o novo método começou a ser construído a partir do estudo das palavras geradoras, palavras estas que eram escolhidas a partir das principais atividades desenvolvidas naquele momento pelo assentamento. O estudo era planejado por bimestres, já que era um estudo limitado sobre as palavras. A princípio, essas palavras eram definidas pelas educadoras e não pela comissão de educação e educandos. Com o passar do tempo, percebeu-se que era algo que não tinha continuidade, que não motivava a criança a aprender, pois ela não participava da escolha e construção do objeto de estudo e que também não teve a participação da comunidade. Neste sentido, Callai (1998) chama atenção para a necessidade de que

Formar o cidadão significa dar condições ao aluno de reconhecer-se como um sujeito que tem uma história, que tem um conhecimento prévio do mundo e que é capaz de construir o seu conhecimento. Significa compreender a sociedade em que vive, a sua história e o espaço por ela produzido como resultados da vida dos homens. Isso tem que ser feito de modo que o aluno se sinta parte integrante daquilo que ele está estudando. Que o que ele está estudando é a sua realidade concreta, vivida cotidianamente, e não coisas distantes e abstratas (CALLAI, 1998, p. 72).

Para Paulo Freire (1990), antes de a criança aprender a ler a palavra, ela precisa aprender a ler o mundo, para poder compreender e interessar-se pelo que acontece ao seu redor. Assim, com o processo de formação das educadoras, surgiu a proposta de substituir as

palavras geradoras, por temas geradores. Os quais seriam baseados em uma situação problema, existente na realidade do assentamento, e que se transforma em assunto para o estudo e o trabalho integrando os conteúdos das várias disciplinas.

A comissão de educação do assentamento passou a encaminhar a discussão para os núcleos de família para sugerirem os temas geradores para o ano letivo. Uma dos temas escolhidos em assembléia, a título de exemplo, foi o tema gerador embelezamento. Então a comissão de educação elaborou uma proposta de planejamento que foi estudada nos núcleos de família com oportunidades para alterar o que fosse necessário. Depois de aprovado em assembléia, as educadoras, juntamente com a comissão de educação e educandos, começaram a por em prática esse planejamento.

O tema gerador foi retirado de situações problema vivenciados pela comunidade do assentamento, cuja superação do problema ainda não era percebida pela comunidade assentada. É a partir dos temas geradores que são desenvolvidos o conteúdo em todas as disciplinas. Por exemplo, no ano 2000, a partir do tema “embelezamento” foram sendo desenvolvidos sub-temas como jardinagem, arborização, saneamento básico, área de recreação e lazer, embelezamento físico e pessoal.



FIGURA 5 - OS ALUNOS DA ESCOLA CONSTRUINDO O CAMINHO DISCUTINDO O TEMA GERADOR 'EMBELEZAMENTO'.

Fonte: Cooperunião, 2004.

A partir da escolha do tema gerador é feito um planejamento anual, contendo o plano diário, em que são traçados os conteúdos básicos, ligados a este tema gerador. Baseadas nesse planejamento são desenvolvidas as aulas tanto na teoria quanto na prática. Um dos sub-temas trabalhados para refletir sobre o tema gerador embelezamento foi o saneamento básico.

A partir da reflexão sobre o saneamento básico, decidiu-se confeccionar cartuchos de taquara para serem utilizados no viveiro de produção de mudas. Isto por entenderem que este é um recurso da natureza, e que depois de decomposto, torna-se um componente de recuperação da própria natureza. Os educandos fizeram a seguinte reflexão: ao comprar os cartuchos de plásticos, além do custo para adquirí-los, permaneceriam por muito tempo poluindo o meio ambiente, situação esta que iria contra os valores humanos, trabalhados no assentamento.

Os educandos, através da questão prática envolvendo o tema gerador embelezamento, não só iniciaram a construção do viveiro de mudas, como limpam e ornamentaram o ambiente do assentamento, além de fazer o plantio de flores na escola e na comunidade. Distribuíram ainda, mudas de flores nas residências dos Assentados.

O embelezamento vem trabalhar algumas dimensões pessoais e ambientais com a finalidade de transformar o assentamento em um ambiente bonito prazeroso, onde as crianças e as outras pessoas tenham gosto e permanecer na comunidade, cultivem o amor a terra e a luta dos pais. Assim vamos desmistificando que o assentamento no campo é um lugar atrasado, feio, isolado. O embelezamento é um valor que resgata a dignidade e auto-estima da pessoa humana (CARTILHA CONSTRUINDO O CAMINHO).

Através do tema embelezamento foram realizados trabalhos práticos e teóricos envolvendo os conteúdos de várias disciplinas como: português, matemática, estudos sociais, e ciências. Os conteúdos que não são engajados no tema gerador são trabalhados partindo da realidade local. Até o presente momento já foram trabalhados outros temas geradores como: área de lazer; escola cooperativa; horta de ervas medicinais; indústria (confecção de roupas); gado leiteiro; minhocário; horta de hortaliças; reflorestamento; erva mate. Mas, para que estes temas aconteçam na escola é necessário organização.

4.3.1 A organização dos tempos na escola

A organização dos tempos educativos na escola Construindo o Caminho foi uma necessidade e ao mesmo tempo um desafio. Os tempos educativos tinham que, além de atender aquele espaço destinado ao estudo e as aulas, ter disponibilidade para atividades que

se estendessem para além da escola. Pode-se pensar assim, a escola como um território que congrega dentro dela outros territórios, cada qual com suas características próprias. Então, os tempos têm que atender a essa dimensão da vida que está contida nestes territórios. O desafio é justamente este, trabalhar os tempos de forma compartilhada, para que o ensino possa atender

[...] as diversas dimensões da formação humana é preciso planejar outros tempos além das aulas; é preciso ter uma intencionalidade pedagógica em relação a outras práticas educativas ou situações de aprendizado. Mas daí é preciso planejar coletivamente tempos para que elas aconteçam, e proporcionar aos educandos condições de gerir o tempo de processo educativo, estabelecendo prioridades e assumindo tarefas, metas e responsabilidades diante disso (CADERNOS DO ITERRA, 2001, p.23).

Como o assentamento “Conquista na Fronteira” já trabalhava com a idéia de organizar o trabalho totalmente coletivo. A escola também deveria organizar os tempos educativos de forma a trabalhar a importância do coletivo, para tornar a criança participante na vida da comunidade.

A escola, assim como o assentamento, passou a desenvolver as atividades a partir do coletivo, sendo que, os primeiros objetos coletivizados na escola foram materiais, brinquedos e lanches. Nos primeiros tempos, houve alguma resistência por parte das crianças em socializar seus pertences, principalmente o lanche que era trazido de casa.

É importante destacar que, antes da implementação do sistema coletivo na escola, foi feita uma preparação anterior com as crianças a respeito das principais atividades a serem feitas na escola. Para que todo este processo acontecesse de forma organizada, foi também necessário organizar as crianças em equipes de trabalho, seguindo o exemplo do assentamento, mas respeitando a demanda da escola. A este vínculo entre a educação

desenvolvida na escola e o modo como o assentamento organiza a produção, Fontana (1999) chamou de educação orgânica.

A organização dos educandos foi sendo construída em primeiro lugar, escolhendo os nomes das equipes, os coordenadores, os secretários, e as funções a serem desenvolvidas dentro de cada equipe. As crianças eram livres para fazer a escolha da equipe que gostariam de fazer parte. Ao todo foram definidas cinco equipes de trabalho: serviços gerais, subsistência, limpeza, pedagógica e comunicação.

Cada equipe escolheu um coordenador, e esses formaram o conselho deliberativo, que tem a função de organizar a pauta para as reuniões e ter claro todo o processo da cooperativa-escola. Como toda organização precisa de regra para o bom desenvolvimento, houve a necessidade de se fazer um Regimento Interno da Educação, discutido pelos educandos em conjunto com a comunidade. Quando os educandos não cumprem com esse regimento, eles serão avaliados pelo conjunto da escola e se for necessário, também pela comissão de educação do assentamento.

Para romper com algumas práticas tradicionais como o “castigo”, foi necessária outra forma de avaliar o comportamento dos educandos. Na escola, atualmente, o educando está mais motivado, tendo amor pela mesma, tornando o ambiente prazeroso e agradável para o estudo. Quando alguém na escola comete eventualmente uma falha, este passa por um processo de reflexão de sua falha. Nesta reflexão o educando tem a oportunidade de se auto-avaliar através de um trabalho prático que venha contribuir no processo de sua formação. Quando o educando não cumpriu com uma tarefa que foi encaminhada pelo coordenador da equipe, o educando é penalizado com outra tarefa que será

definida pela assembléia. Esses são alguns exemplos de tarefas alternativas:

- ✓ Plantar um pé de fruta ou flor e cuidar até crescer;
- ✓ Fazer um cartaz explicando e que ele fez de errado;
- ✓ Capinar em redor da escola.

A organização da cooperativa dos educados caracteriza-se como um processo contínuo, em que sempre estão acontecendo mudanças, que visam atender as necessidades e dificuldades que surgem no transcorrer do processo, como alteração de equipes, trocas dos membros, negociações, definição de tarefas. É um processo desafiante que exige dos envolvidos a superação constante de limites, para assim continuar com esta experiência de escola e de educação no assentamento.

Interessante perceber que quando nos vimos com uma escola funcionando da maneira como havíamos sonhado, os educandos organizados em cooperativa, com uma comissão de educação participando ativamente na escola, nossas ansiedades continuaram mesmo assim. Este sentimento nos faz pensar que conflitos, medos e desafios sempre farão parte de nossa prática pedagógica cotidiana, muito embora a organização dos educandos tem contribuído muito na resolução e encaminhamentos das dificuldades que vão surgindo ao longo do processo (CARTILHA CONSTRUINDO O CAMINHO).

As crianças na escola explicam dessa maneira a sua organicidade: A escola está organizada em quatro equipes de trabalho que são:

1. Equipe de limpeza: Limpa os banheiros, as salas, as carteiras, busca panos e apaga o quadro;
2. Equipe de Serviços Gerais: Molha o minhocário, é responsável pelo patrimônio da escola, recolhe o lixo, conta os talheres, separa o lixo, arruma os calçados, ergue as cortinas, arruma as bandeiras e ajuda na limpeza das salas;
3. Equipe de subsistência: Busca salada, sabão, molha a horta, ajuda na limpeza das salas, duas pessoas lava a louça, capina o jardim, molha as flores, aponta os lápis de uso coletivo, e cuida das plantas;

4. Equipe pedagógica e comunicação: Traz produtos cultivados no assentamento para a merenda na escola, traz notícias de jornais, arruma os armários, as estantes, a biblioteca.

A formação das equipes é compreender em primeiro lugar a escrita no quadro dos nomes das equipes, em seguida cada educando pode escolher qual a equipe que deseja participar. Depois estas equipes se reúnem e escolhem o coordenador, vice-coordenador e o secretário. Novamente, é perguntado aos educandos se aceitam estes coordenadores e secretários. Logo após, os coordenadores das equipes e vices reúnem-se para decidir quem vai ser o coordenador geral e vice. Os demais educandos são membros das equipes de trabalho. Os primeiros coordenadores se reúnem e formam o conselho deliberativo, e no conselho, eles discutem os pontos que devem ser levantados para a reunião de equipe, os quais serão levados depois para assembléia geral, para serem aprovados. O coordenador geral tem no seu caderno o nome de quem não cumpriu as normas da escola e quem não realizou a tarefa encaminhada pelo coordenador, recebe uma outra tarefa como já foi observado anteriormente.

É interessante destacar que, os educandos, quando questionados sobre a organização da escola, assumem abertamente que é motivo de muito orgulho pertencer a Escola Construindo o Caminho. Esta é uma situação que fica bem evidente quando os educando terminam a 4ª série e passam a freqüentar a escola do Município de Dionísio Cerqueira. Os educandos lembram com respeito e saudade da escola do assentamento, como pode ser observado nos seguintes depoimentos:

Na escola do assentamento o ambiente era agradável, tínhamos liberdade para conversar com as professoras. As decisões eram tomadas juntas na escola. Lá fora na minha escola tem um líder que é puxa-saco, ele também faz bagunça e depois nos entrega para o diretor da escola. Não há direitos e deveres, nenhuma regra estabelecida no papel como na escola do MST. Quem estabelece as regras é o diretor, e quem briga muito é expulso da escola. As atividades é somente na sala de aula, a não ser educação física. Os cantos do “MST”, nem pensar! É somente as do

padre Marcelo nas aulas de religião.

Eu tenho saudades da minha escola do assentamento, mas fico feliz em saber que outras crianças ocupam o meu espaço e cuidam do que eu construí com muito carinho.

Quanto à pena, eu lembro que levei uma. Foi eu que plantei, era uma pena porque eu não cumpro com uma tarefa” (CAMILO MIOTTO – 5 série – estuda fora do assentamento).

“ Eu gostava da escola do assentamento. Lá se estudava teoria e prática. Saíamos da sala de para desenvolver atividades práticas, éramos unidos e todo era muito divertido. Eu sinto falta de contribuir na organização e nas tarefas prática como por exemplo: limpeza da sala, banheiros. Tenho pena das serventes, elas limpam sozinhas e eu não contribuo por falta de organização na minha escola.

O lixo é todo jogado no chão, não há respeito entre companheiros, e assim o ambiente escolar se torna desagradável.

Eu sinto em Ter saído desta escola, mas como não posso ir nas duas eu me sinto realizada em ver que o que eu deixei nesta escola está sendo útil para outras crianças, como por exemplo: os pés de frutas que eu ajudei a plantar, hoje produzem para as crianças comer. Mas os pés que comunidade plantou, eu também estou aproveitando” (DAIANE BRUNETTO – 6 série – estuda fora do assentamento).

Para os educandos, a escola é mais do que uma escola. Os depoimentos acima sintetizam a maneira carinhosa como as crianças se referem a sua escola no assentamento. Servem ainda de motivação para a comunidade do assentamento continuar a enfrentar os desafios que aparecem diariamente, principalmente quando estes desafios acontecem no campo da reforma agrária. Enfrentar os desafios com coragem e criatividade é uma ordem no assentamento, e foi assim que a comunidade do assentamento enfrentou a proposta de nucleação no Município de Dionísio Cerqueira.

Em 1998, surgiu a proposta de nucleação das escolas em toda a rede municipal do Município de Dionísio Cerqueira. O projeto considerava que escolas muito pequenas e com poucos alunos deveriam ser nucleadas, ou seja, unidas a outras escolas maiores. Na oportunidade, a comunidade do assentamento não tinha sido convidada para discutir a proposta de nucleação junto à prefeitura. O encaminhamento no assentamento foi pela não entrada no projeto de nucleação, justificado pelas seguintes razões:

- Considerarmos que em nossa escola há educandos suficientes para se fazer

um bom trabalho;

- Queremos manter a escola no campo, escola do assentamento;
- Não queremos professores sem a formação do MST;
- As crianças de fora terão dificuldades em entender a nossa proposta, por não terem a mesma experiência de vida;
- Resistência das comunidades vizinhas do assentamento com a proposta de educação do MST, ou porque simplesmente não a conhecem.

Ao apresentar estes argumentos, houve a compreensão por parte da Secretaria da educação do Município de Dionísio Cerqueira em manter a escola dentro do assentamento. No município de Itapiranga-SC⁵ houve a negativa por parte da população referente à nucleação que pouco influenciou na implementação do projeto, pois a população não esboçou uma ação mais afirmativa contra a sua implementação do projeto. A resposta para este comportamento da população talvez esteja ligado ao fato de que as comunidades deste município não percebiam a importância da escola na organização das suas comunidades. Neste sentido, a comunidade do assentamento “Conquista na Fronteira” entende que é sempre preciso lutar pela escola que se quer. Para Fontana (1999) o projeto de

[...] nucleação é um processo conseqüente também do êxodo rural, e está intrinsecamente ligado á questão agrária. Temos certeza de que existe alternativas possíveis para realizar um educação alternativa voltada para os trabalhadores. Não uma educação bancária, mas um educação Libertadora. Talvez a experiência da escola Construindo o Caminho não seja a melhor, mas na condição de professor da escola pública estadual, percebemos que é possível trabalhar com nossas crianças numa perspectiva de valorização do conhecimento, das histórias de vida que nossos educandos trazem de seus meios sociais (FONTANA, 1999, p. 132).

Portanto, construir uma educação libertadora, que atendesse as demandas do lugar onde os educandos estão inseridos, foi um desafio que a comunidade do Assentamento

⁵ Esta questão, referente à nucleação, foi objeto de pesquisa no Município de Itapiranga (Estremo Oeste de Santa Catarina). O pesquisador PAULINO EIDT identificou que a nucleação das escolas no campo foi acompanhado de muita insatisfação por parte das famílias, segundo o autor, no Município de Itapiranga, cerca 78,75% das famílias eram contra este projeto.

“Conquista na Fronteira” assumiu abertamente, tendo a certeza de que outras experiências podem ser construídas em outros lugares.

Quando se discute a importância da escola, no processo de desenvolvimento do local onde os educandos estão inseridos, parte-se do princípio de que exista uma relação entre os saberes trabalhados na escola com a realidade concreta vivida pela comunidade ou bairro onde a escola está inserida. No entanto, na prática, muitas vezes, existe nas escolas uma dissociação entre escola/comunidade e comunidade/escola. Dissociação esta que, inclusive, foi determinante para a implementação do projeto de nucleação das escolas.

A nucleação deixa como ensinamento, principalmente para as comunidades rurais, que não basta lutar para ter uma escola no campo, é preciso lutar para ter uma escola do campo, o que pressupõe, em primeira análise, o envolvimento da comunidade neste processo. É por meio da participação que a comunidade consegue construir respostas eficazes aos desafios que se apresentam na luta pela escola que se quer, ou seja, na luta pela escola do campo.

4.4 Fator nucleador: Cultura

O desenvolvimento local do assentamento caracteriza-se pela forte organização que existe entre os Assentados, cujos valores como: participação, educação e cultura são fatores importantes, que ajudaram a impulsionar as mudanças no setor produtivo no assentamento, passando de um modelo de organização individual, para um modelo no

coletivo.

Até agora, foi abordada a contribuição dos fatores nucleadores do desenvolvimento local no assentamento, como a participação e a educação. A partir de agora, será abordado a cultura como fator nucleador. No assentamento, pode-se assim dizer, que a cultura tem um valor estratégico na promoção do desenvolvimento local, sendo fundamental, num primeiro momento, na formação do seu território e, num segundo momento, na consolidação da sua territorialidade.

A cultura no assentamento está fortemente vinculada ao território. Assim, para se compreender melhor esta relação entre cultura e território faz-se as seguintes perguntas: Como historicamente foi sendo construída uma cultura no assentamento voltada a uma proposta de trabalho no coletivo? E quais os fatos que contribuem na sua consolidação? E em que momento houve a erosão da cultura individual para a coletiva.

Neste caso, é pertinente iniciar respondendo a última pergunta. Nada mais correto do que voltar a origem das pessoas que hoje são Assentados e conhecer as suas histórias de vida, antes de ingressar no MST. As realidades em que conviviam, sobretudo, os motivos que conduziram os mesmos a entrar para o MST e a construir uma nova identidade comum entre os Assentados, e coletiva por definição.

As pessoas, antes de ingressarem no movimento sem terra, eram arrendatários, peões de fazenda e pequenos agricultores. Para os Assentados, aquele era um período difícil, em que existia muita exploração em função da forma como produziam. Geralmente, a terra era trabalhada de forma individual, sendo que para as pessoas que eram arrendatários tinham

que pagar renda diferenciada como meia, ou a terça parte para o patrão.

Toda essa situação vinha ainda acompanhada das péssimas condições de trabalho, onde a terra era geralmente bastante dobrada⁶, de difícil acesso e manejo para desenvolver o trabalho na agricultura. Estas condições eram acompanhadas de instrumentos de trabalho bastante rudimentares como enxada, juntas de bois e o arado.

As famílias trabalhavam para seu próprio auto-sustento, muitas vezes, sem acesso ao crédito, o que impossibilitava investimentos para melhorar a propriedade e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida das famílias. A partir de 1940, as famílias passam a enfrentar um outro problema. Começa a se intensificar na região Oeste de Santa Catarina, o processo de modernização da agricultura, na figura das agroindústrias. Então, as famílias passaram a ser integradas a estas agroindústrias que, em contrapartida, exigiam dedicação exclusiva à pecuária. Este fato forçava as propriedades a substituir a policultura pela monocultura. Era a dependência das famílias à agroindústria.

A presença das agroindústrias acelerou as relações capitalistas na região, mudando os costumes e valores das pessoas, pois o cotidiano das pessoas começava de forma gradual a incorporar valores de uma sociedade de consumo. Cada vez mais, eram introduzidos na região novos objetos técnicos (modernização) carregados de intencionalidade e de uma racionalidade competitiva. Porém, eram objetos restritos a uma minoria, que podia participar deste mundo de produção e consumo e que gradualmente se entrelaçava com outras partes do mundo.

⁶ Terra dobrada se refere a acentuada inclinação do relevo como mostra as curvas de nível na figura I deste trabalho, o que torna as terras bastante pobres em nutrientes e de difícil mecanização.

As formas de produção e de consumo na região, muitas vezes, eram as mesmas se comparadas com outras partes do mundo. Mas, a maioria das pessoas que não tinham acesso às novidades era discriminada materialmente e psicologicamente. Muitas vezes, as pessoas sentiam-se culpadas por não conseguir acompanhar a modernidade, que homogeneizava o espaço regional. Estes foram alguns dos motivos que conduziram as famílias na época à desterritorialização. As famílias foram obrigadas a abandonar a sua propriedade para fazer o caminho à cidade e, muitas das famílias que resistiram passaram a integrar o MST.

Na realidade, as pessoas buscavam fazer parte do MST para ter acesso à terra, poder trabalhar e produzir alimento, e sustentar a família no sentido de recuperar a antiga forma de trabalho familiar que lhes dava “autonomia” e “segurança”, que haviam sido perdidas em função do desenraizamento de seu local tradicional de trabalho. Os Assentados, quando são questionados sobre quais foram os motivos que levaram a família a tomar a decisão de entrar para o MST, respondem: a terra, a produção e uma vida melhor para a família como pode-se observar nos depoimentos emitidos a seguir:

Lutar por uma vida digna para o homem do campo.
Pelas dificuldades e porque não dava de viver a vida toda trabalhando de arrendatário.
Requerer uma terra a onde nós pudesse ser dono.
Um dos motivos porque nos não tínhamos condições para comprar um pedaço de terra. Outro motivo porque era uma proposta nova de se organizar.
Não tinha terra, muito menos condições de adquirir terra, oportunidade de vir para o assentamento pela escolha da comunidade onde morava. Então não custava tentar.
A política dos direitos e deveres com a sociedade.
Não existia outra saída de se organizar, e a forma era entrar no assentamento.
Não tinha outra forma de conquistar um pedaço de terra, a não ser entrar para o MST.
Nós erramos sem terra morávamos na terra de nossos pais. Que era muito pouca e não dava condições financeira para nós e nossos demais irmãos.
Farta de terra para plantar, e cansado de ser explorado pelo comércio local.

Portanto, estas pessoas ao serem desterritorializadas de seus locais tradicionais

de trabalho e, posteriormente, entrarem para o MST, estariam construindo uma nova cultura ou uma nova forma de pensar e agir? Na hipótese de que o” processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) gera um espaço temporalizado em razão destas informações que circulam e comunicam, ou seja, também há fatores culturais nas bases que condicionam a TDR. Raffestin (1984), aponta, assim, para a relação economia-cultura nas determinações da DTR” (SAQUET, 2004, p 126).

De fato, toda a história está por trás da territorialização de um assentamento, envolvendo a sua constituição interna e a construção de novos símbolos, como, a mística, uma escola diferente, que também são frutos de relações políticas e econômicas. Mas não é apenas isso, os Assentados tiveram que se comunicar e aprender a se sentirem membros do assentamento. Tudo isso se materializava no espaço do assentamento como um processo articulado no cotidiano, daí vem a dimensão cultura.

Mas nada seria mais incorreto do que responder de forma afirmativa a resposta da pergunta anterior, pelo menos num primeiro momento - na realidade o discurso de classe, de individualidade e de família, ainda estão muito presentes na vida das pessoas. Estas apenas não revelam, porque descobrem no acampamento que os objetivos são comuns e, de certa forma, estão mais preocupadas em fazer um discurso sistemático contra o sistema capitalista que lhe tirou a condição de camponês e a defender de forma fervorosa a bandeira e os valores do MST.

O discurso das pessoas no acampamento contra o capital e em defesa do MST representa uma postura de momento, nada relacionado ainda com a consciência coletiva. Seria uma consciência sem consciência, segundo Morin (2002). Neste sentido Santos (2000, p. 116)

observa que:

A consciência da diferença pode conduzir simplesmente a defesa individualista do próprio interesse, sem alcançar a defesa de um sistema alternativo de idéias e de vida. De um ponto de vista das idéias, a questão central reside no encontro do caminho que vai do imediatismo as visões finalísticas; e de um ponto de vista da ação, o problema é ultrapassar as soluções imediatistas...e alcançar a busca política genuína e constitucional de remédios estruturais e duradouros.

De fato, as coisas são realmente assim. Vale lembrar que na fase inicial no assentamento houve muita resistência em assumir uma proposta de trabalho no coletivo. Na época, existia a vontade de continuar a reproduzir o trabalho de forma individualizada, mais circunscrito à família, ainda que este modelo não tivesse servido para as famílias manterem a condição mínima de camponesas e que os tenha levado à desterritorialização.

O trabalho familiar era preferido, especialmente entre as 25 famílias escolhidas no Município de Dionísio Cerqueira. Estas famílias não tiveram a experiência do período de acampamento, decidindo assim pela forma individual de trabalhar a terra, de vencer individualmente. Já as 35 famílias vindas do acampamento para o assentamento em Dionísio Cerqueira, escolheram e deram prosseguimento ao trabalho coletivo que já realizavam no acampamento, apesar das resistências. A junção dos dois grupos na proposta de trabalho coletivo somente aconteceu em 1994.

Portanto, a organização do setor produtivo no assentamento (modelo coletivo) não aconteceu sem resistência, precisou levar em consideração uma importante questão - a cultura. A consolidação do sistema de produção local, a partir do coletivo, foi fortemente condicionada por uma cultura voltada para o desenvolvimento local do território, porque se “a desterritorialização tem a virtude de afastar o espaço do meio físico que o aprisionava, a

reterritorialização o atualiza como uma dimensão social” (ORTIZ, 1999, p. 58). Para esse autor, a desterritorialização, além de ser uma condição de nossa época, é também a expressão de um novo território, ou seja, de novas formas de produção e de cultura.

No assentamento “Conquista na Fronteira”, a escolha da forma como seria organizada a produção foi um momento importante, porque a partir de uma escolha dependeria o futuro do assentamento. Ou seja, determinará se a forma de produção escolhida será favorável ou não para promoção do desenvolvimento local, bem como a sustentabilidade do assentamento a longo prazo.

A escolha gerou conflitos entre os Assentados – os Assentados que não tinham a experiência do acampamento, estavam confusos com relação a proposta coletiva, e fizeram a opção por esta somente depois que a confusão se resolveu. Os Assentados vindos dos acampamentos não faziam nenhuma confusão em torno da proposta, portanto, não houve escolha, a escolha já estava feita.

No assentamento, portanto, a escolha foi por um modelo no coletivo. A implementação deste sistema coletivo de trabalho foi marcado por muita dificuldade, especialmente na fase inicial, em função de que os Assentados passaram a se confrontar com muitos problemas na hora de se organizarem coletivamente, como mostram os depoimentos a seguir.

Era como medir a força de trabalho de cada membro.
Baixa produtividade de alguns companheiro.
Entender o processo, a forma de se trabalhar.
As dificuldades são cada pessoa ter uma forma de se posicionar e de trabalhar e outros pessoas tem dificuldades de entender.
De organizar a produção porque as pessoas pensam diferentes. Só com muito esforço foi conseguido.
A adaptação a novas idéias, a reuniões a todo momento, mais hoje já está superado.

Nós não enfrentamos muitas dificuldades, pois no acampamento já estudávamos sobre o coletivo.

Fazer com que as pessoas compreendam-se umas as outras e também em entender o limite ou a capacidade de cada um.

As dificuldades foram todos conseguir entender como organizar-se em equipes de trabalho. Como fazer em bom investimento dos recursos.

Os depoimentos mostram que os Assentados tiveram que se defrontar com os problemas relacionados à convivência humana, sem poder contar com a proteção da religião. As famílias, antes de entrar para o MST, tinham muitas vezes como a única fonte para buscar o saber nas suas respectivas comunidades de origem, a igreja e a escola, ainda que tradicional. Na realidade, pode-se acrescentar a tudo isso que “...a dificuldade em desencadear processos de desenvolvimento está nas divergências internas da comunidade, que, apesar de ser rotulada com esse conceito unificador: comunidade, na verdade representa um grande mosaico de interesses e projetos individuais que dificultam o consenso sobre propostas de ação” (BROSE, 2001, p 138).

A dificuldade ocorre justamente porque os Assentados que não tinham a experiência do acampamento, ficavam muito condicionados às suas memórias e até entusiasmados com as suas próprias experiências de vida anterior. Na verdade, estes Assentados estavam condicionados as suas próprias formas de educação, de religião e de seu meio cultural. De certa forma, isto era fator causador de conflito, porque a memória é geradora de pensamentos, e o pensamento é uma reação, e ao mesmo tempo a resposta da memória, que está ligada às coisas do passado, às coisas já acabadas e pré-concebidas.

Por isso, estes Assentados se mostravam incapazes de se abrirem a uma experiência nova, de trabalho coletivo, porque eles não conseguiam definir essa nova metodologia de trabalho e por, conseqüência, essa nova idéia era julgada de forma negativa

por antecipação. Na verdade, eles olhavam para a sua realidade com o uso de uma luneta virada ao contrário e isso acontecia porque as idéias eram sugestionadas, sempre pela memória que corresponde ao passado.

Este processo ocorre porque a memória⁷ é um processo que se cristaliza na forma de pensamento e este pensamento é transformado em símbolos, sejam eles materiais ou imateriais. O hábito de se conformar com estes símbolos criados no passado gera uma espécie de contradição na hora de enfrentar os novos desafios, isso equivale a fazer um movimento contra as leis da natureza, pois a natureza sempre esta em processo de transformação.

A natureza encontra seu equilíbrio justamente no movimento. Quando este movimento é negado, ocorre uma espécie de ilusão, isso porque, os pensamentos e as palavras não podem ser confundidas com a realidade concreta do cotidiano. O cotidiano é a expressão do movimento. Então, no assentamento, o problema da memória só foi possível de ser resolvido na medida em que os Assentados começaram a se relacionar enquanto comunidade e, principalmente, ao se conhecerem a si próprios.

Já os Assentados, que tiveram a experiência de acampamento, foram obrigados a se libertarem da memória, isto porque no acampamento não havia tempo para ficar pensando. A situação exigia ações para superar as dificuldades e isso os remetia não ao passado, mas para o presente em movimento, que os obrigava a renascer todos os dias, no sentido de que, no outro dia, ninguém tinha certeza de que haveria comida, casa, ou como seria o dia de amanhã.

⁷ A discussão em torno da memória tem como base os ensinamentos de Krishnamurti e da Física Quântica.

As dificuldades faziam com que as relações fossem solidárias, por isso, ficou estabelecido que não seria adotada nenhuma forma de religião e essa atitude, a princípio, parece revelar que os Assentados enxergam a religião como algo relacionado a uma espécie de crença. Nada relacionado a uma prática direta no cotidiano e isso fica bem nítido quando os Assentados observam que lá não é adotada nenhuma forma de religião, porque, eles fazem a partilha do pão todo dia, assim, os problemas e soluções passaram a depender da convivência humana.

Na prática, este não é definitivamente um processo fácil, é doloroso, no sentido de que os Assentados são obrigados, por força da situação e do destino, a abandonar uma cultura de individualidade que vinha sendo tecidas a séculos de geração para geração. Isto equivale à perda ou à retirada do chão onde as pessoas pisam para depender única e exclusivamente da convivência humana entre os Assentados.

De certa forma, este foi um processo feito mais de sobreviventes do que de naufragos, cujo resultado, até o presente momento, é tido como satisfatório pelos Assentados. Como muito bem mostram os depoimentos abaixo, quando os Assentados respondem a pergunta: O que mudou na vida de vocês a partir da experiência de se trabalhar no coletivo, fazendo um comparativo com a vida que a família tinha antes de entrar para o MST?

A convivência no dia - dia fez com que o trabalho coletivo é a melhor saída comparada com outros modelos, e do patrão que mandava o que fazer.

As decisões é bem discutidas, se tem mais idéias. Há mais pessoas envolvidas fazendo com que nunca pare, mesmo que alguém não dê conta de alguma coisa.

Um melhor conhecimento da realidade agrária brasileira.

Mudou tudo, e realizou o sonho que se tinha de não passar fome, não Ter um lugar para morar.

Mudou em varias questões e uma delas é a amizade que um tem pelo outro.

Nossa vida mudou tanto no ponto de vista político quanto no econômico porque nossa vida teve uma revolução somos uma família feliz.

Convivência, fartura, saúde educação, lazer.

Mudou em vários aspectos: uma vida melhor, boa alimentação, moradia, luz elétrica, água encanada, saúde.

Mudou muito para melhor. Compra em conjunto, venda em conjunto... Uma só família não tem força para lutar que nós pobre temos que nos aliar para vencer. O que mudou foi que nós não pensamos mais só em nossa família, mas sim em todos as famílias do assentamento e também financeiramente melhorou bastante.

A princípio, parece haver uma clara relação entre convivência humana e melhoria na qualidade de vida dos Assentados, principalmente quando comparamos, com a situação prescrita na realidade dos Assentados antes e depois da existência do assentamento. Neste caso, parece ser relevante apontar que a melhoria na qualidade de vida não está relacionada apenas ao fator econômico, mas, sobretudo, está também relacionado a uma mudança cultural construída no assentamento, cujo mérito está em transpor o interesse particular para o coletivo.

Inicialmente, a convivência entre os Assentados mostrou-se bastante difícil, marcada pelo conflito, o que é perfeitamente normal em um mundo moderno que não conhece o significado da palavra solidariedade, onde as pessoas são, cada vez mais, levadas a competir entre si, sendo assim estimuladas ao individualismo. Num segundo momento, os conflitos são superados e o interesse particular gradativamente foi sendo substituído pelo interesse geral. Isto mostra que, à luz de um processo marcado pelas diferenças culturais, é possível construir consenso em torno dos problemas, problemas estes que não são particulares, mas são comuns a todos.

Na fase inicial no assentamento um fato era comum entre os dois grupos que conviviam no assentamento, era a situação de pobreza quase que absoluta. Muitas vezes, pior que a pobreza enfrentada no acampamento, na medida em que:

A dificuldade no começo foi tão grande que a gente pensava que ia passar fome mais do que no acampamento; e bem no começo, logo que a gente chegou aqui a gente

passou mais do que no acampamento. Porque tu tá na área e não conseguia produzir, porque a área tinha condições de produção, então o que a gente mais se preocupou era produzir para comer, esta foi a primeira definição. A produção para a comida foi a principal batalha nossa (PEDRO MIOTTO – Assentado).

A saída para superar o quadro de relativa pobreza foi encontrada por meio da organização. Na necessidade que os Assentados tinham de abrir mão da sua individualidade para construir um objetivo comum, que naquele momento era a comida. E foi assim, buscando formas e táticas para organizar o trabalho e o cotidiano com flexibilidade, que foi possível superar a fome. Ao superá-la descobriram a força da participação, da construção de um mundo comum. Isto reforça o argumento de Santos, (2000), com relação à importância que o estado de escassez tem na vida dos pobres e na superação dos seus problemas existentes nos territórios, onde desenvolvem suas ações:

No fundo, a questão da escassez aparece outra vez como central. Os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massa. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações. Tal cultura realiza-se segundo níveis mais baixos de técnica, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação. Isto seria, aparentemente, uma fraqueza, mas na realidade é uma força já que se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercuro e solidariedade entre as pessoas. E tudo isso evolui de modo inseparável, o que assegura a permanência do movimento (SANTOS, 2002, p.144-45)

É esta idéia de movimento, associada à flexibilidade das relações humanas no assentamento, que possibilitou aos Assentados evoluir nas suas estratégias de organização social. Cada etapa que foi sendo superada resultava em aprendizagem, em função dos erros e acertos que eram cometidos durante a execução das etapas. A cada etapa foram sendo agregados novos interesses e objetivos. Por exemplo, hoje, o assentamento, além de produzir

para própria subsistência, comercializa seus produtos e industrializa, faz serviços comunitários, faz doações de sangue e cestas básicas a um hospital da cidade, tendo ainda gerado no ano de 2003, uma receita líquida de R\$ 1.347.817 reais.

Na medida em que os Assentados avançaram na sua organização e construíram alternativas para os seus problemas, ultrapassando os limites da pobreza, forjaram um processo político particular e específico. Nesse processo, o território passa, então, a ter um valor estratégico na promoção da vida no assentamento, pois cada pedaço do território tem uma relevância política específica, exigindo um discurso específico (SANTOS,2002).

Este discurso político particular que os Assentados construíram é, em síntese, o resultado de duas experiências: a primeira refere-se à vida que eles tinham antes do assentamento, em que buscavam permanentemente fazer parte do mundo da produção e do consumo que a globalização lhes passava a oferecer sem, no entanto, ter êxito neste caminho, e daí a frustração. A segunda experiência é aquela já no assentamento, na qual se superou um processo de pobreza para atingir uma melhor qualidade de vida, tendo acesso, então, a algumas coisas que não podiam ter durante a primeira experiência.

As duas experiências têm uma importância muito grande na vida dos Assentados, embora sejam bem distintas entre si, são, ao mesmo tempo, vetores de uma mensagem positiva que possibilitou, entre outras coisas, a construção de uma consciência coletiva no assentamento. Uma consciência coletiva que não aconteceu simultaneamente para todos os Assentados, precisou de certo tempo para acontecer, mas aconteceu, e isto faz toda a diferença quando se consegue atingir um estado ideal de desenvolvimento do território.

O desenvolvimento local do assentamento emerge a partir da construção de uma consciência coletiva que, por sua vez, resulta da capacidade dos Assentados em organizar o setor produtivo, para atingir os objetivos de uma política definida pela própria comunidade, que é produzir para melhorar a vida no assentamento e mudar a sociedade. Neste sentido, fica bem claro que o desenvolvimento econômico local é apenas um meio para atingir tais objetivos, em que as questões econômicas são subordinadas à política, configurando um quadro no qual a política está colada no território.

O resultado econômico obtido pelo assentamento, como aquele que foi citado anteriormente, é resultado de um esforço coletivo dos Assentados, que só foi possível em função da organização e de uma cultura voltada para promoção do desenvolvimento local. Muitas vezes, as pessoas são levadas a ver os assentamentos apenas em função dos dados econômicos e ao que estes dados representam, politicamente:

Talvez porque estamos demasiado acostumados à história como história política. E no entanto a história é, primeiro e acima de tudo, social e cultural; é a história da vida diária de homens e mulheres. Posta sob cerrado escrutínio, a história revelará mudanças que incluem uma revolução social. (HELLER, FEHÉR, 1998, p. 208).

A revolução a qual Heller e Fehér (1998) se referem, pode ser compreendida como a revolução dos que não tinham nada e passaram a ter, e que por trás deste ter as coisas, está uma mudança cultural, na qual não é possível saber dos seus desdobramentos no futuro. Contudo, esta mudança cultural na forma de viver e organizar a produção no assentamento está longe de ser um processo fechado, é um processo aberto, e é dinâmico. Certamente, é neste estar em movimento que reside toda a riqueza desta experiência, tendo também grande influência na organização sócio-espacial do Município de Dionísio Cerqueira-SC, que será o objeto de reflexão no próximo e último capítulo.

5 O ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA: ANTES E DEPOIS DA INSTALAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Neste capítulo, busca-se identificar o que de novo e de diferente existe no espaço do Município de Dionísio Cerqueira, após a instalação do Assentamento “Conquista na Fronteira”. Para atingir esse objetivo, utilizou-se como proposta teórico metodológica, a periodização do espaço do assentamento, para num segundo momento identificar as mudanças que ocorreram no espaço do município.

Os conceitos de tempo e espaço na compreensão da experiência de desenvolvimento local do assentamento aparecem como elementos importantes para a compreensão das transformações neste espaço. Uma das formas para fazer tal compreensão de tempo e espaço, seria tomar o mesmo como um processo linear que, naturalmente, obedece a uma lógica espacial contínua, ou seja, como uma sucessão de fatos no espaço, que são tecidos ao longo do tempo.

Ocorre que, esta maneira de abordar espaço e tempo no assentamento, muito pouco pode contribuir para explicar as diferenças que aconteceram neste espaço, pois o tempo não corresponde a um processo linear, em que os fatos históricos se repetem. Aliás, a repetição é um estado estático que não corresponde às mudanças espaciais. Essa forma de perceber o tempo, sem o movimento, contribui para uma visão dos valores e fatos com base

na individualidade, ou seja, em que não existe um ponto de complementaridade. Tudo é pensado de forma dissociada e localizada em pontos extremos que se projetam para o futuro dentro de um sentido contrário às leis da natureza. Por isso, quando um sistema local trabalha na perspectiva de limites rígidos, na forma de pensar tempo e espaço, acaba por estabelecer na sociedade um medo em fazer mudanças. Tal atitude parece ser geradora de conflito, e é tida como perigosa. Nesse sentido, a instalação do Assentamento “Conquista na Fronteira”, foi percebido pela sociedade local do município como uma ruptura, e até mesmo uma ameaça.

Neste caso, é pertinente pensar tempo e espaço como algo indissociável, que está permanentemente em movimento, em que tudo é transitório, e está sujeito às mesmas leis da natureza. Assim, uma ruptura é percebida como um recomeço e não propriamente um fim. Dito isso, procura-se defender o argumento de que o tempo está para a sociedade como uma possibilidade em que as forças opostas podem se fazer presentes numa mesma área, sem que isto seja visto em termos de morte ou ruptura. Então, cabe compreender a experiência de desenvolvimento local a partir do que existia antes do assentamento. Relacionado com a organização atual do assentamento, que se projeta para o futuro como possibilidade de uma nova formação sócio-espacial.

Neste contexto, a formação espacial do assentamento acontece a partir das formas herdadas do passado, ou seja, onde existe hoje o assentamento, existia, anteriormente, a Fazenda Tracutinga, cuja funcionalidade era servir como reserva de valor para o seu proprietário – o fazendeiro. Esta mesma fazenda, ao ser apropriada pelos Assentados, passa a ter uma nova funcionalidade, que começa a ser determinada por uma nova organização territorial no espaço do assentamento. Os Assentados, ao se organizarem de forma coletiva, modificaram a funcionalidade da antiga Fazenda Tracutinga, que pode ser percebida no

assentamento através das novas formas e estruturas, ou construções realizadas pelos Assentados, modificando assim o espaço do Município de Dionísio Cerqueira.

5.1 Espaço e tempo no Assentamento

A implantação do Assentamento “Conquista na Fronteira”, no Município de Dionísio Cerqueira, foi na realidade um processo de intervenção do Estado brasileiro, que desapropriou, em 24 de junho de 1988, uma área 1.200 hectares de terra.

A área de terra foi destinada para fins de reforma agrária, portanto, transformando um latifúndio improdutivo em uma área de assentamento e instalando 60 famílias na área. As mesmas, a partir daquele momento, deram início a um novo processo de produção no local, alterando assim, a estrutura fundiária e a organização do espaço, que estavam vigentes até a instalação do assentamento.

É, nesse contexto, que o espaço do Município de Dionísio Cerqueira, passou a sofrer modificações bastante significativas, ou seja, a partir de 1988, data da instalação do assentamento. O assentamento não é apenas um processo ou programa no espaço, é acima de tudo um processo de produção no espaço, que ocorre através da apropriação e uso do novo espaço pelos Assentados, ou seja, os Assentados modificaram o espaço do assentamento.

Os Assentados, ao se apropriarem do espaço (assentamento), começaram a estabelecer relações com este novo espaço, relações estas que foram marcadas ao longo do

tempo por mudanças no modo de produzir e na forma como os Assentados se organizaram socialmente. Essa organização resultava em uma transformação no espaço. Nesse sentido, Santos (1979) observa que “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

Há uma imbricação entre a forma como os Assentados se organizam socialmente e sua relação com o espaço, que se inscrevem no espaço enquanto materialidade e imaterialidade. Uma das formas de compreender as mudanças no espaço do assentamento é perceber este espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos, sistema de ações e suas formas híbridas. Segundo Santos (2002), é híbrida no sentido da existência de relações.

[...] entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade” numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias” ou o que melhor nos aprouver (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Os Assentados, quando desenvolveram ações de trabalho no assentamento, passaram a modificar a paisagem natural, assim como, a forma antiga de produção que existia antes. Essa modificação aconteceu mediante a introdução de novos objetos na área do assentamento, como as máquinas agrícolas, as estruturas de produção, duas agrovilas, seguindo sempre um ordenamento particular determinado pelos Assentados.

A forma, como os Assentados organizam estes objetos na área do assentamento, está diretamente ligada a um sistema de ações. Em função de que os objetos só existem em detrimento de sua função, ou seja, o uso que se faz dos objetos corresponde a uma ação específica, justamente porque é determinada pelos próprios Assentados conforme

concluído anteriormente. Desde a fase inicial no assentamento, diferentes formas espaciais foram criadas, diferentes objetos e ações foram construídas para atender as demandas dos Assentados, desde aquelas demandas por comida, na fase inicial da instalação do assentamento, até as mais recentes ligadas ao conforto.

Para organizar o espaço, os Assentados do grupo II (grupo coletivo) levaram em consideração as experiências do período de acampamento, onde o cotidiano das famílias era marcado pela luta por terra e na resistência ao capital, que insistia em querer deixá-los de fora do sistema produtivo. O assentamento os recolocou para dentro do sistema produtivo. Essas experiências da luta pela terra ajudaram os Assentados a fazer uma ocupação diferenciada na área do assentamento. Logo, estabeleceu-se uma diferença com a forma anterior de produção - a Fazenda Tracutinga.

Aspectos	Fazenda Tracutinga Antes (1988)	Assentamento "Conquista na Fronteira" Depois (1988)
Área	1.200 ha	1.200 há
Nº de famílias	3	52
Nº de pessoas	12	202
Nº de casas	3	54 (tamanho 7m X 8m)
Escolas	-	1
Igrejas/salões	-	1
Mercado	-	1
Lojas	-	-
Oficinas	-	1
Graneleiro Coop.	-	1
Canchas de bocha	-	1
Telefones	-	1
Grãos - sacos	-	10.899
Bovinos - cabeças	50 (aproximadamente)	550
Ovinos - cabeças	-	95
Suínos - cabeças	-	95
Aves - cabeças	-	35.000

Tratores	-	2
Automotrizes	-	2
Caminhões	-	2
Veículos de passeio	-	2
Indústria Caseira (Kg)	-	3
Pés de frutíferas	-	300
Frigorífico	-	1 (capacidade 1.000 aves/hora)
Colheitadeira	-	1
Pés de erva mate	16.000	20.000 (Área de 75 ha)
Plantio de amendoim	-	0,5 ha
Cebola	-	15 mil pés
Arroz	-	8 há
Alho	-	20 Kg de semente

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE AS ÁREAS DA ANTIGA FAZENDA TRACUTINGA E O ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O assentamento passou a existir, onde, antigamente, existia uma fazenda, onde havia pastagem verde de péssima qualidade para o gado, potreiro com algumas cabeças de gado, algumas estruturas como: chiqueiro, galpão e três famílias de capatazes, poucas árvores e pés de erva mate. Atualmente, a paisagem da antiga fazenda deu lugar a uma nova paisagem, onde são seguidos princípios de respeito à natureza e à preservação da biodiversidade. Esta nova paisagem também é bem planejada e organizada, contendo uma produção para o auto-sustento de 52 famílias, com agregação de renda na comercialização, e industrialização de alguns produtos.

As mudanças introduzidas pelos Assentados ao longo do tempo, foram realizadas com o objetivo de atender a determinadas funções sociais, que eram reivindicadas pelos mesmos. As antigas estruturas, pertencentes à antiga Fazenda Tracutinga, como o galpão e a estrebaria passaram a ser utilizados para uma nova função na fase inicial do assentamento. Ou seja, foram utilizadas primeiramente como abrigo, para moradia das

famílias, mas, num segundo momento, foram todas destruídas para dar lugar a novas estruturas, fazendo desaparecer as antigas estruturas da fazenda, enquanto configuração territorial no assentamento.

Os Assentados, a partir da construção das novas estruturas, buscavam construir uma unidade política, econômica e cultural, no sentido de construir uma nova identidade com o espaço, além de romper com as estruturas antigas da fazenda Tracutinga. Assim, os Assentados construíram uma forma particular de organização da produção, que simboliza uma forma particular de organizar as relações do cotidiano. Portanto, essas estruturas, como já foi observado anteriormente, também foram sendo modificadas pelos Assentados ao longo do tempo, exigindo novas funções, ou seja, novos usos das estruturas, caracterizando um processo de organização social marcado pela transformação do espaço.

De certa forma, os Assentados introduziram, a partir da organização da produção, da distribuição, circulação e do consumo, uma forma particular de organizar produção, ou seja, a partir de um processo coletivo de organizar o trabalho, e as ações com relação a tomada de decisões no assentamento. Este modelo coletivo, participativo de organizar a produção foi determinante para superação das dificuldades encontradas no início da instalação do assentamento.

Na fase inicial, os Assentados depararam-se com uma terra onde nada se produzia, exigindo que ações fossem feitas para reverter o quadro de dificuldade que estava posto. Uma das ações tomadas na época, foi fazer uma série de exigências junto ao Estado brasileiro, visando buscar recursos para a área do assentamento e, para isso, a organização no coletivo foi fundamental, e determinante para obter recursos e reverter o processo de

dificuldade. Lembra, o Assentado Markus Dreyer, uma passagem interessante com relação à utilização dos recursos de forma coletiva

Na época foi disponibilizado pelo banco um crédito onde cada família poderia adquirir uma trilhadeira, um quebrador, uma junta de boi. Na época lembro que todos as famílias no assentamento pegaram o crédito, mas o assentamento comprou apenas uma trilhadeira, um quebrador, uma junta de boi era suficiente, o restante do dinheiro foi investido na compra de gado, mas ficamos sabendo que um assentamento no Município de Guarujá do Sul, cada família comprou uma trilhadeira um quebrador e uma junta de bois com o dinheiro, chegando a um total de 30 trilhadeiras, 30 quebrador e 30 junta de bois, então eu fico me perguntado o que eles vão fazer com todo isso.

A idéia de se organizar coletivamente ajudou na obtenção de recursos, como, comprar máquinas, comprar e comercializar a produção. Impulsionam as atividades econômicas no assentamento, pois quanto mais o assentamento se modernizava, mais ações de trabalho eram desenvolvidas, novos objetos eram incorporados à produção, novas funções eram criadas a partir destes novos objetos (FIGURA 6).

Posto que a agregação de tecnologia nos setores produtivos jamais desempregou um Assentado em todo o seu processo histórico, reafirmando assim, a observação de Santos (1982, p.101) “se a tecnologia deixar de ter o lugar que ocupa hoje, as conseqüências serão muito importantes do ponto de vista da organização da produção, da distribuição da produção e da organização do próprio espaço como tal”.

Ainda segundo Santos (2000, p.36), “no trabalho há uma parcela técnica e uma parcela política, sendo que a parcela técnica normatiza o trabalho, possibilitando o fazer, já a parcela política atribuir valor a esse fazer”. Portanto, o valor atribuído ao trabalho é sempre uma questão política, daí a necessidade de se entender o uso da técnica. No assentamento, essa questão aparece muito presente, melhorando, inclusive, a própria consciência que os

Assentados têm do seu trabalho, e de sua condição social.



FIGURA 6 – ESCRITÓRIO E UNIDADE FRIGORÍFICA DE ABATE DE FRANGO .

Fonte: Cooperunião, 2004.

O processo de desenvolvimento local no assentamento aconteceu a partir de um processo de apropriação e produção no espaço, cuja consolidação dependeu da comunicação⁸ entre os Assentados, com a introdução e difusão de informação e a transformação desta em conhecimento, para existir e organizar o setor produtivo. Essa forma de organização da produção, com base na inovação e difusão do conhecimento, foi fundamental.

Avin Toffler já apontava, no seu Powershift, para o fato de que uma economia baseada no conhecimento é essencialmente diferente de uma sociedade baseada no controle da riqueza material: o conhecimento passado para outra pessoa é compartilhado, enquanto os bens materiais pertencem a uma ou a outra pessoa (DOWBOR, 2000, p. 114).

⁸É importante lembrar que comunicação se faz com emoção.

Em função de algumas decisões adotadas em relação aos investimentos feitos na aquisição de tecnologia e na parte que confere a sua organização interna, aconteceram mudanças na forma de trabalhar a terra, com agregação de valor à produção. As mudanças estão condicionadas a decisões que são tomadas localmente no assentamento, de forma democrática e participativa.

A produção tem proporcionado um crescimento nos dados econômicos do assentamento ao longo dos últimos anos, como pode ser observado no gráfico 1. O conhecimento proporcionou melhora na qualidade de vida, (agregar conhecimento na produção, é justamente colocar a técnica a serviço dos Assentados, e não o contrário) e isto, ocorre acompanhado pela melhoria da renda das famílias no assentamento. As inovações adotadas pelos Assentados, geraram resultados econômicos e sociais no assentamento e para além dele. Os investimentos realizados de forma coletiva e solidária ajudaram na promoção e organização, em que todos os Assentados são beneficiados.

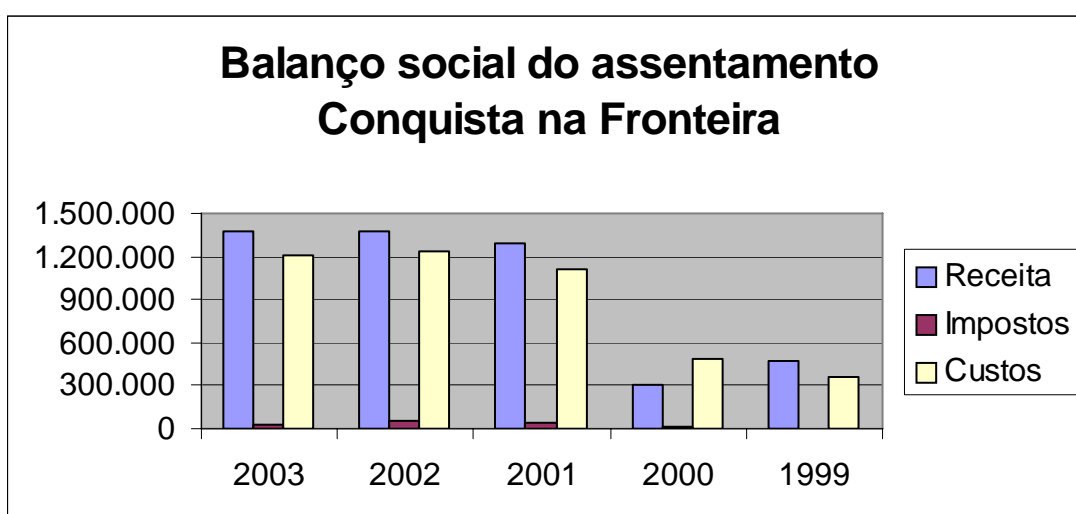


FIGURA 7 – BALANÇO SOCIAL DO ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”/SC

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

5.2 Novos fixos e fluxos no Assentamento e para além dele

A instalação do Assentamento “Conquista na Fronteira”, no Município de Dionísio Cerqueira, estabeleceu um corte histórico no espaço deste município, tanto porque onde existia uma fazenda improdutiva passou a existir um assentamento produtivo, como também porque a instalação de 60 famílias produzindo e reivindicando mais recursos do Estado.

Ao se organizarem coletivamente, as famílias estabeleceram um novo ordenamento territorial ao eliminar as cercas que existiam entre os lotes, facilitando assim, a aquisição de mais recursos junto ao Estado brasileiro para desenvolver a atividade produtiva, gerando novos fixos e fluxos. Pois, segundo Santos (2002), “O dia-a-dia das sociedades gira em torno dos objetos fixos, naturais ou criados, aos quais se aplica o trabalho. Fixos e fluxos combinados caracterizam o modo de vida de cada formação social. Fixos e fluxos influenciam-se mutuamente”.

Sendo assim, quando se olha para a organização sócio espacial do Município de Dionísio Cerqueira, pode-se caracterizar o assentamento como um fixo, cruzado por fluxos que correspondem, entre outras coisas, a um aumento considerável de pessoas, escola, posto de saúde, saneamento básico, luz elétrica, produtos, mercadorias, e novas formas de trabalhar a terra. Assim, o assentamento, enquanto fixo, corresponde a uma ordem política, econômica e cultural particular no espaço do município, o que resulta, naturalmente, em novos fluxos para atender as demandas dos Assentados.

À medida que aumentam as necessidades por mais fluxos no assentamento, aumenta também a produção, gerando novas funções que são, ao longo do tempo, materializadas em novas formas - conteúdo que abrange um sistema cada vez maior de ações para criar mais estrutura na área do assentamento. O aumento da produção modificou o cotidiano das famílias que, gradativamente, passaram a acelerar o ritmo de produção no espaço do assentamento, caracterizando um processo histórico, que no presente momento representa um modo de vida particular, construído pelos Assentados ao longo do tempo.

A geração de fluxos no assentamento aumentou gradativamente ao longo dos últimos 16 anos, no entanto, os fluxos gerados pelo assentamento ultrapassam as fronteiras do território do assentamento. A presença do assentamento tem gerado, cada vez mais, fluxos também no Município de Dionísio Cerqueira, em função de sua contribuição econômica neste município. Por exemplo, ao analisar a produção média anual referente às safras que correspondem aos anos de 2002/2003, como mostra o QUADRO 3.

PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL – SAFRAS 2002/2003		
Descrição	Unidade	Quantidade
Carne de frango	Tonelada	419
Carne suína	Tonelada	5
Carne gado	Tonelada	2
Leite in natura	Litro	225.957
Milho	Saca 60 Kg	6.948
Soja	Saca 60 Kg	3.195
Feijão	Saca 60 Kg	520
Arroz	Saca 50 K	235

Erva mate	Arroba	3.684
Produtos p/ subsistência	Tonelada	40

QUADRO 3 – PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL DO ASSENTAMENTO “CONQUISTA NA FRONTEIRA”-SC REFERENTE A SAFRA 2002/2003.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Observando o QUADRO 3, é possível perceber que, apesar de o assentamento corresponder apenas a uma pequena porção do espaço do município, com aproximadamente 1.200 hectares de terras, o mesmo mostra uma grande capacidade produtiva, tanto com relação às culturas destinadas à subsistência, como aquelas destinadas à comercialização e industrialização.

Toda esta capacidade produtiva, invariavelmente, tem se traduzido em resultados econômicos para o Município de Dionísio Cerqueira, neste sentido, o que para os Assentados é conquistas sociais importantes, para o município é dinamismo econômico, resultado do aumento de fluxos em decorrência da presença do assentamento. Estes fluxos correspondem à abertura e conservação de estradas, construção de escola e posto de saúde, luz elétrica e saneamento básico em locais onde anteriormente não havia. O comércio local passa a ser beneficiado com a comercialização da produção do assentamento, que ainda é acompanhada do aumento de renda gerado no assentamento.

O aumento do fluxo de dinheiro no assentamento estimula o dinamismo econômico no Município de Dionísio Cerqueira, com a abertura de novos empreendimentos comerciais. Principalmente, aqueles setores ligados à prestação de serviços como: bares, mercados, lojas de vestuário e construção civil, produtos agropecuários, borracharias, e oficinas mecânicas, etc.

Assim, é possível perceber que a presença do assentamento no Município de Dionísio Cerqueira é também uma forma de produção no espaço, que se diferencia da antiga Fazenda Tracutinga. Diferenciação esta marcada por impactos na organização do município, impactos que, sem dúvida, modificaram aspectos importantes no campo do poder político, econômico, e cultural no município.

5.3 Assentamento e poder local

A transformação da antiga Fazenda Tracutinga em uma área de assentamento, produziu manifestações e modificações importantes na do Município de Dionísio Cerqueira, em função do novo uso da terra e das relações sociais que começaram a ocorrer no assentamento. Na realidade, transformar um latifúndio improdutivo em uma área de assentamento faz parte de um processo de produção de um novo uso do espaço, criando aquilo que Heidrich (2000) chama de o fato territorial, ou seja, o Estado brasileiro intervém no espaço do Município de Dionísio Cerqueira, ao criar um assentamento.

Os Assentados, ao se apropriarem e fazerem uso da terra, começam a realizar um novo processo de produção no espaço, modificando, assim, a realidade espacial do município, com a criação de novos fluxos. À medida que novos fluxos são gerados, em função da presença do assentamento, aumenta também o número de pessoas do município que passam a apoiar a reforma agrária. Em contrapartida, outras pessoas preferem fazer oposição, e esta é uma questão que está muito mais ligada à manutenção do poder local nas mãos de alguns.

Fazer oposição ao Assentamento “Conquista na Fronteira” é algo relacionado ao poder, pois sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado, muito intimamente, à manipulação dos fluxos segundo (RAFFESTIN, 1980). Neste caso, não é que o assentamento tenha poder de manipular os fluxos em seu benefício, os fluxos são utilizados para acelerar a participação do assentamento, no mercado regional e nacional. Porém, mostra também o poder que os Assentados têm na produção do saber do seu espaço, evidenciando, assim, que o assentamento é mais do que um objeto no espaço do município, ele é um processo social que existe em função de uma prática e de um conhecimento construído a partir da própria realidade local, ou seja, no espaço do assentamento.

O assentamento, de certa forma, constitui-se no espaço do município como um novo arranjo territorial e sua aceitação ou rejeição vai depender da sua organização e ações no espaço, principalmente no campo da política, economia, e cultura, que resultaram em conquistas sociais. É pertinente identificar que, dentro da história do Município de Dionísio Cerqueira, a instalação do assentamento, especialmente na fase inicial, apareceu para a população local como algo relativamente novo, portanto, é identificado pelas pessoas do município como um projeto mais eficiente perante os demais.

No entanto, o fato de o assentamento ser identificado como algo novo, está muito longe de significar a sua aceitação, no sentido de que o novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade, pois segundo (SANTOS, 1996) o novo pode ser recusado se traz uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém.

Portanto, a instalação do assentamento causou uma ruptura nas estruturas de

poder do município, como se identificou anteriormente. Esta ruptura acontece em função do choque causado pela sua presença que em termos mais gerais, modificou as relações preexistentes e passaram a estabelecer outras. Quando o assentamento foi instalado, ele não produziu mudanças apenas no setor ligado à agricultura, mas sim, em todos os aspectos da vida social do município. Principalmente, relacionado às questões de opinião, como aquelas tratadas no capítulo I, situação esta, que pode ser compreendida olhando-se para a história do município em movimento.

Assim, o assentamento projeta-se no tempo e no espaço, em função de uma infinidade de relações sociais que os Assentados construíram no seu cotidiano. Essas relações são naturalmente marcadas por relações de poder, ou relações políticas. As relações políticas resultam das ações desenvolvidas pelos Assentados no sentido de estabelecer um determinado ordenamento político, que compreende a sua organização social, a construção e a consolidação do seu espaço. Assim como, a forma de utilização dos recursos materiais e imateriais, que de forma mais geral, segundo Heidrich (2000), ocorrem:

Pelo modo de apropriação do espaço, pela criação de duas formas espaciais – o acampamento e o assentamento – vê-se no MST sinais de ruptura com o domínio burguês, o qual, em parte privado e em parte público, transforma o segundo em acessório do primeiro. As rupturas são percebidas pela organização coletiva do acampamento e de muitos assentamentos. A relação com o espaço e com o vínculo de posse, estabelece, de início, condições distintas de relação entre os indivíduos e propicia a participação na sociedade ocorra mediada pelo interesse de um coletivo (HEIDRICH, 2000, p. 21)

As observações de Heidrich (2000) retratam muito bem a importância que a forma de organização coletiva teve no processo de apropriação do espaço no assentamento, no sentido de assegurar a sua autonomia perante as crises econômicas e consolidar uma organização territorial do seu espaço, por meio de estratégias econômicas adequadas para melhor administrar e aplicar os recursos. Então, tem-se uma geografia política que valoriza

aquilo que é central no assentamento, o bem estar social das pessoas, na figura do Assentado e da Assentada, que se organizam de forma coletiva para melhor gerir o seu cotidiano.

O gerenciamento das relações entre os Assentados no seu território é composto de certas regras de funcionamento, para melhor organizar o trabalho coletivo, assim como toda e qualquer forma de objeto existente no interior do assentamento. As regras existem para facilitar a resolução dos problemas do cotidiano, que, naturalmente, aumentam a autonomia do assentamento. Pois, ao superar os problemas do cotidiano, assim como as crises econômicas, os Assentados construíram uma espécie de poder local, que parte da idéia de que é possível superar a cultura de dominação, que historicamente levou as pessoas a acreditar que

Somos condicionados, desde nossa infância, a acreditar que as formas de organização de nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma esfera superior, o Estado, ou aos poderosos interesses da especulação imobiliária. Para conquistarmos melhorias na qualidade de vida, cidadania e democracia efetivas, é necessário resgatar a força da comunidade, o chamado “poder local”. Um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu prova de eficiência, em particular nos países desenvolvidos (DOWBOR, 1999, p. 8)

Então, o poder local se traduz pela capacidade que os Assentados tiveram para vencer os problemas do cotidiano de forma organizada, resgatando a força do assentamento enquanto comunidade organizada, ou ainda, como prefere Dowbor (1999) resgatando o chamado poder local. Mas, o chamado poder local está diretamente ligado ao modo de produção no assentamento, fruto de relações sociais forjadas, em um modelo de organização no coletivo, que toma forma no espaço enquanto materialidade, e no campo do simbólico.

O assentamento acaba por influenciar profundamente nas relações sociais e, conseqüentemente, nas relações de poder no Município de Dionísio Cerqueira. As relações de poder podem ser percebidas no município de duas formas, que estão intimamente ligadas ao

material e ao simbólico. A forma material está ligada às relações de poder econômico e político. O assentamento participou ativamente na vida política do município com importantes conquistas, chegando a eleger um vereador do assentamento e o prefeito municipal nas eleições de 2000, elegendo, pela primeira vez, um prefeito do Partido dos Trabalhadores, que segundo os Assentados, é um partido comprometido com as causas sociais. Nestas situações, os Assentados são

[...] formadores de opinião que, de uma forma ou de outra, tiveram e têm importância fundamental na constituição dos interesses dos Assentados e no seu reconhecimento social. São cargos que representam também a possibilidade de disputa com estas mesmas elites em torno do que quer dizer “estar do lado dos Assentados” ou reforçando-as a justificar suas posições contrárias, trazendo o assentamento para o centro do debate político local (MEDEIROS, 2003, p. 92).

A inserção política do assentamento é ainda acompanhada por relações de poder mais voltadas ao simbólico. As relações, digam-se mais subjetivas, que não aparecem num olhar mais imediato, pois assumem uma forma imaterial que corresponde a ordem cultural. Houve uma mudança na cultura das pessoas do município, a partir da instalação do assentamento.

Em uma pesquisa realizada no ano de 2003, as pesquisadoras Justina Cima e Zenaide Cellet buscaram saber o que as pessoas do Município de Dionísio Cerqueira achavam do assentamento. Segundo as pesquisadoras, houve uma revolução na forma como as pessoas enxergam o assentamento, comparando com a visão que elas tinham quando o assentamento foi instalado, pois as pessoas passaram a respeitar os Assentados e a comprar os produtos do assentamento.

De modo geral todas as pessoas falam bem e disseram ser muito importante. Perguntamos porque e assim se expressaram: Todas as pessoas do assentamento homens, mulheres e jovens, tem conhecimento; é bom conversar com eles, eles têm valores, a gente aprende com eles, ou ainda, eles sabem, eles tem opinião própria e

brigam pelas idéias, já fizeram crediário na loja e são certos, honestos; Eu vendo sempre pra eles, se eu falar que alguém não pagou ou atrasou o pagamento estou mentindo, por que nunca tive problema. Sabem que no assentamento a educação é boa. Estudam a realidade. Eles investem muito na educação, desde crianças, adolescentes, jovens e adultos, eles tem uma escola em Veranópolis, ficam um tempo lá depois vem pra casa praticar o que aprenderam. Uma pessoa que conversamos já participou de assembléias e conferências do município, onde os Assentados estavam presentes: percebi que eles se destacam entre os outros. Eles participam, são unidos, firmes e sempre tem proposta, eles sabem o que querem. (CIMA; CELLET, 2003, p 38)

Estes são apenas alguns dos depoimentos, mas já mostra que, culturalmente no município, houve uma mudança, com a reversão de um quadro de rejeição ao assentamento, para a sua aceitação, como um novo elemento no espaço do município. Para que isto ocorresse foram necessários vários fatores como a organização política, econômica, educacional e cultural. Estes quatro fatores juntos mudaram a realidade espacial do assentamento e produziram modificações na organização espacial do Município de Dionísio Cerqueira.

O que se busca mostrar e evidenciar é que o assentamento, ao se materializar no espaço do Município de Dionísio Cerqueira, passou a representar uma forma particular de organização política, econômica e cultural. Portanto, a instalação do assentamento possibilitou uma nova dinâmica na organização espacial do município, mostrando assim, que se esta experiência de assentamento for vista de forma isolada pode parecer um fato banal no espaço. Porém, quando pensada dentro do espaço nacional, passando a ser repetida com certa frequência em outros espaços, poderão ocorrer mudanças muito mais significativas na organização espacial e nas estruturas de poder, contribuindo para produção e reprodução de um espaço mais humanizado e solidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de desenvolvimento local do Assentamento “Conquista na Fronteira” foi sistematizada e organizada observando o caráter coletivo na formação sócio-espacial do local. Na própria fala dos Assentados a história do assentamento, e a história da escola não se separam, sempre aparecem como um importante ponto nucleador no processo de desenvolvimento do local, no sentido que foi a partir da sua experiência de organização coletiva, que foi organizado a política, a produção e o consumo. A escola não está dissociada desta proposta de trabalho, mais do que isso, esse entrelaçamento entre escola e comunidade assentada, confere um aspecto pedagógico à experiência.

O papel da educação no processo de desenvolvimento local, não se restringe apenas ao ato de educar para o trabalho, como muitos querem fazer crer. Educação e desenvolvimento no assentamento estão intimamente ligados, sobretudo na amplitude do conceito de educação, que corresponde naturalmente ao caminho percorrido. As dificuldades que os Assentados enfrentaram desde o período de acampamento até os dias atuais, conferem a eles um modo particular de gestão do seu território enquanto processo endógeno de desenvolvimento.

Esta constatação nos impediu manter um distanciamento do objeto aqui em

questão, e de fazer comparações entre o assentamento e as forças externas a ele. As observações em hipótese alguma poderiam ser distorcidas com tais análises que pudesse levar ao desvio do objetivo proposto, ou seja, de ver a experiência como ela é.

Desde o início da instalação do assentamento, a tarefa dos Assentados foi de superar as dificuldades e os conflitos, e isto não se fez enchendo os espaços de diálogo com teorias externas ao assentamento, pelo contrário, os espaços de diálogo foram esvaziados no sentido das teorias. A preocupação sempre esteve mais ligada às questões mais importantes do cotidiano, mas não do cotidiano em si, mas da sua essência, ou seja, do que realmente é importante, num primeiro momento no combate a fome e no segundo na organização da produção.

Uma das grandes conquistas, segundo os Assentados, deste modelo de organização coletiva, foi o fato da criação da Cooperunião em 1990, com a retomada dos valores locais. Neste processo dos fatores nucleadores do desenvolvimento local no assentamento, através da fala dos agentes envolvidos no processo – Assentados(as), o resgate do espaço público no assentamento foi o que abriu espaço para a participação e para a ação. A partir da participação, os Assentados(as) conseguiram construir ao longo do tempo uma educação permanente, que mais tarde serviu de base para organizar a escola formal no assentamento, que foi fundamental para construir uma consciência coletiva, para desenvolver um modelo de organização a partir do coletivo.

Este modelo de organização coletivo gerou resultados econômicos, que melhorou as condições de vida no assentamento. Essa melhoria da qualidade de vida foi resultado das mudanças, introduzidas no espaço, no território e na cultura do assentamento,

que naturalmente se estendeu para além dele. A territorialização do Assentamento “Conquista na Fronteira” significou entre outras coisas, na modificação do espaço do Município de Dionísio Cerqueira - SC.

A configuração espacial do município foi sendo modificada, na medida em que as formas geográficas antigas – a Fazenda Tracutinga foi substituída e adequada a novas funções produtivas e sociais com a instalação do Assentamento “Conquista na Fronteira”, marcando assim um novo tempo na história do município. Na realidade, a organização sócio-espacial é um processo dinâmico, ou seja, está permanentemente em movimento, portanto, o conteúdo social e as formas de uma época são provisórios. A instalação do assentamento provocou uma série de transformações na estrutura social do município que exigiu uma resposta espacial a essas mudanças.

A configuração do espaço do Município de Dionísio Cerqueira modificou-se também porque os Assentados exigiam resposta das autoridades para as suas necessidades. Os Assentados ao estabelecerem um processo de produção no espaço, na verdade estão juntamente com outros atores sociais como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, começando a construir uma nova realidade espacial, que é a expressão de uma ruptura com as formas tradicionais de organização do espaço, mas é também uma projeção de novas práticas de organização social no município.

O que buscamos mostrar e evidenciar foi que o assentamento ao se materializar no espaço do Município de Dionísio Cerqueira, passou a representar uma forma particular de organização política, econômica e cultural. Portanto, a instalação do assentamento possibilitou uma nova dinâmica na organização espacial do município, evidenciando assim que esta

experiência de assentamento vista de forma isolada pode parecer um fato banal no espaço. Mas, no entanto, se ela passar a ser reproduzida em outros espaços poderão ocorrer mudanças muito mais significativas na organização espacial e nas estruturas de poder, contribuindo para produção e reprodução de um espaço mais humanizado e solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- _____. (Org). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo, SP: Annablume, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Universitária UFPE, 2003.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- AUGÉ, M. **Não-lugares**. Campinas: Papirus, 1994.
- BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- BECKER, Dinizar F (in memoriam); WITTMANN (Orgs). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. (Orgs). **Desenvolvimento local-regional: Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org). **Globalização e regionalização das comunicações**. SÃO Paulo: ufs, 1999.
- BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BOISIER, Sérgio. Desarrollo (local):?De qué estamos hablando?. In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S (Orgs). **Desenvolvimento local-regional: Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 151-185.
- BROSE, Markus (Org). **Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo, 2001.
- BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

BRUNETTO, Inês Salete. **Planejamento Conservacionista no Assentamento Tracutinga (Dionisio Cerqueira-SC)**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, fevereiro de 1997.

BRUNETTO, Inês Salete. **Planejamento Conservacionista no Assentamento Tracutinga (Dionisio Cerqueira-SC)**. 1997. p. 200. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

BURITY, Joanildo A (Org). **Cultura e identidade: Perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CALLAI, Helena Cepetti. **Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 29 nov 2004.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCHAFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André (Orgs). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: AGB seção Porto Alegre, 1998.

CIMA, Justina; COLLET, Zenaide. **Do latifúndio improdutivo à produção de alimentos: Experiências de Reforma Agrária (Assentamento Conquista na Fronteira)** Florianópolis: MMA/SC, 2003.

COLEÇÃO FAZENDO ESCOLA. **Construindo o Caminho numa escola de assentamento do MST**. Porto Alegre: Dezembro de 2000.

CONCRAB. **Pesquisa de Opinião Cooperunião: Relatório Final**, 4 de junho de 2002, São Paulo.

DALLABRIDA, Valdir Roque e BECHER, Dinizar F. **Dinâmica Territorial do Desenvolvimento**. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p 176-213, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994 – (Coleção Primeiros Passos).

_____. **Da globalização ao poder local: A nova herarquia dos espaços. A Reinvenção do futuro**. São Paulo: Cortez, p. 55-75, 1999.

_____. **O mosaico partico: A economia além das equações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **A reprodução social** – Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo**, Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março de 2002.

DUARTE, Newton. **A crítica de Marx á naturalização do Histórico - final**. Princípios, São Paulo, N 72, p. 69-74, fevereiro/março/abril. 2003.

EITDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao Projeto de nucleação**. Uma identidade em crise. Unijuí: Editora Unijuí, 1999.

FAPE- Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária. **Caracterização de condições edafoclimáticas em áreas de assentamento**. Documento técnico – 01. Imóvel: Tracutinga (Dionísio Cerqueira). Florianópolis, junho de 1989.

FERRÃO, João. **Coletividades Territoriais e Globalização: Contributos para uma nova ação estratégica de emancipação**. Inforgeo, 9-10, 1995, 65-75.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e reterritorialização em São Paulo**. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

_____. **A Formação do MST no Brasil**. Potrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FILHO, Genauto Carvalho de França; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1990.

FONTANA, Airton. **Construindo o Caminho: uma educação orgânica**. Experiência do Assentamento “Conquista na Fronteira” . São Miguel do Oeste: Editora Gráfica McLee, 1999.

_____. (Org). **Construindo a sustentabilidade: Uma perspectiva para o desenvolvimento regional**. São Miguel do Oeste, SC: McLee. 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **A reinvenção do futuro**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1999.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editora da UFF, 1998.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” á Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 5 ed. São Paulo, Edições Loyola. 1992.

_____. **A condição pós - moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HEREDIA, Beatriz *et al.* **Os Impactos Regionais da Reforma Agrária:** Um estudo sobre as áreas selecionadas. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio, geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

_____. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR. p. 37-66, 2004. Marcos: esse é um artigo do Álvaro dentro de um livro. Colocar como coloquei em BOISIER

HELLER, A.; FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ITERRA, **Cadernos do. Instituto de Educação Josué de Castro:** Projeto Pedagógico. Veranópolis: ano 1 – n 2- Maio de 2001.

_____. **Cadernos da Pedagogia da Terra.** Veranópolis: ano II-N 6- Dezembro 2002.

LAGO, Clenio. **Locke e a educação.** Chapecó, SC: Argos, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Minas Gerais: Editora da UFMG, 2002.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do latifúndio á empresa:** unidade e diversidade do capitalismo no campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

LUTZENBERGER, José A. **O absurdo da agricultura moderna.** Disponível em: <http://www.wviva.com>. Acesso em: 41 de maio 2004.

MATURARNA, R.H. **Emociones y Lenguaje en Educacion e Política.** Colecion Hachette Comunicacion CED Ediciones Pedagogicas Chilenas, S. ^a Santiago do Chile, 1994.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Assentamentos na Metade SUL:** reconfigurando o território gaúcho. In. Anais do XXII Encontro Estadual de Geografia. Rio Grande, 2002, p.93-97.

MEDEIROS, Leonildes Servolo de. **Reforma agrária na Brasil:** História e atualidades da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENEGETTI, Gilmar. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar.** Disponível em: <http://www.emater.tche.br/art18.htm>. Acesso em: 29 nov 1999.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita:** Repensar a reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000.

_____. **O Método 4.** As idéias – Habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre, RS: Sulina, 2001.

_____. **Os Sete Saberes necessários á Educação do Futuro.** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento no Brasil:** os limites do passado e os caminhos do futuro, Estudos Avançados. São Paulo, volume 16, número 44, 1-10, 2001.

ORTIZ, Renato. **Um outro território.** Globalização e Regionalização das Conicções. São Paulo: UFS, p. 51-72, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, SP: Ática, 1993.

RAMOS, Soraia. **Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil.** In: Santos, Milton. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Vozes, p. 375-387, 2001.

REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce. HEIDRICH, Álvaro (Orgs). **Geografia e Educação - Geração de Ambiências.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

REGO, Nelson; AIGNER, Carlos; PIRES, Cláudia; LINDAU, Heloísa (Orgs). **Um pouco do Mundo Cabe nas Mãos:** Geografizando em Educação o local e o global. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O CAPITAL de Karl Marx.** Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2002.

RUCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do Território:** A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial.** São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1979.

_____. **Espaço e Sociedade** (Ensaio). Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

_____. **Território e Sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2000.

_____. **Por Uma Outra Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **O País Distorcido:** O Brasil, A Globalização e a Cidadania. São Paulo: Publifolha;2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Laura Maria. **O Brasil: Território e Sociedade no início do Século**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

_____. **O território interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, p. 121-147, 2004.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público. As tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. Das letras, 1993.

SILVA, José Graziano da. **A dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O Campo Brasileiro no final dos Anos 80**. A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre, p. 46-67, 1994.

STRIEDER, Roque. **Educar para a iniciativa e a Solidariedade**. Ijuí, RS: Universidade de Ijuí, 2000.

VASCONCELOS, Ruth. **O narcisismo e a violência na atualidade**. CULTURA e IDENTIDADE: Perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, p.161-187, 2002.

ZAMBERLAM, Jurandir, FLORÃO, Reni S. **Assentamentos: resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta**. Passo Fundo, RS: Berthier, 1989.

ANEXO

ANEXO ÚNICO

Questionário de pesquisa: Assentamento “Conquista na Fronteira”

1. Quanto tempo a família passou no acampamento?
2. Quais eram as maiores preocupações que a família tinha no período de acampamento com relação ao futuro assentamento?
3. Antes do acampamento a família chegou a morar na cidade? Se resposta for sim quanto tempo?
4. Quais foram os motivos que levaram a família a tomar a decisão de entrar para os MST?
5. Quais foram as maiores dificuldades no início da instalação do Assentamento?
6. Qual a importância que a escola tem para as famílias do assentamento?
7. Quais foram às dificuldades de se trabalhar em um sistema de trabalho organizado a partir do coletivo?
8. O que mudou na vida de vocês a partir da experiência de se trabalhar no coletivo, fazendo um comparativo com a vida que a família tinha antes de entrar para o MST?
9. As famílias são consultadas com relação às tomadas de decisão referentes ao futuro do assentamento? Se a resposta for sim como?
10. O núcleo de discussão no assentamento tem contribuído para a família compreender a conjuntura política internacional, nacional e local?
11. A distribuição de renda no assentamento tem sido suficiente para atender a necessidades básicas de consumo da família? Como?
12. No assentamento existe uma preocupação em manter os jovens na agricultura? Quais são as preocupações?
13. As opções de esporte e lazer no assentamento atendem as necessidades dos jovens, adultos e as pessoas da terceira idade?
14. Os serviços como escola, saúde e saneamento básico têm atendido as necessidades da família no assentamento? Como?
15. A família pensa em futuramente deixar de trabalhar coletivamente? Por quê?
16. Se fossem oferecidos uma casa e emprego na cidade, a família deixaria o assentamento para morar na cidade? Por quê?
17. Qual a sugestão que a família poderia dar para melhorar a vida no assentamento?